

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ELÍSHA SILVA DE JESUS

**IMPACTOS POLÍTICOS-PEDAGÓGICOS DO USO DO NOME SOCIAL NAS HISTÓRIAS
DE VIDA DE TRAVESTIS NEGRAS BRASILEIRAS**

Sorocaba

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ELÍSHA SILVA DE JESUS

IMPACTOS POLÍTICOS-PEDAGÓGICOS DO USO DO NOME SOCIAL NAS HISTÓRIAS DE
VIDA TRAVESTIS NEGRAS BRASILEIRAS

Relatório de qualificação de mestrado
apresentado ao programa de pós-graduação
em Educação da Universidade Federal de
São Carlos – campus Sorocaba como parte
dos requisitos para aprovação.

Orientação: Prof. Dra. Viviane Melo de
Mendonça

Sorocaba

2022

Silva de Jesus, Elísha

Impactos políticos-pedagógicos do uso do nome social nas histórias de vida de travestis negras brasileiras / Elísha Silva de Jesus -- 2022.
95f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba
Orientador (a): Viviane de Melo Mendonça
Banca Examinadora: Daniela Auad, Megg Rayara Gomes de Oliveira
Bibliografia

1. Educação, comunidades e movimentos sociais. . I.
Silva de Jesus, Elísha. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979

DEDICATÓRIA

A dissertação contida neste trabalho é dedicada às travestis negras brasileiras e às bichas pretas, cujas infâncias foram roubadas. Aquelas que cotidianamente criam estratégias de sobrevivência e, em meio a tantas violências, constroem amor, escancaram sorrisos e buscam umas nas outras a força capaz de nos manter vivas.

Dedico e ofereço este trabalho enquanto oferenda em memória às travestis negras as quais ajudaram a fundar este mundo e que posteriormente foram usadas como modelo daquilo que não deveria ser seguida, amada, respeitada e valorizada para fundar a dominação colonial ainda vigente.

Às crianças e adolescentes travestis, as quais devem ser protegidas e acolhidas.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Edna Oliveira de Cerqueira, cuja sabedoria forjada nos terreiros de candomblé forneceu a substância necessária para nos manter vivas, atentas e com o coração sempre aberto para todas as mudanças em nossas vidas. Dedico a Exú, Iansã e Ogum pela manutenção dos caminhos abertos, dos ventos direcionadores e das visões sempre pertinentes sobre o porvir.

Agradeço à Thara Wells, presidenta da Associação Transgêneros de Sorocaba, onde pude construir força política capaz de sobreviver e aprender a multiplicar o conhecimento. Lugar onde pude ser alimentada, porque não se faz pesquisa com fome, lugar de cuidado da saúde mental, tão depreciada na sociedade racista e transfóbica na qual vivemos. Lugar onde conheci outras travestis tão potentes e tão diferentes entre si, mas que comungam da união e do acolhimento sempre que necessário.

Não poderia deixar de agradecer às travestis negras entrevistadas, as quais, mesmo em meio a uma pandemia, isoladas e com todas as dificuldades encontradas na pesquisa, concederam parte de seu tempo para compartilhar histórias de luta e sobrevivência. Suas histórias de vida estarão registradas e contidas na memória histórica da nossa comunidade. Estamos vivas! Temos de comemorar.

Agradeço à orientação das professoras Viviane Melo de Mendonça e das professoras Megg Rayara Gomes De Oliveira e Daniela Auad, cujas considerações e apontamentos ajudaram na construção desta pesquisa.

Esta pesquisa teve apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em nível Superior (CAPES).

RESUMO

Esta dissertação visa compreender como a implementação do decreto 8.727/2016, que dispõe sobre o uso do nome social, impacta ou impactou nas histórias de vida de travestis negras das regiões metropolitanas de Sorocaba e Campinas, estado de São Paulo. A construção metodológica deste trabalho tem como base a pesquisa qualitativa, elencando-se a modalidade de entrevista como forma de entender a história oral de vida das educandas entrevistadas. Foram três travestis negras entrevistadas, cujas quase 4 horas de histórias gravadas foram transcritas, analisadas e transcritas para servir como fontes bibliográficas, em diálogo com outras referências acadêmicas em torno do tema, tendo em vista compreender de o referido decreto tem impactado no enfrentamento às transfobias nas escolas. As entrevistas foram realizadas de modo totalmente remoto, devido às restrições de mobilidade sociais decorrente da pandemia de COVID-19 e foram aprovadas pelo comitê de ética da Universidade. O nome social aponta para o respeito à identidade de gênero, outrossim a interseccionalidade como ferramenta de análise, torna-se imprescindível na visibilidade das encruzilhadas entre raça e gênero, onde se encontram as demandas das travestis negras. Além disso, a administração colonial impediu à população negra o direito ao nome e sobrenome, utilizando marcas de ferro na pele como forma de dominação colonial e apagamento cultural da identidade negra, o que juridicamente tornou a construção dos nomes uma herança racista e machista. Neste sentido, o nome social pode ser entendido como um tensionamento político-pedagógico entre a busca pela dignidade, reconhecimento da identidade de gênero e a negação do exercício da cidadania, baseada no racismo, policiamento de gênero e imposição da cis heteronormatividade compulsória.

PALAVRAS CHAVES: nome social, travestis negras, impactos, pedagogia, política.

ABSTRACT

This Master dissertation aims to understand how the implementation of ordinance 8.727/2016, which provides for the respect of the Brazilian social name at school, impacts or has impacted on the life stories of black transgender in the metropolitan regions of Sorocaba and Campinas, state of São Paulo. The methodology has the basis into qualitative research through interviews with students in the sense of understanding their life history. They were three black transgenders interviewed. Their interviews comprise more than four hours of recorded and transcribed dialogue. The interviews were done remotely to adhere to Covid-19 restrictions; the interview methodology was well received by the University ethics committee. This dissertation also highlights how the colonial occupation had prevented the black population from having the right to a name and surname and other degrading techniques used to marginalize the black community. In summary, the social name can be understood as political-pedagogical tension between search for black transgender dignity, gender identify acknowledgment and denial of the exercise of citizenship that is based on racism, anti-gender bill and cis compulsory heteronormativity.

KEY WORDS: social name, black transgender, impacts, pedagogy, politic.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - DISCORRENDO SOBRE O NOME SOCIAL	16
CAPÍTULO 2 - SOBRE AS TRAVESTIS NEGRAS NO BRASIL	22
2.1 - Marcadas na pele por ferro quente: resistências pretas às imposições coloniais - devolva o meu nome	22
2.2 - Travestis negras brasileiras: construindo tecnologias de sobrevivência	26
2.3 - Dossiês da violência contra travestis e transexuais: abordagens interseccionais	34
CAPÍTULO 3 - PERCURSOS METODOLÓGICOS	41
3.1 Delimitação e problema de pesquisa	41
3.2 Histórias de vida: das entrevistas à transcrição, um processo formativo	44
CAPÍTULO 4 - QUEM ESCUTA AS TRAVESTI NEGRAS?	53
4.1 Infâncias transviadas: respeita meu nome!	53
4.2 Transfobia na educação: um problema de quem?	58
4.3 Para além do nome social	66
CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
APÊNDICES	

APRESENTAÇÃO

A proposta desta pesquisa parte da minha própria experiência vivida no campo da educação e na minha formação nos movimentos sociais de travestis, organizadas na Associação Transgênero de Sorocaba, interior de São Paulo e nas redes sociais. Portanto, é esta a experiência que narro a seguir. Sou Elisha, travesti, negra, nascida e criada na periferia de São Paulo, filha de empregada doméstica, negra e nordestina. Licenciada em Ciências Biológicas, educadora voltada para a prática da liberdade, autonomia e pedagogias da encruzilhada, porque não existe apenas um caminho à educação, as possibilidades são plurais.

É importante contextualizar a minha trajetória pessoal porque quando se trata de pesquisa qualitativa, o contexto no qual a pesquisadora faz parte, pode influenciar na escolha do tema de pesquisa. A ideia de me tornar uma cientista surgiu quando eu era adolescente e os estudos me permitiram imaginar uma realidade bem diferente daquela vivida na periferia da Grande São Paulo, em meio a diversos atravessamentos. As contradições sociais pareciam desaparecer entre a leitura de um capítulo e outro. Como dizia bell hooks (2018) cheguei à teoria bastante machucada. Foram tantos atravessamentos marcados pelo racismo, transfobia, violências sexuais, abandono, negligência, pobreza e baixa autoestima. Mas havia uma potência de vida ali, quando pressionada por tantas opressões, mas que clamava por entendimento, escuta e compreensão. Nunca esqueço uma frase preferida por uma travesti, entrevistada na pesquisa do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, cujo objetivo era estabelecer diálogos e confrontos entre as histórias de vida de homens trans e travestis com as ciências biológicas e psi: “o problema não estava em mim, mas na maneira com que as pessoas me enxergam”.

Aquela pesquisa me transformou porque pude compreender uma série de culpabilidades enfrentadas na minha vida e, da mesma maneira, entendi que as dores das marcas das opressões de raça, classe e gênero, não podiam mais dizer quem eu era ou deveria ser. Aquelas dores não eram minhas, mas tinham sido inscritas na minha identidade como pessoa, cidadã-precária, e estavam sufocando o meu fôlego de vida. Compreender que os problemas relacionados à transfobia não estavam exatamente em mim, mas estavam na sociedade, salvou a minha trajetória de vida. Embora possamos acordar para as opressões existentes, estas continuam a existir e, se depender das estruturas conservadoras, seremos massacradas. Esta pesquisa é também uma maneira de compartilhar histórias de vida e fortalecer uma a outra, porque são nos encontros, durante as entrevistas, em que podemos estabelecer trocas de saberes e escutas verdadeiramente amorosas e acolhedoras.

INTRODUÇÃO

"Toda vez quando falavam meu 'nome morto' [o nome do nascimento] na chamada, eu sempre corrigi. Nisso, a diretora fez uma reunião com eles [professores] e disse que deveriam continuar usando meu 'nome morto' na chamada. Sempre quando ela via alguém me chamando pelo meu verdadeiro nome, ela corrigia pelo meu 'nome morto'. É muito triste para mim ter que lidar com isso, eu tenho diversos traumas e continuo tendo que lutar pelo mínimo de respeito."

O pequeno relato concedido a uma entrevista para uma mídia local¹, foi realizado por uma educanda travesti de 16 anos, moradora da zona sul da cidade de São Paulo, na Escola Estadual Professora Rosa Inês Bornia Moreira. A transfobia impactou na vida dessa adolescente, a qual foi submetida a episódios de assédio moral, humilhações e constrangimentos na medida em que, a diretora utiliza seu poder institucional para cometer o referido crime², levando apenas ao afastamento da servidora, até que o inquérito seja concluído. O episódio pôde ser denunciado, porque a diretora realizava assédio moral com as demais educandas da escola sobre o uso de vestimentas e impedia todos os educandos de realizar refeições noturnas, ao jogar no lixo as marmitas e outros tipos de comida levada pelas turmas. A pergunta que fica é: quando uma educanda travesti teria a possibilidade de denunciar a transfobia?

O nome referido pela educanda como verdadeiro é o que hoje conhecemos como nome social, ao passo que o nome morto é aquele contido no registro civil e que deveria ser excluído dos ambientes de socialização. Desde quando os movimentos sociais organizados de travestis iniciaram a luta pelo direito ao nome, passaram-se décadas até que o governo brasileiro tomasse alguma atitude. As travestis negras têm construído tecnologias de sobrevivência às margens da sociedade brasileira e vem resistindo há séculos, desde a fundação deste país, ao racismo e as violências de gênero, através da formação de grupos de resistências, pioneiras na defesa do restante da comunidade LGBIA+ (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, 2020).

¹ O caso ocorreu em Maio de 2022 e a reportagem completa pode ser acessada através do site: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/05/03/alunos-de-escola-estadual-da-grande-sp-acusam-diretora-de-transfobia-e-assedio-moral.ghtml>> acessada em 16/07/2022.

² A transfobia passou a ser caracterizada como crime de injúria, relacionado ao racismo, até que o legislativo construa uma lei específica sobre o tema. A pena é de dois a cinco anos de detenção e multa.

A definição da identidade travesti encontra-se em disputa, ainda assim, neste trabalho, considera-se que elas constituem uma identidade de gênero baseada em aspectos raciais, sociais e culturais, contrapondo-se a uma essência biológica definidora dos gêneros. Segundo a travesti, docente e pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus (2012), ainda existem os termos transexual e transgênero, este último possui como abreviatura a palavra trans. Transexuais constituem um grupo tanto feminino quanto masculino ao passo que, transgênero pode abrigar concepções de identidade masculinas, femininas e outras possibilidades as quais não serão aprofundadas neste trabalho. Sendo assim, quando usado o termo trans, refere-se a alguma medida que também abarca as travestis. Não se pode universalizar pessoas dentro de uma categoria, mas podemos nomear opressões reais - e as travestis negras brasileiras vivem a opressão do racismo e da transfobia diariamente.

O cotidiano educacional de travestis brasileiras é marcado pela transfobia institucionalizada nas práticas de negligência, a partir de colegas e do corpo de docentes e demais funcionários. As travestis estão ausentes do ensino superior, porém presentes em diversos trabalhos acadêmicos, não como escritoras e pesquisadoras, mas como “objetos de estudo”. Como vivem, onde moram, como trabalham, do que sobrevivem, como existem? Há mais trabalhos sobre as travestis escritos por pessoas cis³ do que trabalhos acadêmicos escritos por travestis e sobre o mundo das travestis. Isso pode ser o reflexo do privilégio cisgênero branco em concluir o ensino básico e acessar o ensino superior, além das concepções sobre quem pode falar sobre quem. Acesso à educação é um privilégio de classe e um privilégio de gênero e, sobretudo racial, no Brasil. Raça, classe e gênero são estruturas sociais que delimitam privilégios e falta de oportunidades, porque o privilégio de poucos, significa a falta de oportunidades de tantas outras.

O Instituto Brasileiro Trans de Educação, trouxe, em 2020, uma pesquisa quantitativa sobre o uso do nome social em escolas brasileiras e no Exame Nacional do Ensino Médio, além de pesquisa qualitativa sobre a análise desses dados, ao reunir artigos escritos por pesquisadoras travestis e transexuais. O levantamento de dados foi solicitado junto às secretarias de educação estaduais, sendo que quinze responderam, destacando-se o estado de São Paulo com 101 matrículas com nome social nos anos finais do ensino fundamental, 320 no ensino médio, 334 para o Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

Percebe-se que o uso do nome social por pessoas travestis e transexuais vem sendo adotado e aceito em diversos órgãos e instituições. Portanto, nome social, mesmo que

³ A cisgeneridade constitui o grupo de pessoas cujas identidades de gênero estão alinhadas as normas de gênero baseado no sexo biológico (Jaqueline Gomes de JESUS, 2012), ainda que possam questionar essas normas.

seja uma medida paliativa, ao mesmo tempo torna-se uma questão de dignidade humana. Assim, diversas secretarias de educação municipais e estaduais, além da Portaria do MEC, vêm criando suas próprias legislações referente ao uso do nome social no campo da educação, sobretudo, para que nossa comunidade passe a existir nestes espaços (Sayonara Naider Bonfim Nogueira, 2020 p.8).

O nome social é uma conquista dos movimentos organizados das travestis e transexuais, pela garantia de dignidade e possibilidade de acessar os lugares historicamente construídos pela população brasileira e que são nossos por direito. É urgente a adoção de medidas de combate às transfobias, como desdobramento de políticas racistas de genocídio. Segundo os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, a coordenadora de pesquisa e análise, a travesti Bruna Benevides, no dossiê publicado em 2022, sobre os dados da violência contra pessoas trans em 2021 denuncia a falta de políticas públicas voltadas para este segmento da população, os ataques políticos proferidos pelos representantes do Estado contra parlamentares trans eleitas e toda a população trans.

As informações levantadas nos últimos cinco anos nos revelam que uma pessoa trans apresenta muito mais chances de ser assassinada do que uma pessoa LGB cisgênera. Porém, essas mortes acontecem com maior intensidade entre travestis e mulheres trans, principalmente contra negras, assim como são as negras as que têm a menor escolaridade, menor acesso ao mercado formal de trabalho e a políticas públicas. Travestis e transexuais negras são maioria na prostituição de rua. Proporcionalmente, são essas as que têm os maiores índices de violência e assassinatos (ANTRA, 2022 p. 50).

Os dados do dossiê revelam a maneira através da qual o racismo está aliado às violências transfóbicas, quando 81% das vítimas de assassinatos são negras e 96% das pessoas trans assassinadas são do gênero feminino, ou seja, as travestis negras estão na mira da violência racial e transfóbica. Por isso que as políticas públicas, as pesquisas e as análises precisam levar em conta a indissociabilidade das opressões estruturais de raça, gênero, classe, etarismo e sexualidade. A idade média com que são expulsas do convívio familiar e escolar é de 13 anos de idade, com expectativa de vida entorno de 35 anos e mais de 90% se encontram na prostituição como única forma de sobrevivência.

Ao contextualizar o histórico de vida das travestis negras brasileiras, a herança africana contida na história de vida de travestis emblemáticas, como Xica Manicongo e Vitória do Benin, são registros importantes para salientar que estamos nesse mundo desde a sua fundação em África, de onde viemos e onde pudemos ser livres para viver nossas humanidades. O empreendimento colonial construiu as violências raciais, de gênero, classe e demais marcadores das diferenças. As pessoas negras escravizadas não tinham nome e sobrenome, marcadas a ferro eram despidas de suas identidades. Mas, resistimos e

construímos tecnologias de sobrevivência, negando o aparato de controle colonial e construindo brechas de sobrevivência nos quilombos, terreiros e no acolhimento intragrupo.

O racismo dentro da academia tem apagado essas histórias de sobrevivência, mas as travestis negras pesquisadoras têm resgatado as memórias e histórias roubadas pelo apagamento epistemológico. Infelizmente são poucos os trabalhos que abordam os impactos políticos e pedagógicos sobre a adoção do nome social nas instituições de ensino. Raras são as pesquisas onde as travestis negras são vistas enquanto coautoras do processo de análise e proposição de mudanças com base em suas respectivas histórias de vida. Sabe-se que a educação é caminho necessário para a inserção no mercado de trabalho, mas no caso das travestis negras essa trajetória é interrompida ainda na puberdade. O nome social versa sobre gênero, ao passo que abordar o racismo na escola perpassa concepções universalizantes sobre “o aluno negro” e onde estão as educandas travestis negras nessas análises? Por isso que este trabalho propõe pesquisar com as categorias raça e gênero, porque nas encruzilhadas desses marcadores da diferença podemos observar a maneira através da qual o racismo se desdobra na transfobia vividas pelas travestis negras.

Dentro deste contexto, esta dissertação visa compreender como a implementação do decreto 8.727/2016, que dispõe sobre o uso do nome social⁴ impacta ou impactou nas histórias de vida de travestis negras, a partir do relato de histórias de vida de educandas das regiões metropolitanas de Sorocaba e Campinas. De modo específico, pretende-se ouvir as histórias das travestis negras selecionadas, as experiências vividas por elas nos processos de formação escolar, se houve ou não adoção do nome social e como o racismo impactou nesse processo. Em seguida, discutir, no âmbito desta dissertação, se este decreto contribui (ou não) para o enfrentamento aos problemas decorrentes do racismo e transfobia na escola. Espera-se, com base nos resultados obtidos, apresentar possibilidades de ações e posições político-pedagógicas que contribuam para o enfrentamento à transfobia nas escolas, bem como para a valorização da diversidade de gênero das travestis negras.

Produzir conhecimento acadêmico por uma travesti e através do olhar de outras travestis, potencializa nossas vozes para além de nós mesmas, porque nos inscreve na história ao reivindicar nosso espaço social que nos é de direito. Temos o direito de contar nossa própria história, e não mais sermos

⁴ Nome social é uma gambiarra política exclusivamente brasileira (BENTO, 2014), na qual a ausência de leis para assegurar os direitos da população trans, criaram-se decretos para que as pessoas trans (ver definição) possam ser chamadas pelo nome que são reconhecidas, diferente daquele contido nos registros oficiais.

apagadas e invisibilizadas. Essa valorização epistemológica do conhecimento do mundo das travestis negras brasileiras significa nos retirar da categoria de abjeto social para protagonistas de nossa própria história. Não mais objetos de estudos, e sim intelectuais e pesquisadoras que pautam nossas reivindicações e lutas históricas. Intelectuais e pesquisadoras, as quais pensam sobre travestis a partir do nosso próprio olhar sobre o mundo enquanto grupo social valorizadas e definidas. A produção de conhecimento de nossas vivências e histórias, através do nosso próprio ponto de vista, é um resgate epistemológico. Não estamos mais sendo olhadas pelo viés cis sexista patologizante, somos o nosso próprio ponto de partida de análise, tano teórico quanto prático.

É por isso que escrevo este trabalho: para ouvir travestis negras sobre sua trajetória escolar, especificamente sobre o uso do nome social e sobre os impactos que a experiência trouxe para suas vidas. Quero ouvir qual a importância da adoção do uso do nome social nas escolas através do lugar de fala da travesti negra. Quais as implicações para vida dessas pessoas quanto ao respeito ou desrespeito da adoção do uso do nome social na escola. Trata-se de ouvir as histórias dessas pessoas e torná-las públicas para que pensemos que tipo de escola queremos construir como sociedade e que tipos de pedagogias devemos construir de modo que garanta o direito de existência delas.

A construção metodológica deste trabalho tem como base a pesquisa qualitativa, elencando-se a entrevista como forma de escuta das histórias de vida das travestis negras entrevistadas. As entrevistas deveriam acontecer presencialmente, criando-se vínculos através dos quais a narração por parte das entrevistadas pudesse ser acolhedora e dialógica. Contudo, as restrições de mobilidade sociais impostas como medida profilática de contenção da pandemia do novo coronavírus, causador da doença covid-19, impôs uma reformulação dos percursos metodológicos, os quais foram realizados de forma totalmente remota. Foram entrevistadas três travestis negras brasileiras, das regiões metropolitanas de Sorocaba e Campinas, interior paulista, cujo impacto do nome social em suas histórias de vida será narradas no capítulo dos resultados e discussões.

O trabalho está dividido em dois primeiros capítulos, onde pretende-se, no capítulo 1 discorrer sobre o nome social e, no capítulo 2, contextualizar a construção do nome no Brasil colônia, abordando-se a maneira através da qual heranças coloniais sobre os gêneros atua na negação dos direitos das travestis negras brasileiras. O percurso metodológico é apresentado em seguida, discorrendo-se sobre o modelo adotado: história oral de vida, entrevistas, roteiro de entrevista, a relação pesquisadora e entrevistada, a

escolha das participantes, forma como foram realizadas as transcrições e as transcrições. Finalmente, os resultados das transcrições são apresentados em diálogo com o referencial teórico. Nas considerações finais as conclusões e apontamentos são discutidos.

CAPÍTULO 1

DISCORRENDO SOBRE O NOME SOCIAL

O decreto 8.727/2016⁵ dispõe que se deve incluir o nome social nas listas de presença de salas de aula, crachás, formulários, atividades e demais documentos públicos. O nome civil deve estar restrito aos documentos administrativos da instituição. O decreto foi outorgado ainda pelo parecer do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Pleno - CNNE/CP Nº: 14/2017, outorgado pela resolução Nº de 19 de janeiro de 2018. Para além disso, é necessário frisar que:

O texto deliberou ainda que as escolas de educação básica brasileiras, na elaboração e implementação de suas propostas curriculares e projetos pedagógicos, garantissem diretrizes e práticas com o objetivo de combater a quaisquer formas de discriminação em função de orientação sexual e identidade de gênero de estudantes, professores, gestores, funcionárias e respectivos familiares (Sayonara Naider Bonfim Nogueira, 2020 p.8).

Não há necessidade de comprovação através de documentos oficiais como laudos médicos e judiciais, apenas a livre manifestação do interesse em ser tratada ou tratado pelo nome conforme a pessoa se identifica. O nome de registro civil constará apenas nos documentos internos administrativos, excluindo-se a necessidade de seu uso, ao ser substituído pelo nome social em situações públicas. Trata-se de uma resposta a nível microssocial do respeito à dignidade de travestis e transsexuais, especialmente para pessoas trans menores de 18 anos ou que ainda não alteraram o prenome e o gênero em cartório, bem como a promoção de projetos pedagógicos voltados para o respeito à identidade de gênero de todas as pessoas requerentes ao nome social, desde educandas até funcionários da escola e familiares.

Antes disso, no estado de São Paulo, é possível requerer o nome social nas instituições de ensino, segundo o Conselho Estadual de Educação do estado de São Paulo, por meio da deliberação CEE 125/14 e a Secretaria de Educação Estadual a partir da resolução SEE nº 45 de 18/08/2014. Contudo, desde 2004, no contexto do programa “Brasil sem Homofobia”, estudantes podem solicitar o nome social, desde que maiores de 18 anos, segundo o Parecer Técnico nº 141/2009 e as Portarias nº 928/2006 e 1267/2007, no âmbito federal, assim como:

Por meio dos ofícios nº 2.882/2009 e 2.883/2009, endereçados pelo MEC ao Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed) e à União Nacional dos

⁵ O decreto pode ser lido na íntegra através do link: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm>

Dirigentes Municipais de Educação (Undime), respectivamente, problematizou-se a adoção do nome social pelos sistemas de ensino (CNE – parecer nº 33 = PARECER CNE/CP Nº: 14/2017 p. 3).

Não é novidade o uso do nome social, pois, desde 2007, o Sistema Único de Saúde – SUS adota o uso do nome social com base na Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde “devendo existir em todo documento de identificação do usuário um campo para se registrar o nome pelo qual prefere ser chamado, independentemente do registro civil, não podendo ser tratado por número, nome da doença, códigos, de modo genérico, desrespeitoso ou preconceituoso” (2011, p.12).

Os decretos e pareceres federais alinham políticas estaduais sobre o uso do nome social já em andamento, mas que divergiam entre os estados ou que não possuíam regras específicas para menores de 18 anos. A inclusão do nome social nas instituições de ensino seguiu basicamente alguns princípios da cidadania, dignidade humana, respeito às diferenças, proteção à criança e ao adolescente, respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero e aos direitos humanos, valores estes que estão presentes nas democracias contemporâneas das quais o Brasil faz parte.

Além disso, a referida resolução entende que é responsabilidade das instituições educacionais na educação e na formação dos estudantes, com respeito aos valores humanos que acenam para uma sociedade fraterna e harmoniosa, e que a discriminação sexual e de gênero podem impactar negativamente na vida de estudantes travestis e transexuais. Por isso, que os vários documentos redigidos pelo CNE ratificam inequivocamente a relação entre a Educação e os Direitos Humanos, com o aceno para a elaboração de projetos políticos pedagógicos os quais coloquem em prática a busca pela efetivação dos DH, como Resolução CNE/CEB 5/2009, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; o Parecer CNE/CEB 7/2010, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; e o Parecer CNE/CEB 5/2011, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Além do uso do nome social, o Parecer CNE/CP nº 14/2017 outorga que:

Art. 1o Na elaboração e implementação de suas propostas curriculares e projetos pedagógicos, os sistemas de ensino e as escolas de educação básica brasileiras devem assegurar diretrizes e práticas com o objetivo de combater quaisquer formas de discriminação em função de orientação sexual e identidade de gênero de estudantes, professores, gestores, funcionários e respectivos familiares.

Art. 2o Fica instituída, por meio da presente Resolução, a possibilidade de uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica (resolução Nº 1 do Conselho Nacional de Educação de 19 de janeiro de 2018, página 1; Parecer nº33 do CNE = PARECER CNE/CP Nº: 14/2017).

Contudo, após 10 anos de sua implementação, poucos foram os estados e municípios que efetivaram as medidas com relação ao uso do nome social e alinharam práticas curriculares e pedagógicas tendo em vista a promoção dos direitos humanos das travestis negras e demais pessoas da comunidade trans, o que deveria combater a expulsão escolar vivida por travestis e transexuais. No estado de SP, considerando o PARECER CNE/CP Nº: 14/2017 e a Resolução nº1 de 18 de janeiro de 2018 do CNE e do CP, a deliberação CEE 125/14 e Resolução SEE nº 45 de 18/08/2014, somente em 2018 o uso do nome social nas escolas passou a ter ampla divulgação.

Para além do nome social, em 2018, o Supremo Tribunal Federal dispôs no ADI 204275 a alteração de pronome e sexo nos documentos, sem a necessidade de cirurgia de transgenitalização e laudos médicos. O documento ainda faz menção ao movimento social ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais e pela Articulação Nacional de Travestis e Transexuais. Na justificativa o STF reconhece que há duas abordagens sobre a transexualidade, mas que não são excludentes entre si: social e biomédica, confundem-se concepções sociais de gênero com concepções biologizantes, as quais não serão aprofundadas neste trabalho, mas são tocantes no que diz respeito a forma pela qual o Supremo tem entendido as pautas dos movimentos sociais organizados de travestis e pessoas trans. O documento, por exemplo, cita o termo papel de gênero sem, contudo, defini-lo.

Na decisão, o STF cita o princípio à igualdade e a proibição da discriminação por motivo de sexo, proibição da discriminação por motivo de gênero. Direitos fundamentais de liberdade, livre desenvolvimento da personalidade, privacidade e respeito à dignidade humana:

3 – A proibição de discriminação por motivo de sexo compreende, além da proteção contra tratamentos desfavoráveis fundados na distinção biológica entre homens e mulheres, proteção diante de tratamentos desfavoráveis decorrentes do gênero, relativos ao papel social, à imagem e às percepções culturais que se referem à masculinidade e à feminilidade. 5 - O direito fundamental de liberdade, diretamente relacionado com os direitos fundamentais ao livre desenvolvimento da personalidade e de privacidade, concebendo os indivíduos como sujeitos de direito ao invés de objetos de regulação alheia, protege a sexualidade como esfera da vida individual livre da interferência de terceiros, afastando imposições indevidas sobre transexuais, mulheres, homossexuais e travestis (STF, 2018, p. 3).

A decisão se baseou na Lei Alemã 49 BverfGE 286 de 1979. O texto critica a regulação da vida transexual, o que deveria, sobretudo, garantir-lhes o direito acima exposto. Segundo eles, a autonomia tem história recente, em torno de 200 anos, mas é mais recente e frágil no Brasil, onde a autonomia e liberdade civis não são as primeiras questões da vida pública. Colocar questões de sexualidade abaixo de objetivos falsamente mais altos é argumento dos que não valorizam a autonomia e acreditam estar acima do próprio sujeito para determinar-lhes a vida. Sobre negar a pessoa trans a retificação de nome e sexo, os juízes se baseiam em que:

O argumento é contradição entre os que têm convicções religiosas (sejam elas religiosas no sentido vulgar, sejam elas convicções políticas com o caráter absoluto da verdade típicos das convicções religiosas). A falsidade disso está em que essa espécie pressupõe muitas vezes um todo universal (a sociedade) que existe acima e fora dos sujeitos que o compõem. O constitucionalismo moderno rejeita esta ideia normativa. Para o liberalismo, as pessoas não existem para a sociedade, para a família, para a tradição, para a religião, para uma outra coisa qualquer. Logo, não se pode, sem boas razões, submeter a autonomia dos sujeitos a fins que ele não escolheu e cuja realização não elimina a possibilidade de outros escolherem e realizarem fins diferentes. A liberdade compreendida no limite do respeito simultâneo e compatível com igual liberdade de outrem, não é objeto de transação, pois se trata de um fim inerente à própria natureza humana, cuja proteção é a razão de um estado de direito constitucional (STF, 2017, p. 12-13).

Cita-se ainda a corte francesa a qual concluiu que negar a mudança de nome e sexo para transexuais infringe o oitavo artigo presente na Convenção Europeia dos Direitos Humanos. Cita-se o artigo 6.015 ao interpretar que, embora o pronome seja definitivo, sua substituição poderá ocorrer em casos onde a pessoa é reconhecida por apelidos públicos notórios, como é o caso do nome social. Além disso, a substituição de pronome é válida quando este é ridículo e vexatório, como é o caso quando travestis têm o nome diferente daquele de registro civil e são expostas a situação de humilhação e vexame, como por exemplo nas chamadas de salas de aulas e consultórios médicos, dentre outras situação.

No parágrafo 23: “De resto, se a alteração de nome corresponde a uma mudança de gênero, a consequência lógica, em seu sentido filosófico mesmo, é a alteração do sexo no registro civil. Do contrário, preserva-se a incongruência entre a identidade da pessoa e o seu registro civil.” Dessa forma,

a alteração do pronome ou mesmo a inclusão do nome social, espera-se que venha acompanhada de uma mudança atitudinal no que se refere aos pronomes de tratamento utilizados para se referir a pessoa trans em questão.

De acordo com o artigo 2º do Código Civil Brasileiro, a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro. Entretanto, travestis negras não têm seus direitos assegurados desde o nascimento, uma vez que as infâncias trans são reiteradamente questionadas e as poucas legislações vigentes, asseguram algum direito quando a criança ou adolescente trans manifesta sua identidade de gênero em espaços específicos, como a escola, mas somente podem ser utilizados quando a família reconhece o nome social. Ainda é a família a principal responsável pelo acolhimento ou desacolhimento da infância trans.

Diante de uma legislação silente, o Poder Judiciário torna-se a única opção para pedido de retificação do registro civil. Embasados, principalmente, em Princípios Constitucionais, como o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, o Princípio da Igualdade, o Princípio da Integridade, o Princípio da Solidariedade e o Princípio da Liberdade; além de invocados os Direitos da Personalidade e o Direito à Saúde, a Jurisprudência Brasileira vem autorizando as modificações no que tange ao nome e ao sexo nos assentamentos públicos, até que o Estado aprove uma lei de identidade de gênero específica, pauta urgente e que tem se arrastado no Congresso Nacional.

Em suma, o nome social é uma forma através da qual podemos assegurar o respeito à identidade das pessoas trans, através do respeito ao verdadeiro nome destas pessoas, em ambientes públicos onde é notório o tratamento desigual e desumano. No Brasil, diante da impossibilidade de sermos asseguradas pela lei, temos decretado a possibilidade de respeito à dignidade e ainda que possamos retificar os documentos nos cartórios, o nome social é usado tanto por pessoas maiores de 18 anos não retificadas, por crianças e adolescentes trans nas escolas, evidenciando-se a importância de sua fiscalização quanto à aplicabilidade. Para as pesquisadoras do Instituto Brasileiro Trans de Educação:

O nome social é apenas a ponta do iceberg em relação a permanência de estudantes e professores transexuais em escolas e universidade, ainda temos muito a conquistar dentro deste espaço que ainda conserva estereótipos e mitos que contribui para a violência e discriminação da nossa população. Vivemos em um país onde a Suprema Corte ainda discute qual banheiro podemos usar, uma vez que não reconhecer o direito fundamental à utilização do banheiro de acordo com sua identidade de gênero afirma a dificuldade e desprezo pela possibilidade de ser e existir como se é.

Queremos ser respeitadas e devidamente protegidas nos termos da lei. Por que ainda precisamos lutar pelo básico? Para compreendermos a forma pela qual as travestis negras brasileiras são marginalizadas, é preciso contextualizar historicamente o modelo de formação colonial no país. O aparato colonizador instituiu formas de dominação dos corpos das pessoas escravizadas em toda a dimensão de suas vidas. O racismo tem se estruturado para negar direitos básicos a população negra, desdobrando-se na transfobia que empurra travestis negras para as margens da sociedade. O próximo capítulo versa a respeito do modelo burocrático de nomeação das pessoas escravizadas, como forma de apagamento cultural africana, enriquecimento ilícito das elites brasileiras, poder e dominação coloniais, os quais herdamos no modelo burocrático pós colonial. Ainda somos regidas pelas mesmas formas de dominação colonial, mas reformuladas pelo cis-tema em prol da manutenção das hierarquias sociais.

CAPÍTULO 2

SOBRE AS TRAVESTIS NEGRAS NO BRASIL

2.1 - Marcadas na pele por ferro quente: resistências pretas às imposições coloniais - devolva o meu nome!

O processo histórico de formação do Brasil, contou com a interrupção das múltiplas histórias africanas, dentro das quais destaca-se, em muitas civilizações, a convivência entre pessoas de diferentes gêneros e sexualidades livres. No processo de invasão ao continente, os europeus decidiram matar, punir, prender e escravizar todas as pessoas e, em especial as pessoas diferentes das normas de gênero vigentes, eram severamente punidas para servirem de exemplo aos demais a respeito de qual gênero seria tolerado. A produção dos gêneros binários masculinos e femininos não foi um processo natural, pelo contrário, foram-se construindo ao longo da história no processo de legitimação e dominação colonial do empreendimento da lusofonia na África e nas Américas.

Durante as visitas ao continente africano e, ao analisarem documentos coloniais, os antropólogos estadunidenses Stephen Murray e Will Roscoe (1998), narraram em seu livro histórias relacionadas ao que conhecemos hoje e posso chamar de travestilidades transgeneridades africanas. Ainda que a linguagem seja preconceituosa e machista, optei pela livre tradução e adequação, mas sem perder a essência das informações.

No sul da atual República Democrática do Congo, encontram-se as civilizações Luba, no subgrupo Basongye, cujas organizações matrilineares e patrilineares seguem a tradição dos mais velhos e onde existe um gênero denominado *kitesha* para designar pessoas não identificadas no gênero masculino e feminino e o termo *kitesha* para designá-las no plural. Estas pessoas exercem o mesmo trabalho das demais pessoas da comunidade, podem se casar e ter filhos, sem que a convivência sofre algum tipo de estigma. No território do atual Sudão, as civilizações do sul, no subgrupo dos Nuda, os Otoro, pessoas com gêneros diversos foram relatadas tanto por antropólogos quanto por colonizadores. Suas existências remontam tempos imemoriais, fazem parte da cultura, das tradições, da espiritualidade, do trabalho e exercem livremente sua sexualidade. Para os Mbo, um grupo Bantu, encontrado em Camarões e no território Mambasa, no Congo, existe uma denominação para pessoas as quais hoje reconhecemos enquanto travestis e transexuais: *mangaiko* e *akengike* (MURRAY & ROSCOE, 1998).

Contudo, após a colonização, esses gêneros passaram a ser tabu. Muitas pessoas sobreviventes buscam refúgio em outros países ou vivem sob a mira do preconceito, como em Camarões e no Sudão, onde as autoridades podem decretar prisão de até vinte anos para as travestis e outras pessoas trans. De modo diferente, a República Democrática do Congo optou pela descriminalização, mas sem o pleno gozo dos direitos civis. Apesar disso, grupos ultrarradicais propuseram um novo projeto de lei para criminalizar a existência de toda a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Intersexuais do país, as quais vivem sob intensa ameaça e violência.

No livro intitulado “Traduzindo a África Queer - figuras de dissidências sexual e de gênero em contextos africanos” (2020), a pesquisadora Layla Carvalho traduziu os textos de Julius Kagwa, o qual denuncia as visões de mundo as quais, baseadas em uma premissa cultural, argumentam que a diversidade sexual e de gênero seriam não africanos. Focado em histórias de pessoas intersexuais na comunidade Baganda, em Uganda, relata histórias de cirurgias para remoção de útero subdesenvolvido e correção de vaginas fechadas com o objetivo de “soltar” o pênis de um homem trans chamado John. Ele denuncia a morte da criança Jane de 4 anos, encontrada morta. Um garoto de 16 anos, chamado Musa, sofreu mutilação genital de médicos formados sob uma perspectiva transfóbica e conta ainda a história de vida de Mary, uma mulher trans que se encontra isolada da sociedade e atribuí isso ao fato dela ser uma travesti. A transfobia é uma herança colonial e “nós precisamos reconhecer que atitudes sociais desumanas contra crianças e pessoas trans, sob a conveniente alegação de ditames culturais, são claramente uma violência baseada em gênero e sexo” (KAGGWA, 2020, p.)

De acordo com o relatório das Minorias Sexuais de Uganda (SMUG)⁶, intitulado “Criminalização Ampliada de Homossexualidade em Uganda: Uma narrativa falha - Evidências empíricas e alternativas estratégicas de uma perspectiva africana”, em resposta a agenda anti-trans e anti-gay do parlamento Ugandense, historicamente, estudos antropológicos reportam a existência da transexualidade em África desde tempos imemoriais, precedentes à colonização ocidental. Não há indícios de desonra particular desse comportamento, pelo contrário, a convivência harmoniosa era parte da cultura de inúmeras civilizações nas relações interpessoais. Todavia, a transfobia é datada do período colonial, fortemente

⁶ Tradução própria. Para mais informações, por favor acesse o site da SMUG em <<http://www.sexualminoritiesuganda.com>> Acessado em 30/11/2021.

influenciada pelas culturas ocidentais e a filosofia *ubuntu*, pressupõe a liberdade e autonomia das pessoas trans e demais membros da comunidade LGBTQIA.

E importante salientar que, a história de vida das travestis pretas, assim como toda a comunidade negra, não começa com a escravidão. As pessoas sequestradas em África para serem escravizadas nas américas tiveram suas identidades apagadas para que pudessem ser coisificadas, em um processo dentro do qual estavam sujeitas ao poder a ao regime burocrático construído para o comércio colonial, dado que “O império português, durante a ocupação de parte do território africano, montou uma enorme estrutura burocrática para organizar os seus negócios, com a criação de registros documentais capazes de identificar e controlar o fluxo de cativos para a colônia” (Palma e Trizzy, 2018 página 314).

Ainda em solo africano, as pessoas podiam ser catequizadas e batizadas, dado que a conversão ao cristianismo era uma das estruturas de legitimação da escravidão, a partir do apagamento das religiões e ciência africanas. Muito provavelmente, o racismo atrelado ao grande fluxo de pessoas impeliu os traficantes a substituir o registro escrito por marcas feitas com ferro quente, na pele das escravizadas, sem imposição de nomes, nesse momento. Esta prática originou as palavras carimbo e carimbar, derivados da palavra *Karimu*, que no quimbundo, língua da região de Angola, era palavra usada como significado de “marcar”. Neste sentido, o substantivo e o verbo – mais usados na língua portuguesa do Brasil – definiu o lugar das pessoas, o escopo da propriedade, a burocracia, o poder exercido pelo Império e pela República brasileira, derivam do gesto, do instrumento que imprimia chancela legal ao comércio e de reificação das africanas. Em solo brasileiros, as escravizadas eram catequizadas e batizadas, ritual esse onde lhes era conferido um único nome cristão (Palma e Trizzy, 2018).

No documentário “Gilda Brasileiro contra o esquecimento” (2018), a historiadora e professora de Química Gilda, revela a história de uma antiga rota clandestina de escravizados no litoral norte paulista. Nesta pesquisa, ela encontra documentos reveladores das práticas de imposições de nomes às escravizadas, um único nome era dado a muitos escravizados, numa prática de apagamento do grande fluxo de pessoas para as fazendas cafeeiras do vale do paraíba. Ou seja, era documentado um único nome para os escravizados, quando na verdade havia um fluxo de centenas e milhares de pessoas com o mesmo nome, o que reduzia a necessidade de pagamento de impostos, aumentava o lucro dos senhores do engenho e dos demais setores do comércio transatlântico, através do alto índice de pessoas escravizadas.

Outrossim, a prática de reconhecimento das escravizadas relacionava o nome a características da pessoa e não era incomum que as pessoas negras fossem conhecidas pelos seus ofícios ou que recebessem apelidos em alusão a sua etnia, como por exemplo a líder quilombola Tereza de Benguela, em alusão a região de Angola de onde provavelmente fora sequestrada, Xica Manicongo, em referência ao Congo, Vitória do Benin, região de onde viera, entre outras. A nega, o negão, a neguinha, a nega cozinheira, lavadeira, passadeira, o negão segurança, capitão do mato, engraxate são apelidos corriqueiros utilizados no Brasil, revelando um dos resquícios da colonização que reduziu as pessoas negras escravizadas a seu ofício ou a sua pele. Muitos desses apelidos são usados por pessoas brancas racistas nas tentativas de reduzir a pessoa negra, minimizar sua posição, seu feito ou desonrar sua moral perante a sociedade.

No livro intitulado “Racismo Recreativo” (2019), o docente e jurista Adilson Moreira, destrincha os modos através dos quais o racismo se remodelou para manter as estruturas coloniais ao longo do tempo, a partir das atribuições negativas e pejorativas de características fenotípicas das pessoas negras à degradação moral, ao perigo e inferioridade social através de piadas, apelidos e comentários de natureza jocosa. O pesquisador escreveu um capítulo dedicado para destrinchar o racismo recreativo direcionado às bichas pretas e a pesquisadora e travesti Elisha Silva de Jesus (2020) se dedicou no aprofundamento da transfobia recreativa, a partir das considerações de Moreira e das representações sociais das travestis pretas no imaginário da sociedade brasileira nos programas de humor da TV brasileira.

Ainda sobre o nome das pessoas escravizadas, a posse de um nome e um sobrenome poderia significar a libertação dos resquícios da escravidão e quando conquistavam a liberdade, muitas escravizadas buscavam constituir um sobrenome. Ainda que não pudessem ser reconhecidas como pessoa, sequer poderiam cogitar a possibilidade de serem cidadãs e gozar dos direitos à terra, aos estudos, aos próprios filhos e a sua herança africana através da religião, restava apenas a oportunidade e possuir um nome para que pudessem se sentir pertencente a alguma coisa.

A apropriação de um nome, para além do processo de individualização da identidade que ele representa, traz consigo a questão da inserção do indivíduo nas estruturas jurídicas e administrativas do Estado. A assimilação de um nome designa, de um lado, a existência de um ser humano como radicalmente singular e, de outro, as múltiplas ordens sociais que lhe conferem sentido (PALMA & TRIZZY, 2018, p. 315).

Um único nome, cristão, com ausência de sobrenome ou somente com o sobrenome materno, quando houvera, indicava o estatuto de escravizado, denunciando as hierarquias jurídicas coloniais, visto que “em geral portadores de nomes simples e sem sobrenomes, os libertos queriam agora ser reconhecidos da mesma forma que o restante da população, apagando as reminiscências que pudessem

associá-los à escravidão (PALMA & TRYZZI, 2018, p. 313). Nos termos burocráticos da época, as pessoas libertas tinham em seus documentos o estigma de serem descendentes de escravizados ao terem em seus registros (quando possuíam) a marca de “sem sobrenome”. Demasiados, na tentativa de inserção na nova sociedade pós abolicionista chegaram a adotar o sobrenome do antigo senhor de escravos ou algum sobrenome cristão, numa relação racista e patriarcal na promessa, subordinada, da troca de favores entre o senhorio e os recém libertos.

No entanto, esse tratamento jurídico era uma forma de reconstruir as hierarquias do sistema escravista, dado que essa lógica racista, patriarcal e pós-colonialista, tornava-se uma política de domínio que garantia a produção e a subordinação de dependentes. A política patriarcal construiu uma dependência dos trabalhadores, em termos morais, como se devessem favores.

2.2 - Travestis negras brasileiras: construindo tecnologias de sobrevivências

As travestis negras brasileiras vêm construindo tecnologias de sobrevivência e construção de suas identidades nas encruzilhadas de gênero, raça e sexualidade em contextos marcados pelas imposições eurocêtricas, desde a colonização. Compreender o contexto histórico no qual estão inseridas as travestis pretas, a partir do ponto de vista delas pode desestabilizar as construções sociais que nos invisibilizam, excluem e buscam nos manter às margens da sociedade. As histórias de vida das travestis negras brasileiras são resistência frente ao regime de poder instaurado para enriquecer às nossas custas. Esta parte, tem como objetivo contextualizar e trazer para o debate que a construção de um nome pela população negra foi marcada pelo apagamento, negação, mas também por resistência, luta e construção de tecnologias de sobrevivência.

Dessa forma, poderemos compreender como o racismo se articula para negar o direito a uma identidade travesti preta e como o Estado tem operado para manter esse segmento da população marginalizado. O apagamento histórico das travestis é um empreendimento cissexista colonial de manutenção da ordem e do privilégio cis branco.

No entanto, a administração lusófona durante o colonialismo pode fornecer uma dimensão de como eram vividas as travestilidades naquele período, visto que alguns registros históricos ainda existem. Trata-se da travesti Vitória, que assim exigia ser chamada onde morava em Lisboa, mas era natural do reino de Benin, em África. Foi descrita como alta, forte, muito preta e se aborrecia quando lhe chamavam de preto, conforme fora registrada enquanto escravo e cujo nome omitirei em respeito a sua memória,

ainda que o autor desta referida citação o tenha feito, em um ato transfóbico e de continuidade das tecnologias coloniais cissexistas. Vitória foi denunciada à inquisição por algumas prostitutas descontentes com a concorrência desleal, retrataram Vitória de modo pejorativo ao se passar como negra e em algumas vezes chegava a ser disputada pelo que na época chamavam de sodomia. Os registros contam que Vitória se “passou por mulher” durante o sequestro em África e foi trazida na ala dedicada às mulheres, até que se notasse o “erro”. Vitória mostrava seus seios todas vezes que era insultada e durante o tribunal da inquisição foi amarrada e despida para que se contestasse se era mofrodito (nome utilizado para designar pessoas hoje chamada intersexuais), o que não se acusou como verdade e ela foi condenada à prisão perpétua por sodomia (MOTT, 2005).

No Brasil, em 1591 a travesti Xica Manicongo é considerada uma das primeiras travestis brasileiras. Ela era sapateira, escravizada em Salvador, apresentava-se publicamente sob as vestes do quimbanda, recusando-se a usar as vestimentas masculinas dadas pelo senhor. De origem congoleza, trazia um pano amarrado em sua cabeça com a ponta cingida virada para a frente, prática cultural natural das negras somíticas do quimbanda, o que os portugueses de forma preconceituosa reduziam a uma simples disponibilidade sexual aos homens como se mulher fosse. A pesquisadora, docente e travesti negra, anteriormente citada, Jaqueline Gomes de Jesus (2019), conta a história desta nossa grande referência, no artigo intitulado “Xica Manicongo, a transgeneridade toma a palavra”.

Manicongo era, originalmente, um título para governantes do Reino do Congo (Mwene Kongo, literalmente, Senhora do Congo), que foi transformado na corruptela que conhecemos pelos portugueses, para designar pessoas oriundas da região (Ou seria Xica uma rainha?). Coberta com um pano que prendia com o nó para frente, à moda dos quimbanda de sua Terra Natal, e apesar de sua condição desumanizada, imposta pelos homens brancos, os candangos, ela andava sobranceira por toda Cidade Baixa, às vezes subindo para a Cidade Alta e voltando, a serviço do seu senhor, ou só passeando, inclusive para encontrar os seus homens (Jaqueline Gomes de Jesus, 2019, p. 252).

A história desta rainha e grande combativa das leis coloniais pode ser aprofundada tanto no referido artigo da Jaqueline Gomes de Jesus (2019) quanto na pesquisa de Mott (2005), ainda que nessa última, utiliza-se uma linguagem machista e cissexista que promove uma continuidade da depreciação às imagens das travestis promovidas pelas normas de gênero coloniais e atualizadas pelos dispositivos médicos racista, transfóbicos e ocidentais. Tanto a travesti Vitória do Benin, escravizada na Metrópole, quanto a quimbanda Xica Manicongo, escravizada na Bahia, africanas nativas, certamente já vivenciavam no continente negro sua identidade. Para a pesquisadora Megg Rayara Gomes de Oliveira

(2018, p. 169) “a vigilância sobre travestis e/ou mulheres transexuais aumentava na mesma proporção em que se tornavam mais presentes nos espaços públicos”. Isso significa que a construção das sociedades coloniais partia da visão de mundo dos brancos colonizadores sobre como deveriam ser a ordem das coisas, incluindo os comportamentos referentes aos gêneros e às sexualidades, como modelo de organização do trabalho.

De forma violenta, pessoas consideradas fora do padrão eram publicamente humilhadas para servir de exemplo aos demais. Mott (2005) observa que os portugueses apenas intervieram na vida social de travestis e homossexuais nas colônias quando presenciaram os fatos ou recebiam denúncias. Contudo, na maioria dos casos as testemunhas se calaram, porque eram cúmplices dos desvios das normas, pois, na medida em que a sociedade policiava as normas de gênero e sexualidades, também as transgrediram. Dessa forma, a cisgeneridade branca europeia cometeu inúmeros desumanidades para justificar a exploração do trabalho e a construção da sociedade cis-normativa.

A história das travestis precede à colonização portuguesa e pesquisas de tradução e busca de bibliografias interessadas são extremamente relevantes para o resgate da história das travestis negras em diáspora, seja em Portugal, Brasil e demais países africanos lusófonos, bem como em toda África e Améfrica Andina (Lelia GONZALES, 1988). Histórias e memórias são importantes para a constituição de um povo e no caso de travestis brasileiras, nossa história tem sido apagada, queimada, negligenciada e muitas vezes questionada, alegando-se que nossa existência é doentia e que não existia em África. O resgate da memória também auxilia no desenvolvimento da comunidade de travestis negras brasileiras, no resgate de nossa autoestima, promoção da credibilidade no sistema de ensino e conseqüentemente resgate de nossas ancestralidades roubadas e negligenciadas. Temos o direito de saber sobre a nossa própria história. Além disso, esse resgate histórico pode auxiliar no desvelar das desigualdades hoje vivenciadas em todos os aspectos da vida, desde o trabalho até as relações afetivas.

A existência de travestis no Brasil colonial causou tanta revolta na administração religiosa local que no início do século 18 textos das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, previam multa de 100 cruzados aos “homens que se vestissem como mulher”. Contudo, apesar do policiamento, as travestis continuavam a ser vistas publicamente e as tentativas de correção não se restringiam apenas ao privado, mas eram feitas em locais públicos, onde o açoite, a fogueira, a decapitação, a morte de travestis

era um evento onde “geralmente, as agressões se transformavam em um grotesco espetáculo público a serviço da normatização e normalização dos corpos” (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, 2018 p. 169).

De acordo com a Sexual Minorities Uganda (SMUG), em um documento produzido em resposta a proposta de criminalização da homossexualidade em Uganda, a homotransfobia não é inerente aos povos africanos como um todo, mas uma prática trazida pelos europeus durante o processo de escravização dos africanos, através de suas administrações baseadas em conceitos religiosos. A homotransfobia foi institucionalizada politicamente e culturalmente pelos colonizadores através da normalização de práticas heterossexuais e criminalização da homossexualidade, transexualidade e intersexualidade, levando à conclusão de que o colonialismo e heterossexualidade compulsória caminham de mãos dadas na construção da colonialidade.

Segundo a pensadora e pesquisadora negra brasileira Lélia Gonzalez, as colônias latino-americanas herdaram esses sistemas de hierarquias sexuais e raciais de suas metrópoles, assim como suas técnicas jurídicas e administrativas, fazendo referência ao sistema de castas ibéricas. Racialmente estratificadas apresentam um continuum de cor que se manifesta num verdadeiro arco íris classificatório (Lélia GONZALEZ, 1988). No século XX, contexto pós abolição, as práticas de controle social alijadas sob o conhecimento do racismo científico, buscavam moldar concepções racistas. O discurso científico substituiu o discurso religioso na construção das leis estatais, ainda que ambos se articulem no imaginário social para reforçar justificativas discriminatórias, com a finalidade de manutenção das mesmas estruturas de dominação, mas agora centradas em valores cada vez mais naturalizados. A ciência construía um discurso de verdade alicerçada em conhecimentos sobre os corpos, na tentativa de naturalizar práticas sociais racistas, sexistas e transfóbicas. Por isso que devemos nos questionar de que forma o dimorfismo sexual serviu e serve à exploração/dominação capitalista global (Maria LUGONES, 2008). Neste contexto, homens negros eram tidos como propensos a roubos e estupros, mulheres negras deveriam ser submissas domésticas e sexuais e que as travestis significavam à degeneração moral da sociedade e, portanto, ambos poderiam ser encarceradas e assassinadas.

Assim, travestis e viviam escondidas, saíam às ruas pelas noites para se prostituir como forma de sobrevivência, visto que não conseguiam postos de trabalho por não se encaixarem na divisão sexual internacional do trabalho, a menos que se despissem de suas identidades. Contudo, é importante ressaltar que as travestis criaram espaços, onde podiam construir suas identidades e na prostituição encontravam

o lugar onde podiam ser socialmente reconhecidas por quem as procuravam. A própria linguagem criada no seio dessas relações, o pajubá, é a prova tanto da exclusão social como da criação de estratégias de resistência. Não é o foco deste trabalho, mas poderia ser mais aprofundado a posteriori. E embora ao longo dos séculos as próprias pessoas pretas preterissem as travestis negras devido à cultura cristã, foi também dentro da comunidade negra onde se criaram estratégias de resistências, como nos terreiros de candomblé e nos quilombos. Elas podiam sobreviver, na medida em que:

A vigilância empreendida pelos aparelhos do Estado e pela sociedade normalizadora, determinava quais os espaços e os papéis sociais que as travestis e as mulheres transexuais deveriam ocupar. Nos períodos em que essa vigilância diminuía, elas conseguiam certa visibilidade e procuravam ampliar seu espaço de atuação (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, 2018 p. 170).

E por essas brechas travestis brancas de centros urbanos como Rio de Janeiro conseguiam atuar na cena do entretenimento, como no teatro. Já para as travestis negras, restava a prostituição e a malandragem como formas de sobrevivência, onde eram e são constantemente violentadas e vigiadas pela polícia. Já nessa época os jornais e revistas não hesitavam em tratá-las no masculino, em tom pejorativo, sempre associando-as à degeneração, roubos, brigas e prostituição, como sendo pessoas a se evitar.

Inclusive mulheres transexuais, como a Roberta Close, anos mais tarde se descobriu intersexual. Branca e de classe média, ela conquistou espaço na televisão, jornais e revistas e foi considerada a mulher mais bonita do Brasil, inflando cada vez mais a cultura associada ao consumo interativo no entretenimento artístico. Fora dos padrões, travestis e transexuais negras se viam às margens, tendo que aguentar ainda a exclusão dos movimentos pelos direitos das mulheres, dos homossexuais e do movimento negro que emergiam a partir da década de 60, 70 e 80 e que as excluía, sendo poucos os movimentos que de fato as acolhia (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, 2018).

Em suas redes sociais, a travesti negra Jovanna Cardoso, conhecida como Jovanna Baby, conta através de vídeos e textos que foi vítima de maus tratos pela polícia em Vitória (ES) e no Rio de Janeiro, onde chegou a ser presa como homem, pela lei da vadiagem, mas liderou um grupo de travestis que denunciaram à polícia militar o abuso de poder feito pelos guardas municipais, o que as conferiu uma sensação de poder lutar pelo direito de andar na rua sem sofrer violência. Até o fim do século XX a prática de encarceramento da população preta considerada vadia, era considerada legal pela legislação brasileira. Durante a ditadura essa prática foi intensificada sob a ótica de limpeza social dirigida às

travestis e demais população negra que encontrava nas ruas o seu local de trabalho informal ou até mesmo de moradia precária. Várias manchetes de jornal inclusive noticiavam esta prática como “esquadrão mata bicha”. Segundo a ANTRA (2017):

Existem muitos casos onde intencionalmente, as mídias e jornalistas, fazem uma associação incoerente e fictícia com o uso de drogas ou outras atividades ilegais, ou ainda usam rixas por disputa de territórios para justificar os assassinatos, em uma escrita recheada de preconceitos e ignorância que reforça e perpetua estigmas contra a população trans. Há ainda matérias que expõem fotos dos cadáveres mutilados, o que é uma violação da imagem daquela pessoa, já brutalmente assassinada. Esse modo de exposição também viola as famílias e suas dores. (Mapa das violência de Travestis e Transexuais, ANTRA, 2017, p. 13).

As violências raciais e de gênero assolavam as *Amérikas* neste período. Nos Estados Unidos, os movimentos sociais de mulheres negras, pobres, latino-americanas, asiáticas e lésbicas questionaram o conceito de liberdade promulgado pela sociedade estadunidense (*Collective Combahee River*, June Jordan). Segundo a Patrícia Hill Collins (2017, p. 8), os movimentos de mulheres negras produziram ensaios, jornais, revistas, zines, cartazes, entre outras produções a refletir sobre como nunca alcançariam a liberdade sem perceber sua raça, classe e gênero. Os escritos são pioneiros e negligenciados, como a Toni Cade Bambara. O Coletivo Combahee River (1977) lançou o manifesto “*A Black Feminist Statement*”, onde discorreram sobre interconectar os sistemas separados de opressão. Além disso, o coletivo concluiu que análises somente raciais ou somente questões de classe ou somente sobre gênero seriam análises parciais da realidade, o que não leva a mudanças significativas na vida da população como um todo. June Jordan afirma que a liberdade não pode ser indivisível.

Portanto, as lutas pela liberdade das pessoas deveriam ser indivisíveis, nas palavras da Jordan: “Ou a liberdade é indivisível ou não é nada além da repetição de slogans e avanços temporários, míopes e passageiros, para poucos. Ou a liberdade é indivisível e trabalhamos em conjunto por ela ou você estará em busca de seus próprios interesses e eu dos meus June Jordan” (JORDAN, 1992, p. 190). Jordan afirmava que as mulheres negras na época estavam interessadas no fim das mais diversas formas de opressão, mas que não o podiam fazer sozinhas. A liberdade não deveria ser analisada de forma abstrata, mas como iniciativas de justiça social deveriam assumir para dar vida às políticas emancipatórias. June Jordan, entre outras ativistas, traduziram estas reivindicações dos movimentos sociais de mulheres negras, asiáticas, lésbicas, latino-americanas para o contexto acadêmico.

Neste contexto, Patrícia Hill Collins (2017, p. 17) alerta para aquilo que se pode perder na tradução entre os movimentos sociais e a academia. A renovação do status quo econômico através do desenvolvimento do neoliberalismo, é um movimento que pode engessar relações de poder na academia, limitando a atuação dos intelectuais os quais se veem cada vez mais distantes dos movimentos sociais, mas ainda assim versam sobre estes sem deles fazer parte. É importante ressaltar, neste sentido, que a luta dos movimentos sociais tanto nos Estados Unidos, quanto no Brasil, deu vida a importantes lutas por emancipação das opressões raciais, de classe e gênero. O que os movimentos de mulheres nos Estados Unidos reivindicaram é justamente que esta luta por liberdade não seja indivisível.

Entretanto, no Brasil o que se viveu foi o movimento de travestis cada vez mais excluído e marginalizado, tanto do movimento de homossexuais, do movimento feminista e do movimento de negros e negras, como bem denunciou Megg Rayara de Oliveira (2018), Jovanna Cardoso (2020), Sarah Corrêa (2020) e outras pensadoras travestis as quais compartilham seus ideais nas redes. Ainda assim, é necessário considerar o pioneirismo das mulheres negras pela interconexão ou não dissociação das lutas por liberdade e emancipação.

Diante de todo esse exposto, a afirmação de que somos todos iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista nas nossas sociedades. O lugar na sociedade sob o qual estão negros, indígenas na condição de subordinados no interior das classes mais exploradas, deve-se graças a sua forma ideológica mais sofisticadas: a ideologia do branqueamento. “Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos sistemas ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais”. A vontade de limpar o sangue/embranquecer é internalizado como consequente negação da própria raça e da própria cultura (Lélia GONZALEZ, 1988).

Países latino-americanos aboliram indicadores raciais nos seus censos e em outros documentos; reabilitaram os indígenas como símbolo místico da resistência contra a agressão colonial e neocolonial, mantendo-os subordinados. Eram inúmeros os estudos sobre as condições dos negros escravizados e seu cotidiano retratado em documentos, livros e pinturas. Mas, após a abolição essa literatura teve sério declínio. O silêncio ruidoso sobre as contradições raciais se fundamenta, modernamente, num dos mais eficazes mitos de dominação ideológica: o mito da democracia racial. Este mito leva a sociedade a crer que existe igualdade de oportunidades na sociedade e igualdade de tratamento jurídico sob a égide de

uma suposta harmonia racial. Inclusive, as esquerdas políticas absorvem o mito da democracia racial, na medida em que nas suas análises sobre nossa realidade social jamais conseguiram vislumbrar qualquer coisa além das contradições de classe. Neste sentido, as esquerdas corroboraram e corroboram na manutenção da dominação que se diz combater, uma vez que são cúmplices do projeto nacional do mito da democracia racial (Lélia GONZÁLEZ, 1988).

Sobre a desigualdade sexual, Lélia afirma que a discriminação sofrida pelas amefricanas e as ameríndias é o dobro das brancas, porque o duplo caráter de sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região do capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque esse sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assumem um caráter triplo: dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afro-latino-americano (Lélia GONZÁLEZ, 1988).

O mito da democracia racial ajuda a compreender o apagamento da história das travestis negras brasileiras, aliada ao conhecimento sobre a colonialidade do saber e do poder trazida pela Lugones. E talvez possa ajudar a explicar a popularidade e maior aceitabilidade do termo transgênero, trazido da Europa para higienizar os movimentos de travestis e substituir o termo transexual, o qual remete ao “sexo”. Para além disso, a contribuição da pesquisadora negra travesti Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018) também é imprescindível. A cultura heteronormativa foi instituída através da oposição entre homossexual e heterossexual, sendo este primeiro necessário ser apagado do discurso, das práticas sociais e da vida social do trabalho para que, então, o padrão heterossexual cisgênero pudesse se tornar hegemônico.

Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018), em seu artigo intitulado, “por que você não me abraça?” questiona a exclusão das travestis dos movimentos de negros e negras, como visto anteriormente e segundo ela, cooptados pela lógica heteronormativa. Principalmente liderados por homens cisgênero heterossexuais, tendem a excluir as travestis, não querendo ser associados a este movimento tão marginalizado e tido como degenerado. Ao mesmo tempo, Lélia Gonzalez critica o racismo imbricado no movimento feminista. A travesti negra Jovanna Cardoso, hoje presidenta do Fórum Nacional de travestis e transexuais negras e negros, relembra a disputa dentro dos movimentos homossexuais, os quais também segregavam as travestis. Além disso, ela relembra a cisão no próprio movimento de

travestis e transexuais devido ao racismo, o que levou à criação da FONATRANS – Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negros e Negras. Racismo, gênero e sexualidade juntos na promoção à marginalização das travestis negras brasileiras.

2.3 Dossiês da violência contra travestis e transexuais: abordagens interseccionais.

As análises interseccionais concomitantes aos dados revelados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais, poderão ampliar a contextualização das condições de vida das travestis negras brasileiras. Kimberlé Crenshaw, primeira pesquisadora negra a usar o termo interseccionalidade, argumenta que os estudos das pessoas de cor e das mulheres não dão conta de nomear as violências sofridas pelas mulheres de cor. Mas, os estudos das mulheres de cor têm auxiliado no desvelamento de determinadas violências, como sexuais, as quais deixaram de ser vistas apenas como crimes pontuais, individuais, e passam a ser vistos como crimes sistêmicos, pois estão relacionados com o poder de dominação. Fruto da ação das políticas identitárias de gays, lésbicas, mulheres negras, as políticas identitárias também formavam uma rede de acolhimento intelectual, força e comunhão (Kimberlé CRENSHAW, 2020).

Para a autora, devemos temer em cair nas armadilhas das correntes identitárias hegemônicas, pois estas supõem uma desassociação das categorias de dominação. Consequentemente, o esvaziamento das categorias cria uma homogeneização das experiências, ao mesmo tempo que tornam homogêneas as experiências intragrupo. Isso acaba por invisibilizar e excluir as experiências reais. Para a autora, essa tensão leva a uma prática esvaziada, porque foca numa identidade sem cruzar com outras categorias. Kimberlé propõe fazer análises interseccionais entre o sexismo e o racismo nos grupos de categorias dominantes, como movimentos de negros e mulheres. O foco dela é nas intersecções entre raça e gênero, ao destacar “a necessidade de considerar múltiplos terrenos identitários ao analisarmos como o mundo social é construído” (Kimberlé CRENSHAW, 2020 p. 27).

Maria Lugones coloca a lógica dos eixos estruturais como algo a mais, mas também algo a menos que a interseccionalidade. Porque a interseccionalidade nos revela o que não conseguimos visualizar quando analisamos categorias como gênero e raça separadas uma da outra. “A categoria constrói o que nomeia. As categorias invisibilizam, porque as divisões em categorias “distorcem os seres e fenômenos sociais que existem na intersecção, como faz a violência contra as mulheres”, justamente porque tenta

esconder a brutalidades da desumanização que a colonialidade de gênero implica (Maria LUGONES, 2008).

Segundo Kimberlé Crenshaw, as autoridades não divulgaram os dados estatísticos porque temiam que estavam sendo negligentes, enquanto outros grupos de ativistas temiam que a comunidade negra fosse mais duramente reprimida, outras acreditavam que os dados reforçariam estereótipos de violência (CRENSHAW, 2020).

Nesta última década, a ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, iniciou o levantamento de informações e dados sobre a vida de travestis e transexuais brasileiras, as quais não são reconhecidas por fontes oficiais como o IBGE, principalmente por meio das mídias digitais. Com o intuito de pensar estratégias mais eficazes de combate à discriminação e a violação de direitos humanos a partir da cobrança, junto ao poder público, da criação de políticas públicas voltadas especificamente à população trans, foram lançados dossiês e mapas anuais com foco na violência. Nas palavras da presidenta da ANTRA em 2017, Keyla Sympson:

Os dados aqui apresentados pretendem fomentar discussões sobre a necessidade de serem efetivadas ações e campanhas preventivas e educativas, periódicas, sobre o suicídio da população LGBTI; realizar ações focais e continuadas de combate a Transfobia; Organizar GTs de segurança LGBT nos estados e municípios; Garantir o atendimento das Travestis e Mulheres Transexuais nas DEAM; efetivar a padronização da coleta de dados de violência nas delegacias, hospitais e IML com o uso adequado do nome social e marcação de identidade de gênero; entre tantas outras proposições. (Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais em 2017, p. 11).

O Mapa revela dados alarmantes sobre a violência que acomete as travestis pretas e demais pessoas da sigla T, com crueldade, onde a cada 48h uma pessoa Trans é assassinada no Brasil (em 2017) e que a idade média das vítimas dos assassinatos é de 27,7 anos, um componente etário no genocídio das mulheres trans negras. As vítimas tinham entre 16 e 53 anos, contudo 67,9% das vítimas tinham entre 16 e 29 anos, revelando que quanto mais jovem, mais chances de morrer, principalmente porque as trans jovens veem na prostituição sua única forma de sobrevivência. Uma vez estando nas ruas, estão expostas a todas as formas de violência, onde muitos de seus algozes tiram suas vidas após usufruírem de seus corpos:

De acordo com dados levantados pela ANTRA, 90% da população de Travestis e Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda, e possibilidade de subsistência, devido a dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e a deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social, familiar e escolar. Estima-se que 13 anos de idade é média em que Travestis e Transexuais são expulsas de casa pelos pais (ANTRA). E que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental” (Dados do Projeto Além do Arco-Iris/AfroReggae e do Mapa de assassinatos de pessoas travestis e transexuais 2017 p.18).

Isto significa que as violências começam pela expulsão do seio familiar, a partir dos 13 anos crianças trans são negligenciadas pela família e pelo poder público. Sem condições de viver no seio familiar, conseqüentemente abandonam a escola, a qual também negligencia suas especificidades e tende a ignorar as violências escolares promovidas pela transfobia. Segundo a ativista pelos direitos das pessoas trans, assistente social, presidenta da Associação Transgênero de Sorocaba e atualmente mestranda no Programa de Pós Graduação em Estudos da Condição Humana, Thara Wells Corrêa, uma vez estando nas ruas a viver com fome, sede, frio e violências, é muito fácil para as adolescentes e jovens travestis recém isoladas da sociedade acreditarem em cafetões e cafetinas, as quais vendem uma noção de aceitabilidade, luxo e glamour da prostituição. Dessa forma, cooptam crianças e adolescentes para serem sexualmente exploradas e traficadas para grandes centros urbanos, onde, homens cis pais de família estupram e abusam de seus corpos (Thara Wells CORRÊA, 2020). Após quase duas décadas de exploração sexual, depreciação de seu estado psicológico e expostas nas ruas aos mais tipos covardes e cruéis de violação dos direitos humanos, não é difícil compreender por que 35 anos é a expectativa de vida dessas meninas.

Não obstante, o necropoder (MBEMBE, 2003) revela que o ódio dirigido aos corpos das travestis negras é intensificado, visto que 80% das pessoas trans assassinadas são travestis negras (pertencentes ao gênero feminino).

Reforçando a necessidade da equiparação e enquadramento do assassinato de Travestis e Mulheres Transexuais na Lei do Femicídio, visto que a taxa de assassinatos de Travestis e Mulheres Transexuais, em relação a população Trans é de 11,9 homicídios a cada 100 mil, enquanto a taxa de assassinatos de mulheres cis é de 4,8 assassinatos para cada 100mil - que coloca o Brasil no 5º Lugar em assassinatos de Mulheres do mundo. (Mapa do Femicídio do Brasil - Dossiê Femicídio. p. 19).

Apenas no século 21, em São Paulo, pela primeira vez, após décadas de lutas dos movimentos sociais organizados de travestis e pessoas trans, a morte de uma travesti foi reconhecida enquanto crime de feminicídio. A vítima de 21 anos foi morta pauladas enquanto estava na rua tentando sobreviver

como prostituta, quando foi covardemente assassinada por motivo torpe. Isso levantou um debate sobre a Lei do Feminicídio incluir mulheres trans nos boletins de ocorrência, mas desde que tenham passado pelo processo de retificação dos documentos. No ano de 2018, entre avanços e retrocessos, houve subnotificação dos casos de violência contra as pessoas transgênero, segundo a ANTRA:

(...) houve um aumento de 30% na subnotificação dos casos pela mídia. O que compromete os resultados e faz parecer que houve uma queda nos assassinatos, quando na verdade houve um aumento na invisibilidade destas mortes. O levantamento é feito de forma quantitativa, visto que não existem dados demográficos a respeito da população trans brasileira, e a partir de pesquisa dos casos em matérias de jornais e mídias veiculadas na internet. De forma manual, individual e diária. Há ainda grupos específicos que publicam informações sobre pessoas assassinadas e/ou são enviadas informações através da rede de afiliadas da ANTRA, IBTE e Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública - LGBTI (RENOSP), além dos mais diversos meios e canais de comunicação (E-mail, Facebook, Whatsapp etc.) (ANTRA - Dossiê 2018, p. 12).

Além da indiferença por parte dos meios de comunicação a respeito da divulgação humanizada dos dados sobre violência contra travestis e transexuais, tivemos algumas conquistas no cenário nacional quanto a retificação do registro de nascimento de pessoas trans sem a necessidade de cirurgias, comprovação por laudos médicos. As decisões do STF e o provimento nº 73/2018 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foram acompanhados pela revisão feita do CID pela Organização Mundial da Saúde, através do qual saímos da lista de doentes mentais, ainda que se necessite da utilização de diagnóstico, como nos casos da cirurgia de redesignação sexual.

Nesse mesmo ano, o mundo se chocou com o vídeo publicado em redes sociais da travesti Dandara sendo espancada e posteriormente arrastada dentro de um “carrinho” para ser morta apedrejada e à pauladas. O crime não foi registrado enquanto ódio às travestis (transfobia) e sequer reconhecido pelo estado do Ceará, local onde aconteceu o crime. O Ceará liderou os crimes contra transexuais em 2017 e ficou em quarto lugar no ranking em 2018.

No ano de 2019, foram confirmadas informações de 124 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 121 Travestis e Mulheres Transexuais e 3 Homens Trans. Destes, encontramos notícias de que apenas 11 casos tiveram os suspeitos identificados, o que representa 8% dos dados, e que apenas 7% estão presos. O dossiê confirma o Brasil como o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, em comparação com os segundo e terceiro colocados, México e Estados Unidos, respectivamente.

O ano de 2020 foi marcado pelo aumento da violência contra travestis e transexuais. Nos dois primeiros meses houve aumento de 90% nos casos de assassinatos em comparação com o mesmo período do ano passado. Até o mês de Abril, foram contabilizados 64 mortes, sendo 49% a mais em relação ao primeiro quadrimestre de 2019. Esse número saltou para 89 no final de Junho, e para 129 no fim de Agosto. A violência na internet aumentou 40% em 2020. Até Outubro de 2020 foram contabilizados 151 assassinatos, ou seja, 1 vítima a cada 48H e quase próximo de superar a marca de 157 mortes contabilizadas em todo o ano de 2017, onde o Brasil atingiu o maior número de assassinatos em toda a história do mapa da violência.

Segundo a ANTRA (2018), a pandemia do covid-19 escancarou as desigualdades já existentes entre a população transgênero brasileira, sobretudo as travestis negras, dado o histórico de violência, perseguição e marginalização. Muitas delas não conseguiram o auxílio emergencial devido a inúmeros problemas, desde a falta de regularização do nome, seguida por falta de informação e até mesmo a negação desse direito por parte do governo federal. Segundo a presidenta da Associação Transgêneros de Sorocaba, em uma entrevista disponível online na página da ATS (2020), o isolamento social não é uma opção para quem depende da prostituição e divide quarto em pensões lotadas para mulheres trans. Muitos clientes não respeitam o uso da máscara, coagindo-as a retirar o equipamento de proteção. Para a artista trans Lina, conhecida como Linn da Quebrada (2020), o isolamento social sempre foi uma imposição na vida de pessoas trans, ao refletir sobre o distanciamento obrigatório em que vivem as pessoas trans no Brasil, dado todo histórico de marginalização e exclusão social.

O isolamento social é uma contradição na vida de pessoas trans. Ao mesmo tempo em que vivem um isolamento social por causa da exclusão familiar, educacional e trabalhista, não conseguem sequer exercer o isolamento social para o combate à covid-19. Por um lado, uma reclusão obrigatória ainda em vida e do outro, sequer a oportunidade de se proteger numa pandemia. A vida nas pensões de prostituição requer o custeio diário do aluguel do quarto ou da cama, e o trabalho sexual é o que garante essa subsistência, combo este que não as permite se isolar, nem mesmo dentro das pensões. As que optaram por voltar para suas casas de origem ainda precisam enfrentar o preconceito, os olhares, os comentários e evitar não ser mais uma vítima da violência doméstica, contra a qual a ANTRA lançou uma cartilha. Sendo assim, a pandemia do covid-19 agravou a existência de mulheres trans negras brasileiras.

Diante de todo este exposto, a condição de vida das travestis negras brasileiras encontram-se extremamente vulnerável devido a todo o histórico de violência epistemológica, violência física, violência psicológica, apagamento político, esvaziamento de seus conceitos de identidade, não reconhecimento de sua identidade por parte dos movimentos de negros e negras, exclusão do mercado de trabalho; exclusão familiar; expulsão escolar e exclusão dos dados oficiais do governo. Sem estes dados, não é possível que sejam formuladas políticas públicas para este segmento da população. Segundo a Kimberlé Crenshaw, estes problemas aparecem em suas análises sobre a violência de mulheres negras nos Estados Unidos, ora omitidos pelo Estado para não se responsabilizar, ora omitidos pelos próprios movimentos para não se gerar tensão e aumento do ódio contra o segmento da população (Kimberlé CRENSHAW, 2020).

A interseccionalidade, forjada nos movimentos de mulheres negras cisgênero (Kimberlé CRENSHAW; COMBAHEE COLLECTIVE RIVER, 1977), desde as décadas de 60 e 70 pode fornecer o alimento político (Carla AKOTIRENE, 2019) necessário ao fortalecimento não apenas das análises dos dados, mas como também pode ser a força política capaz de visibilizar as travestis pretas brasileiras, as quais se encontram nas encruzilhadas indissociáveis de raça, gênero, classe e sexualidade. Neste sentido, a interseccionalidade pode instrumentalizar os movimentos sociais e fomentar as políticas públicas, no reconhecimento de que a luta pela vida das travestis negras brasileiras também é uma luta de toda a comunidade preta.

A interseccionalidade deve ser compreendida pelo ponto de vista histórico, como forjada dentro dos movimentos sociais de mulheres negras, lésbicas, asiáticas, latino-americanas, imigrantes e pela academia por autoras como Kimberlé Crenshaw, June Jordan, Angela Davis, e no Brasil contido no pensamento de autoras aqui citadas como Lélia Gonzalez, Megg Rayara de Oliveira e outras como Djamila Ribeiro e a Carla Akotirene.

Entretanto, acredito que com base na interseccionalidade, no feminismo negro e decolonial, é possível refletir, repensar e recriar práticas pedagógicas as quais desconstruam a noção do aluno como categoria única e essencialista. É preciso considerar que as salas de aulas são diversas e neste sentido, os currículos, os conteúdos (com resgate da história e memória das travestis e do povo negro como um todo), as pedagogias precisam estar alinhadas a esta concepção múltipla de educandas, para que de fato possamos garantir a permanência das educandas travestis.

O resgate da memória e da história de vida de travestis negras brasileiras são imprescindíveis para a construção de uma educação capaz de promover o resgate da humanidade dessas pessoas. Como intelectual, não posso falar por elas, tampouco representá-las. Saindo de objeto de estudo para sujeitos que escrevem suas próprias histórias, as histórias das travestis denunciam a violência epistêmica, o apagamento cultural, a colonialidade de gênero, a exclusão intragrupo dentro dos próprios movimentos sociais. Tudo isso é possível alinhado a uma ótica interseccional, porque uma vez que habitam as fronteiras entre os gêneros, raça, classe e sexualidade, expõe as lacunas deixadas por análises parciais da realidade

CAPÍTULO 3

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Nos capítulos que seguem, trago os referenciais teórico-metodológicos sobre a história oral, a história oral de vida, a entrevista, a transcrição e a transcrição, antes de apresentar, em seguida, as entrevistas transcritas em diálogo com referenciais teóricos escritos por travestis negras e algumas pessoas cis, todas as quais versam sobre educação, travestilidades, bichas pretas, nome e identidade.

3.1 Delimitação e problemas de pesquisa

A princípio esta pesquisa ambicionava ouvir diferentes pessoas relacionadas ao ambiente escolar, em toda sua hierarquia, embora o foco estivesse nas travestis negras. Com o anúncio do fechamento das escolas e demais instituições públicas e privadas, no Brasil e no mundo, devido ao surto de caráter pandêmico da variante humana do coronavírus, causador da doença covid-19, esta pesquisa foi alterada.

Pretendia-se utilizar da entrevista em história de vida em sua essência na relação interpessoal entre pesquisadora e entrevistada, pessoalmente, em ambiente calmo e tranquilo, de modo que fosse construída uma relação horizontal de confiança, através do vínculo entre as pessoas envolvidas. Como é possível contar sobre a intimidade da vida de uma pessoa sem a criação de vínculos? Como falar de um tema a priori considerado sensível como é a questão do respeito ao nome e à identidade de gênero de travestis pretas, um segmento da comunidade trans mais marginalizado e negligenciado, com uma pessoa aparentemente desconhecida? Bem, esse problema deveria ser superado na medida em que fosse criado um vínculo pessoal, mas com a pandemia de covid-19 essa não foi uma possibilidade.

A solução encontrada foi buscar por travestis pretas que gostariam de fazer parte da pesquisa, através das redes sociais do *Facebook*, por meio da rede social desta pesquisadora que vos escreve. Busquei não convidar travestis muito próximas, optando pelos contatos nunca realizados pessoalmente e por amigas de amigas. Outro problema da pesquisa esbarrou na quantidade de pessoas a serem ouvidas em um curto espaço de tempo destinado à pesquisa no Mestrado. A redução foi para ouvir as educandas travestis pretas, o que esbarrou no segundo problema de autorização junto aos familiares, muitos dos quais negam a existência dos fenômenos da transexualidade em sua família, além do que para encontrar estas famílias seria preciso um trabalho longo e extenso de busca. A ausência de dados sobre a população de travestis adolescentes foi um grande problema de pesquisa. Uma vez que sequer somos reconhecidas

como pessoas, faltam campos para o preenchimento da identidade de gênero nos formulários públicos e privados e, com isso, conseqüentemente a falta de dados.

Embora a região metropolitana de Sorocaba tenha atingido a marca de mais de 1,5 milhão de habitantes, esta pesquisa não se restringiu a ouvir as histórias de travestis pretas desta região metropolitana do interior paulista, ampliando-se a pesquisa à região metropolitana de Campinas. A proposta inicial era trabalhar com história oral, ouvindo presencialmente, dado todo o caráter subjetivo, social e a criação de vínculos necessária para a escuta atenta e profissional das histórias de vida das travestis negras sobre sua trajetória escolar. Contudo, dado o novo contexto social de isolamento, como medida profilática contra a covid-19, a presente pesquisa precisou se adaptar aos moldes digitais, o que trouxe novos desafios.

No geral, o processo de entrevistas foi o momento mais delicado e longo da pesquisa, até o presente momento. Primeiro que a pandemia do novo coronavírus impactou muito o andamento da pesquisa e foram necessárias mobilizações estudantis para a garantia de direitos às pesquisadoras darem seqüência à pesquisa, mesmo com a pandemia e as restrições de circulação. Segundo, as entrevistas online demandaram um esforço para que pudessem ser conhecidas e convidadas as entrevistadas. Das seis travestis negras abordadas através das redes sociais tanto da pesquisadora, quanto de outros contatos de travestis negras próximas, apenas três se concretizaram. Terceiro, por fazer parte do contexto em que a pesquisa ocorre, a pesquisadora que vos escreve reviveu intensos processos de reviver momentos e lembranças sobre o passado, bastante violento, no qual vivenciou enquanto criança transviada em fase de desvelamento do mundo transfóbico, racista e desigual. Foi um processo de escuta bastante doloroso e cercado de contradições. Olhar para histórias de vida tão sofridas e ter um olhar acurado, profissional e acolhedor para tirar dali as potências criativas de vida, requer cuidado e muita atenção. São as histórias delas, as narrativas contadas por elas é que vão se tornar o centro desta pesquisa. São as histórias contadas por elas que vão responder as perguntas feitas antes e durante esta pesquisa, não as concepções da pesquisadora, ainda que esta faça parte deste contexto.

Na proposta metodológica desta pesquisa, ao ampliar a escolha das entrevistadas, deparei-me com entrevistadas de diferentes contextos geracionais. Uma delas tinha 26 anos, outra 28 anos e a outra estava na casa dos 50 anos. Com relação à escolarização todas concluíram o ensino médio, uma delas se formou em Direito e outra cursava graduação em Serviço Social. Com relação a renda, a média se

manteve entre um e três salários-mínimos. As entrevistas digitais revelam que o acesso à equipamentos eletrônicos de comunicação e acesso à internet estão mais presentes na população com maior renda em comparação àquelas às quais não possuem acesso aos bens digitais, configurando-se como um perfil socioeconômico das entrevistadas, o qual não pôde ser superado, dada as limitações impostas pela covid-19. A apresentação das entrevistadas será realizada junto com as transcrições.

O nome social é a ponta do iceberg para um problema muito maior que é a indissociabilidade do racismo e da transfobia na vida de travestis negras brasileiras. Analisar os impactos políticos e pedagógicos nas histórias de vida dessas entrevistadas requereu a adoção de uma metodologia capaz de trazer para o debate dimensões subjetivas, as quais não podem ser mensuradas. Somente as travestis negras que passaram por instituições de ensino, no contexto do uso do decreto 8.727/2016, podem falar como o uso do nome social impactou suas vidas. Não são apenas os dados estatísticos e quantitativos sobre quantas educandas adotaram o nome social que vão dar conta de mensurar a aplicabilidade deste recente decreto.

Esta pesquisa, traz as histórias orais de vida de travestis negras anônimas, que vivem o cotidiano de grandes centros urbanos do interior paulista e que passaram por instituições de ensino nos últimos anos. A experiência delas não pode ser calculada, mas podem ser mensuradas subjetivamente através da oralidade, da palavra e das expressões emocionais daquilo que foi vivido. Somente elas podem nos contar se o referido decreto sobre o uso do nome social impactou em suas vidas e quais foram os alcances desse impacto. A escolha da metodologia deve ser capaz de trazer a dimensão da subjetividade, através da tradução da oralidade para a escrita. Por isso que a metodologia de trabalho adotada aqui é a pesquisa qualitativa em educação, através da história oral de vida, com a modalidade de entrevistas escolhida para ouvir, transcrever e transcriar as histórias das travestis negras convidadas.

Este processo longo de preparo da pesquisadora, escolha da metodologia, busca pelas entrevistadas, contextualização da pesquisa para as entrevistadas, construção de um roteiro de entrevistas, realização, remodelagem dos encontros devido à pandemia do novo coronavírus, realização remota das entrevistas, problemas de pesquisa, transcrição das entrevistas e transcrição das entrevistas, durou aproximadamente um ano e meio. Foi uma longa trajetória de lembrar e reviver a própria história, enquanto pesquisadora, travesti, negra, educadora, brasileira e que decidiu continuar a pesquisar, mesmo em meio às violências doméstica, racial, de gênero e sexuais vividas enquanto pesquisava.

3.2 - História Oral de Vida: da entrevista à transcrição, uma experiência formativa.

A história oral, adotada neste trabalho, segue as definições de MEIHY e HOLANDA (2007, p.64), que a concebem como “um processo de registro de experiências que se organizam em projetos que visam a formular um entendimento de determinada situação destacada na vivência social”. Assim, pode ser compreendida enquanto uma metodologia de pesquisa a qual se inicia com a construção de um projeto e que continua a partir da criação de um grupo de pessoas a serem entrevistadas.

O projeto possui etapas as quais devem ser previamente pensadas, planejadas e, se necessário, reorganizadas junto com as pessoas entrevistadas. As histórias vividas por pessoas, em determinado contexto histórico, constituem-se como referencial sobre aquilo que a pesquisadora deseja compreender. Nessa perspectiva, a narração da pessoa entrevistada é considerada como fonte de pesquisa sobre os fenômenos, acontecimentos e fatos históricos em estudo (PORTELLI 2010; MEIHY & HOLANDA, 2007; ALBERTI, 2003). Outrossim, segundo a pesquisadora Marcela Boni Evangelista (2010) a história oral de vida é uma das modalidades dentro do campo da história oral e pressupõe uma postura diferenciada da pesquisadora, a qual deverá construir um ambiente de trocas de saberes respeitosa e a menos hierarquizada possível.

A escuta sensível e o estímulo da narração dos fatos e acontecimentos da vida da pessoa entrevistada são o centro da entrevista, muito mais no sentido de estimular uma narração do que realizar perguntas e respostas. Os encontros podem ser múltiplos, não necessariamente únicos e a duração das entrevistas depende da negociação entre a entrevistada e a pesquisadora, mas precisa ser previamente pensado. O preparo anterior do projeto da entrevista é uma exigência de modo que a pesquisadora saiba de seu propósito, mas precisa deixar a entrevistada à vontade para contar o que quiser, da maneira que achar necessário e se aprofundar naquilo que bem entender, dentro do tema proposto. Por isso que é necessário contextualizar a entrevista, explicitar os objetivos da pesquisa e contar os motivos pelos quais aquela entrevista é importante para o trabalho de pesquisa. Honestidade é um valor importante a ser construído na relação pesquisadora-entrevistada.

Para Marcela Boni Evangelista (2010), a história oral tem sido amplamente utilizada, através de entrevistas, como um recurso capaz de valorizar a experiência: O que tem como consequência imediata uma transformação na postura dos pesquisadores, que passam a questionar as relações de poder que se estabelecem entre aquelas que estão na posição de pesquisadores e os que são os “pesquisados”.

A história oral de vida das travestis negras entrevistadas servem de fontes para refletir acerca do nome social nas instituições de ensino, através das entrevistas onde o foco são suas narrativas, observando-se, atentamente por parte desta pesquisadora, a forma como se fala, a linguagem corporal, os silêncios, as pausas, as respirações profundas, o olhar distante e entre outras situações as quais explicitam, junto com as palavras, as emoções vividas diante do impacto que o uso do nome social tem e teve em suas vidas.

Portelli (2010) aponta para o fato de que a história oral pode servir como meio de transformação social, dado que as pessoas excluídas da sociedade, podem se expressar através da comunicação, ao criar narrativas sobre suas reivindicações. Por isso que o autor alerta para o problema do poder e da ética com trabalhos em história oral em diferentes níveis, sendo o primeiro a relação entre o entrevistador e as instituições de poder político, acadêmico e cultural. O segundo problema situa-se na relação entre o pesquisador e os sujeitos que auxiliarão a compreender uma narrativa alternativa.

Então, neste sentido, a história oral não se trata de *dar* voz aos marginalizados e excluídos, porque estes grupos possuem voz e narrativas construídas no contexto em que se encontram, o que acontece é que eles não recebem visibilidade na sociedade devido às disputas de poder existentes no campo político. Em “Pode o subalterno falar?”, Gayatri Chacraworty Spivak (2010) nos alerta para o fato de que, embora as pessoas subalternas possam comunicar suas reivindicações, não são ouvidas na medida em que o aparato racista, capitalista e patriarcal é remodelado e reconfigurado de modo que, embora ouça nossas reivindicações, o fazem de modo que continuamos subalternizadas. É renovação do status quo, a partir da escuta de nossas pautas e é por isso que em tempos neoliberais, não podemos aceitar direitos fornecidos às migalhas, como tem sido o nome social, apontado pelas entrevistadas, já aqui antecipando os resultados da pesquisa.

As narrativas encontram-se num campo em disputa onde os discursos do opressor prevalecem porque este detém o controle das instituições de comunicação e produção de conhecimento. A pesquisadora que decide romper com a dicotomia existente entre fontes de pesquisa cientificamente aceitas e fontes de pesquisa oral popular, utiliza seu privilégio acadêmico para dar visibilidade a narrativas consideradas perigosas, porque essas desvelam realidades antes mascaradas pelo poder vigente. Os discursos hegemônicos se estabelecem à medida em que silenciam narrativas subalternas, invisibilizando-as. É tarefa da pesquisadora em história oral trazer essas narrativas de volta ao campo da

disputa política, como meio de transformação social daquele contexto em que se estuda. Entende-se aqui que a história oral tem o compromisso com a transformação política na busca permanente pela humanização como grande tarefa histórica de nosso tempo. Considerando o contexto opressor no qual vivemos, a liberdade chegará pela práxis de sua busca ao compreender o caráter transformador da luta coletiva.

Trazer as histórias de vida das pessoas marginalizadas e excluídas da sociedade é uma tarefa histórica no resgate às humanidades roubadas, Segundo Paulo Freire (1986) a existência humana não pode ser silenciosa, tampouco muda. Não há atuação no mundo através da palavra oca, porque existir é pronunciar o mundo, é modificá-lo no sentido de que não é no silêncio que os sujeitos atuam no mundo, mas sim através da comunicação, no trabalho, na ação-reflexão-ação (FREIRE, 1986). Por isso que o direito a voz se torna um resgate primordial quando se busca o diálogo, que, segundo a pedagogia freiriana é uma exigência existencial, não um privilégio de uns (letrados) em detrimento de outros (não letrados), nem uma guerra de palavras, nem pode estar desconexa da realidade.

Segundo a pedagogia crítica freiriana, os seres humanos acham-se inquietos como seres inacabados. Ao entenderem sua não concretude buscam concretizar-se à medida em que encontram respostas mais ou menos plausíveis sobre suas incertezas. Por isso é possível afirmar que as pessoas atuam no mundo e com o mundo. Contudo, segundo o autor, existe uma dicotomia entre as pessoas e o mundo (humano-mundo). Numa sociedade dominada pela desigualdade, pessoas oprimidas estabelecem relações de mundo onde estão no mundo como meras espectadoras a espera que lhe prescrevam o que devem ser e como devem agir. Sua autonomia lhe foi roubada para que atuem como seres politicamente passivos e culturalmente subalternos, consumidores. O resgate da palavra aos oprimidos é uma tarefa histórica como exigência primordial inerente ao diálogo com a finalidade de construir conhecimento capaz de nos levar a uma transformação social (FREIRE, 1986). Dessa forma, entende-se que as travestis negras estão excluídas dos processos de construção da escola, por isso nossas pautas são negligenciadas. É preciso ouvi-las para compreendermos de que modo possamos construir a escola democrática e acolhedoras que as educadoras comprometidas com uma educação para a prática da liberdade desejam realizar.

Ademais, sobre as questões relativas às narrativas, devido sua dimensão subjetiva, a verdade encontra-se no ponto de vista da narradora, o que expõe críticas ao usar a história oral como metodologia.

Faltaria objetividade, contudo toda fonte de pesquisa possui objetividade e subjetividade, resta estabelecer um balanceamento entre ambos, e na história oral quanto mais narrativas são construídas por diferentes pontos de vista, é possível construir uma verdade coletiva. Nenhuma fonte é totalmente objetiva dado que sempre será narrada pelo ponto de vista da narradora, seja este acadêmico ou popular, e de certa forma todo acadêmico emerge da sociedade (PORTELLI, 2010).

Nesta disputa entre a história escrita e a história narrada, os escritos estão sujeitos a pressões sociais da qual fazem parte, porque o letramento é um privilégio racial, de gênero e classe, dado que a história é um processo criativo de significações. Sendo assim, repito, é necessário romper a reprodução de discursos hegemônicos a partir da resignificação da história, pelo ponto de vista subalterno. Isso porque, ainda segundo o autor, as pessoas a serem entrevistadas não são objetos de pesquisa, são sujeitos que nos auxiliarão a compreender uma narrativa alternativa. São sujeitos de um projeto compartilhado.

As fontes históricas podem ser compreendidas na totalidade dos registros deixados pelo ser humano ao longo da história, como objetos, pinturas, cultura, valores éticos, religião, práticas econômicas, organização social, da fala e da escrita. Esta última, contudo, tem sido mais valorizada do que os registros orais, os quais vem ganhando força no contexto pós Segunda Guerra devido ao trabalho de grandes nomes da etnologia, segundo o etnólogo Amadou Hampaté Bâ (2010).

Outrossim, partindo de pressupostos fenomenológicos, a falta de objetividade da história oral é superada, uma vez que a fenomenologia como ciência do vivido pressupõe a experiência de vida na relação entre a consciência subjetiva e o mundo objetivo do qual a pessoa faz parte, superando na verdade essa dicotomia humano-mundo. Como estudo do fenômeno, a fenomenologia resgata a experiência vivida para descrever como a essência do fenômeno foi significada pela pessoa que vive ou viveu naquele contexto. Se a história de vida busca compreender como determinado fenômeno social em específico foi vivido por uma pessoa, a fenomenologia auxilia na busca pela essência desse fenômeno, que se apresenta à consciência da pessoa entrevistada para compreender de que forma o mundo objetivo foi por sua consciência significado (Creusa CAPALBO, 1991; MARTINS, 1990; PEIXOTO, 2011)

Neste sentido, ouvir a história de vida das pessoas que viverem determinado fenômeno, pode revelar a essência da consciência, ao buscar descrever qual é o significado que o fenômeno tem para a pessoa, como ela ou ele percebeu o fenômeno, como deu a este significado, no que se baseou para significá-lo, como e o porquê determinado fenômeno impactou sua vida. Quanto mais pessoas são

entrevistadas, maior é a rede de narrativas que podem ser tecidas, buscando em qual ou quais pontos convergem ou divergem para, assim, buscar compreender as verdades sobre o fenômeno. A fenomenologia em interface com a história oral, mais especificamente a história de vida, pode ser usada quando se pretende compreender os significados que os fenômenos têm para o sujeito. Os significados, assim como as emoções, crenças e valores não podem ser medidos, quantificados, mas podem ser ouvidos e compreendidos dentro do contexto de quem fala e quem ouve.

Na disputa entre a história escrita e a história narrada, os escritos estão sujeitos a pressões sociais do qual fazem parte, porque o letramento é um privilégio racial, de gênero e classe, dado que a história é um processo criativo de significações. Os escritores, imersos numa cultura, numa sociedade, em determinado momento histórico, sofrem influência e por isso seus escritos estarão sujeitos ao seu próprio ponto de vista. Neste sentido, é necessário romper a reprodução de discursos hegemônicos a partir da ressignificação da história, pelo ponto de vista dos excluídos sociais, porque, segundo Portelli (2010), às pessoas a serem entrevistadas não são objetos de pesquisa, são sujeitos que nos auxiliarão a compreender uma narrativa alternativa. São sujeitos de um projeto compartilhado. Nem sempre o entrevistador conduzirá a entrevista, e nem sempre o pesquisador ouvirá respostas esperadas sobre aquilo que pesquisa.

O objetivo é resgatar as lembranças daquilo que foi vivenciado concretamente pela pessoa entrevistada. A vivência é o que interessa na história oral, porque através da construção da narrativa sobre o fenômeno, a pesquisadora pode encontrar ali o núcleo essencial, isto é, a maneira pela qual o fenômeno aparece para a consciência. A narrativa, numa interface entre a história oral e a fenomenologia, pode ser entendida como a narração da forma como a consciência constrói significados sobre o fenômeno em suspensão. Enquanto ciência do vivido, a fenomenologia pode auxiliar na busca pelo rigor metodológico do trabalho de pesquisa que utiliza a história como ferramenta metodológica. Para CAPALBO (1991):

Husserl chama de "redução transcendental" a colocação entre parênteses ou a suspensão dos juízos que visam provar a existência. Esta se experimenta concretamente. Ela não é demonstrável pela ciência ou pela filosofia. O que interessa é ver como esta vivência existencial dá-se a si mesma significado e valor, quer na sua vida pessoal, quer na coletiva. A fenomenologia transcendental nada mais é do que o estudo deste modo de aparecer das coisas para a consciência humana (CAPALBO, 1991, página 48).

Neste sentido, partindo da fenomenologia (CAPALBO, 1991; MARTINS, 1990; PEIXOTO, 2011), a história oral (PORTELLI, 2010; ALBERTI, 2003) pode ajudar na compreensão das

significações da consciência. Em outras palavras, a redução transcendental descrita por Capalbo (1991), pode ser feita a partir de um método de escuta baseado na história oral.

Neste sentido, a fenomenologia pode auxiliar a pesquisadora a elaborar o roteiro de entrevistas necessárias à pesquisa em história oral e no momento da análise desta entrevista. As questões norteadoras devem auxiliar a pesquisadora a percorrer um caminho na busca pela descrição da forma como a pessoa entrevistada vive, sente, significa e compreende o fenômeno em estudo. A compreensão do fenômeno (CAPALBO, 1991; MARTINS, 1990; PEIXOTO, 2011) só faz sentido no contexto da história de vida da pessoa entrevistada (PORTELLI, 2010) ALBERTI, 2003).

A entrevista depende da sensibilidade da pesquisadora em planejar o roteiro das questões e definir quem são as pessoas a serem entrevistadas com base na questão a ser compreendida. A entrevista é o momento através do qual a pesquisadora exercerá o diálogo com a entrevistada para que dessa relação possa construir as narrativas acerca do fenômeno estudado. Isso depende da sensibilidade da entrevistadora em planejar e construir um roteiro que não envolva perguntas, mas sim direcionamentos, o que exige uma profunda sabedoria dos propósitos da pesquisa.

Nessa relação é preciso atentar-se à ética e ao diálogo. Para Portelli (2010) e Freire (1986), há de se considerar o poder da comunicação. Quem exerce esse poder? A entrevistadora ou a entrevistada? A entrevistada dispõe do conhecimento que se deseja saber, porém socialmente a entrevistada possui privilégios que podem acanhar a entrevistada, como o fato de ser graduada e mestranda, por exemplo. A relação entre as pessoas envolvidas na pesquisa precisa ser a mais horizontal possível, sem as hierarquizações de poder comumente encontradas na sociedade. A entrevistadora dialógica entende que a entrevistada possui conhecimento de mundo que lhe ajudará no entendimento daquele contexto no qual se encontra a entrevistada, pois a pesquisadora está ali para entender o que a outra pessoa pensa sobre determinado assunto. A entrevista é um momento rico de troca de saberes, onde a entrevistadora produz conhecimento a partir da escuta da entrevistada, a qual, por sua vez, re-elabora a história de suas memórias à medida em que organiza suas ideias para, então, reverberá-las. É um momento de troca mútua de saberes. A entrevista é um momento de igualdade, onde entrevistadora e entrevistada possuem conhecimentos a serem compartilhados. É fundamental romper com a dicotomia existente nas hierarquias de poder do conhecimento.

Segundo a pesquisadora Marcela Boni Evangelista (2010) o recurso das entrevistas tem sido amplamente utilizado em diversos trabalhos e é preciso situar qual tipo de entrevista é o mais adequado para a finalidade da pesquisa. Neste trabalho, optou-se por utilizar o modelo de gravação por vídeo chamada remota, através da plataforma de *streaming* fornecida pela Universidade, salva e arquivada para posterior análise. Independente do modelo de entrevista que se utiliza, a pesquisadora aponta para o fato de que, durante as entrevistas:

As relações de poder não podem ser camufladas, assim como as afinidades e parcialidades. Neste sentido, vale suscitar a importância da "performance" narrativa, a qual está diretamente relacionada às condições de entrevista, em geral oferecidas pelo entrevistador. Certamente a performance do do narrador depende de características de sua personalidade, mas a presença ou não de gravadores e câmeras pode interferir no comportamento do entrevistado, que pode tanto se sentir intimidade quanto propenso a se mostrar de forma mais exuberante (Marcela Bosni EVANGELISTA, 2010 p. 171).

A relação estabelecida no meio digital não será aprofundada, mas é importante salientar a importância desta dimensão, dado as transformações digitais ocorridas na última década, no Brasil. A pandemia do novo coronavírus obrigou a mudança metodológica da entrevista pessoal para a modalidade virtual. As condições para a criação de vínculos e confiança são diferentes nas duas modalidades, mas não são excludentes e depende da forma como a relação é conduzida e estabelecida pela pesquisadora. Neste trabalho, as entrevistas foram realizadas na própria casa da pesquisadora, residente em Sorocaba, enquanto as entrevistadas também estiveram em suas residências, com equipamentos eletrônicos por chamada de vídeo e rede de dados próprios. Além disso, a pesquisadora precisa se atentar ao modo como se apresenta, a linguagem utilizada e ao invés de perguntas, deixar a entrevistada sentir-se à vontade para falar.

O roteiro de perguntas não foi exatamente igual para as entrevistadas, dado que a busca pelo vínculo e pela construção do ambiente virtual informal foi uma premissa da pesquisa. Não foram feitas perguntas diretas, primeiramente retomei os motivos pelos quais estava diante delas e acionei o recurso de gravação. Busquei iniciar a conversa com assuntos do cotidiano, comentar sobre o espaço onde estavam de modo a saber se era tranquilo, calmo e reservado. Devido a proximidade pelo fato de sermos travestis negras, em muitos momentos compartilhamos histórias em comum, como questões relativas à beleza, silicone, estudos, emprego, pandemia, família, relações amorosas e, aos poucos, fomos “quebrando o gelo”. A forma como iniciamos as conversas e os papos informais foi diferente para as três

entrevistadas. Contudo, nas três entrevistas iniciei com direcionamentos sobre suas lembranças e memórias relacionadas à escola. Atenta àquelas histórias, quando elas fizeram pausas longas ou disseram que não sabiam mais o que dizer, pedi que contassem mais sobre determinado acontecimento o qual senti que foi marcante para elas. Em algum momento, solicitei que contassem com mais detalhes aspectos relacionados ao respeito ao nome e as suas identidades. Depois de focar no nome, ouvi as histórias sobre suas infâncias, término do ensino médio, início da graduação, adoção do nome social na graduação e as considerações delas sobre como seria o mundo ideal com respeito ao nome e à identidade no ensino básico e superior. Finalizamos com conversas mais compartilhadas, onde eu também compartilhei minhas experiências enquanto travesti negras e nos emocionamos muito, em diversos momentos.

Outrossim, a relação entre entrevistada e entrevistadora não acaba com a entrevista. Após a entrevista, as histórias são transcritas e a transcrição não pode distorcer o que foi dito. A escolha das palavras e da linguagem a ser utilizada precisa ser trabalhada de modo a registrar o sentido que determinado assunto foi dito. A doação da palavra do que foi dito é uma responsabilidade! A confiança e a comunhão com que foi partilhado determinado saber não pode ser usada para outra finalidade diferente daquela proposta pela pesquisa. Foram elas que nos concederam as narrativas e a pesquisadora tem como tarefa a devolutiva do trabalho transcrito. Caso as entrevistadas decidam alterar, excluir ou incluir determinados trechos, deverão ser respeitadas a sua autonomia, pois elas são as proprietárias das narrativas, as quais foram emprestadas para a pesquisa, através do termo de consentimento⁷. Este termo foi devidamente elaborado e submetido ao comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, previamente apresentado às convidadas desta pesquisa.

As quase quatro horas de entrevistas foram primeiro transcritas, em um processo que buscou corrigir os vícios da linguagem e tornar o texto adequado às normas gramaticais, sempre na busca pela fidelização integral do que foi dito. Em seguida, cada transcrição foi cuidadosamente lida e transcrita, isto é, para além dos processos gramaticais, a transcrição considera todo o momento da entrevista, desde as pausas respiratórias, os pedidos de pausa, a fuga do assunto, o aprofundamento em determinado tema, a linguagem corporal, momentos de tensão e outros comportamentos durante a entrevista os quais não podem ser transcritos no texto.

⁷ As entrevistas, assim como todo o projeto de pesquisa foi aprovado pelo comitê de ética da Universidade Federal de São Carlos, através da plataforma Brasil e pode ser consultado pelo número parecer número 4.497.723

A transcrição pode ser entendida como uma forma de expressão escrita tanto do que foi falado quanto do que foi sentido naquele momento da entrevista, sem alterar a essência do que foi dito. O texto final ou o texto transcrito é a construção de uma narrativa que discorre sobre o tema pesquisado, retirando-se os vícios da linguagem, organizando a gramática e, mais do que isso, torna-se inédito na medida em que é o resultado de uma série de etapas de um projeto construído pelo pesquisador, junto com as pessoas entrevistadas envolvidas (Marcela Bosni EVANGELISTA, 2010).

A devolutiva do texto transcrito e transcrito foi realizado junto com as travestis negras entrevistadas nesta pesquisa, as quais puderam ter acesso à produção do texto. A transcrição pressupõe o envolvimento direto com o tema e com o documento vivo, materializado na vida das entrevistadas e insubstituível para a composição do texto final. A experiência gerada durante a pesquisa, confere a segurança necessária para a escrita com propriedade sobre o tema dos impactos políticos e pedagógicos nas histórias de vida das travestis negras entrevistadas. O texto final, apresentado a seguir, é o resultado de etapas criativas e que vão contornar um assunto muito caro a todas nós travestis negras: o respeito ao nome!

CAPÍTULO 4

QUEM ESCUTA AS TRAVESTIS?

4.1 – Infâncias transviadas: respeita meu nome!

Quando as travestilidades negras são possíveis de existir? A vida das travestis negras é marcada pela não existência, pelo não lugar, na medida em que lutam para existir no cis-tema brasileiro, tensionadas para que se dirijam ao centro, ao ajustamento e a norma de gênero vigentes na sociedade (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, 2020). Considera-se, a priori, que os corpos devem se arranjar ao padrão de gênero coloniais, impostos desde o nascimento, a partir da naturalização da sexualidade heterossexual e dos gêneros binários masculino e feminino como única possibilidade de existência (Berenice BENTO, 2011). A construção da identidade racial busca a aproximação da branquitude através do apagamento das características culturais, religiosas e epistemológicas negras. Antes de sequer se reconhecerem enquanto travestis, bicha preta é nomeada para ser eliminada, segundo a pesquisadora travesti e preta Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020) em seu artigo denominado “trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação!”, aprofunda mais sobre a questão das bichas pretas, ao realizar a intersecção entre raça, gênero e sexualidade para as categorias do gay, bicha, homomssexual e heterossexual na construção de identidade e apagamento de infâncias. Ainda que não seja o foco deste trabalho, trazer a questão das infâncias das bichas e travestis negras na pesquisa torna-se importante para o debate, uma vez que a possibilidade de sua existência na escola é reprimida.

Antes de ser travesti, somos as bichas e viados afeminadas que precisam se esconder para não ser violentadas. A infância das travestis negras é permeada por uma série de violências, antes mesmo de se identificarem enquanto negra e travesti. As instituições, como a família e a escola, fazem questão de apontar os marcadores das diferenças em seus corpos, com o intuito de diminuir suas existências e marginalizar seu lugar na sociedade. “Antes mesmo de adquirirmos consciência do potencial repressivo que esse termo tenta impor, ele é lançado como um torpedo que tenta um aniquilamento. Um grito que ecoa do outro lado da rua ou no pátio da escola, um desenho tosco na parede de um banheiro público, uma pregação religiosa: Bicha!” (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, 2020 p. 75). A infância e adolescência das travestis pretas brasileiras não é encarada como possibilidade de existência. Antes de sermos travestis somos bichas, viados e outros apelidos com o intuito de colocar nossa existência como desviante, errada, imoral, suja, sexualmente perigosa.

Olha, uma lembrança que eu tinha na infância era como eu iria sair daquela situação. Sempre pra mim foi assim. Essa era uma questão que perpassava a minha infância e quase a minha adolescência inteira: como eu vou sair, como eu iria sair? Eu sempre pensei isso porque eu sabia que não ia ser aceita. Eu sabia. Mesmo que eu era criança eu sabia que eu era uma pessoa diferente, eu já sabia que não era uma pessoa heterossexual e tudo mais (Lucinda, 2020).

Lucinda é uma travesti negra, recentemente graduada em Direito e atual estudante para o processo seletivo de mestrado em Antropologia e cuja história de vida foi marcada por violências raciais e de gênero. Ela faz pausas, tentando retomar o fôlego e sinaliza que é difícil falar sobre o que passou na infância. Quando a sua lembrança reverbera o desejo em sair daquela situação, Lucinda se remexe na cadeira, olha para baixo, balança a cabeça, como se tivesse perdida, como aquela criança em situação de violência e policiamento de gênero (BENTO, 2011). Ao continuar sua lembrança sobre a infância ela chega nas lembranças da adolescência e o mesmo sentimento a invade, ela fala sobre a não aceitação e a certeza em ser uma pessoa diferente, alguém que não se identifica com a heterossexualidade. A travesti Sofia Favero (2020), pesquisadora e autora da obra “Crianças Trans”, resultado de sua pesquisa no mestrado, indagasse “Onde estariam as crianças viadas? As crianças travestis, liberadas, pintosas e entendidas? (Sofia FAVERO, 2020 p. 156). Mais adiante, em seu trabalho, Sofia disserta sobre onde seria possível afirmar, durante a infância, o lugar da travestilidade e homossexualidade, dado que estas discussões poderiam ser separadas nos campos do gênero e da sexualidade, ao mesmo tempo em que são mais discutidas na vida adulta.

Baseada nos estudos de Sofia Favero (2020), Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020) e, principalmente, das travestis negras aqui entrevistadas Lucinda, Keron e Maria, chamarei as infâncias das travestis negras aqui entrevistadas como transviadas, porque estas infâncias foram marcadas por um lugar fora das fronteiras raciais e de gênero, onde elas mesmas afirmam terem sido interditadas, antes mesmo de se conhecerem enquanto travestis.

Sair daquela situação era uma questão de vida para Lucinda, porque a morte daquela infância estava em curso. A eliminação daquela criança afeminada se dava a partir do não acolhimento, do silêncio em torno da feminilidade vivida pela criança transviada, a qual precisou encarar a violência de gênero em casa.

Eu sempre ficava pensando que não tinha como trazer esse debate pros meus pais. Sobretudo pro meu pai. Foi por isso que na verdade quando eu tinha dezoito anos eu queria sair de casa, porque não eram pessoas que me deram essa abertura para conversar sobre isso para entender, sabe? Então, eu sempre me escondi bastante,

tentava conter o meu lado feminino. Em alguns momentos eu me forçava a participar de algumas coisas com os meninos só para ter uma visão mais positiva dos meus pais sobre mim. Então não foram momentos assim saudáveis, para ser sincera. Foram momentos... É até difícil de falar sobre... foram momentos muito difíceis que me marcaram e até hoje deixam rastros assim, sabe? Poderia ter sido, se fosse diferente, acho que eu tinha conseguido muito mais do que eu tenho hoje, assim. Não digo em relação a dinheiro e tudo mais, digo em relação a construção e fortalecimento do eu. Como venho de uma família muito pobre, humilde, preta, a minha mãe é diarista, meu pai é caminhoneiro, então eu digo assim de discussões que não tinham e que tipo estavam longe daquela realidade, para eles tava longe daquela realidade, porque para eles era trabalhar para sobreviver, eu cuidava da irmã mais nova, a irmã mais velha cuidava da mais nova (LUCINDA, 2020).

O silenciamento e as negligências fazem parte da infância de travestis negras. Viver uma infância marcada pelo estigma da rejeição deixou marcas profundas na vida de Lucinda, ao ponto dela mesma se cobrar em ter de levar o assunto da travestilidade para a família. Como poderia uma criança dar conta desse assunto? Não deveria ser os adultos que estão ali observando o comportamento, os gostos, os jeitos de nomear e acolher aquela criança transviada? A transfobia na infância fez com que ela própria reproduzisse os comportamentos socialmente esperados para aquele corpo, com o intuito de agradar os adultos da família. Quando ela se pergunta se poderia ter sido diferente, ela faz uma pausa. O fortalecimento do eu na infância pode estar atrelado ao reconhecimento da subjetividade, dos desejos, vontade, comportamento e conduta. Receber o acolhimento na infância fortalece a autoestima e valoriza as potencialidades da criança, na tentativa de garantia do desenvolvimento saudável. A transfobia roubou essa possibilidade da infância de Lucinda. O ajustamento às normas de gênero em uma família negra é potencializado pelo racismo, porque ter um filho supostamente homossexual é ainda pior quando a bicha é preta, dado que a constituição da negritude pressupõe o ajustamento à heterossexualidade ao passo que, o desenvolvimento da homossexualidade se ajusta às normas da branquitude (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, 2020). Ao longo do tempo, a família espera que isso seja apenas uma fase, pois “notamos ainda que não se costuma falar em travestilidade como uma possibilidade na infância, mas somente como um atravessamento da vida adulta” (Sofia FAVERO, 2020 página 155).

O policiamento de gênero (Berenice BENTO, 2011) não se interrompe quando a criança e a adolescente transviada chegam no ambiente escolar, porque é na escola onde vão ser reiteradas as pedagogias do armário, do medo, o racismo, numa imposição da cis heteronormatividade branca em todos os espaços, da sala de aula ao banheiro. Ao ser indagada sobre ser uma criança preta e afeminada, Keron, pseudônimo escolhido em homenagem à travesti mais jovem assassinada em 2020 com apenas

13 anos de idade, conta que: “*Eu costumo dizer que eu sempre vivi esse umbral, por não ser negra demais na minha casa e por não ser branca na escola*”. O ajustamento ao embranquecimento e as normas de gênero, colocam as infâncias travestis negras na encruzilhada entre raça, gênero e sexualidade na medida em que se busca seu aniquilamento, fazendo que a experiência na escola por travestis pretas seja traumática. As poucas que conseguem concluir o ensino básico, o fazem na medida em que são impedidas de expressar suas identidades:

Eu fiz a minha transição um pouco tardia, eu comecei a minha transição com vinte e um anos, eu já estava na graduação. Então, meu ensino fundamental, básico e o médio eu me apresentava no gênero masculino, me colocava enquanto pertencente ao gênero masculino, mas já marcava minha orientação, que naquele momento eu me colocava como homossexual, por eu ser do gênero masculino. Eu passei, a partir da terceira série, iniciando os conflitos com os coleguinhas e isso se estendeu até o terceiro colegial. Por mais que eu não tenha assumido a minha transexualidade, eu era bastante afeminada também. Então, isso prejudicou as minhas relações que eu tinha na escola, porque as pessoas me atacavam muito (Lucinda, 2020).

Ainda que a entrevistada estabeleça um divisor de águas em relação a sua expressão de gênero travesti, os relatos da infância e da adolescência explicitam o lugar que sua existência ocupou na experiência escolar no ensino básico, enquanto criança e adolescente transviada. Sujeita às normas do policiamento de gênero e da heterossexualidade compulsória, a falta de acolhimento na infância das crianças transviadas pode se tornar um fato de grande apagamento da sua autonomia e liberdade em viver a identidade de gênero. A travesti e pesquisadora Daiana Brunetto (2010), em seu artigo intitulado “*Cartografias da Transexualidade: a experiência escolar e outros traumas*”, traz a discussão da pedagogia do controle, desenvolvido originalmente pela pesquisadora Rita Assis César:

Em relação às/aos travestis e transexuais, a experiência de visibilidade que se instaura a partir da pedagogia do controle é a do excesso, pois são corpos e identidades para os quais não existe nem mesmo a possibilidade da existência do armário. Embora sejam múltiplas e apresentem várias nuances, as experiências travestis e transexuais são engendradas fora dos limites do armário, porque travestis e transexuais fabricam seus corpos e identidades fora do armário, isto é, nas ruas, nas pistas, nas calçadas. O olhar inquisidor e escrutinador sobre os corpos e identidades travestis e trans constrói um aparato acusatório para essas personagens (Daiana Brunetto Carlin dos SANTOS, 2010 p. 107).

A construção da identidade de travestis escancara o armário e denuncia as imposições de gênero. Na encruzilhada do racismo e da transfobia, crianças e adolescentes trans-viadas estão vulneráveis às violências etárias as quais roubam seus direitos de existir. A infância e a adolescência não pertencem aos

sujeitos que a vivem, mas aos adultos que a regulam, porque, na impossibilidade de acolhimento dos responsáveis, estará a criança e o adolescente trans fadada à negligência. Não sendo a transfobia vista como crime⁸ e como ato de negação dos direitos da criança e do adolescente, negligencia-se o direito de existência.

A travesti negra Maria, estudante de psicologia e cuja adolescência transviada foi vivida na metade da década passada, viveu a situação da negligência de sua identidade de gênero na infância, na medida em que não lhe foi possível falar do assunto de forma saudável nas instituições onde viveu. Contudo, nós travestis sabemos viver nossas identidades femininas de forma orgânica, como se de alguma forma já soubéssemos que devemos mudar.

Eu comecei a minha transição sem nem eu saber o que era transição. Eu só não me identificava com o meu corpo e com a maneira que eu me vestia, então eu comecei a fazer algumas alterações. Eu não tinha conhecimento sobre o que era travesti ou sobre o que era transexualidade, eu não tinha conhecimento sobre nada (MARIA, 2020).

A noção sobre transição de gênero ainda possui um caráter muito estigmatizante na sociedade, como por exemplo em frases significativas sobre pessoas que “trocam de sexo” ou viram do gênero oposto em frases corriqueiras como fulano “virou fulana”, o que leva a um entendimento distorcido sobre as travestilidades, porque ainda considera o caráter natural e imutável do gênero atrelado ao sexo do nascituro. Ao iniciar sua história, a travesti negra entrevistada Keron traz consigo uma noção de que a “transição” é para essa sociedade binária, biologizante e estigmatizante:

A minha vivência na escola, antes da minha transição...da minha transição eu digo pra sociedade, porque pra mim não tive esse período de transição. Eu sempre fui a mesma pessoa, sempre me senti diferente, não me encaixando dentro dos padrões sociais pré estabelecidos (KERON, 2020).

Esses trechos relatados pelas entrevistadas são como uma tentativa de organizar a própria história em uma linha do tempo ao serem indagadas sobre como elas lembram das suas vivências na escola, assim de forma ampla e sem direcionamento, para que, a partir dos seus relatos, pudesse ser localizada a experiência quanto ao uso do nome social. Os relatos sobre as infâncias destas travestis, podem ser aprofundadas em outras pesquisas e, neste trabalho, ajudam na contextualização do tema, pois o uso do nome social é possível no ensino básico e uma vez que estas crianças e adolescentes travestis negras não

⁸ A transfobia foi caracterizada como crime de injúria racial em. Contudo, as organizações sociais de travestis alertam para que seja votada leis específicas para este grupo populacional. Para mais informações acesse.

possuem suas identidades de gênero e negritude reconhecidas, estarão diante de violências de gênero transfóbicas e racistas. Suas histórias de vida sobre as infâncias denunciam também que a falta de reconhecimento familiar não pode ser impeditiva para o uso do nome social e tanto as escolas quanto os conselhos tutelares precisam intervir para garantir os direitos das infâncias trans.

4.2 - Transfobia na educação: um problema de quem?

A educação é corriqueiramente colocada como o lugar da transformação social, através da qual as pessoas poderão pleitear mobilidade social, empoderamento e o conhecimento necessário para a vida cidadã. Mas, quais são as pessoas alvo dessas promessas? Imagine você sofrer violência de gênero e racial na escola enquanto travesti negra, aguentar todo o sofrimento para concluir o ensino básico e perder a fé na educação. Ainda assim, restituir certa confiança nas possibilidades de mudanças proporcionadas pela educação, devido à luta dos movimentos sociais em trazer o tema das travestilidades para os debates públicos e da possibilidade de uso do nome social, voltar para a educação formal. Mas, ter de reviver as violências transfóbicas novamente. Foi o que aconteceu com a Keron.

No primeiro dia [na instituição de ensino superior privada, no curso de Serviço Social] eu já pedi que fosse respeitado o meu nome social. Então eu preenchi um documento lá que está baseado no decreto 8727/2016, que é o decreto federal que dá direito ao uso do nome social e que esse nome seja respeitado, mas até depois que eu fiz a retificação e até hoje mesmo, ainda eu sempre tenho que lembrar a faculdade (Keron, 2020).

As violências sofridas por Keron estavam apenas começando quando ela solicitou a utilização do nome social na instituição de ensino superior particular. O que deveria ser um novo recomeço para ela, tornou-se um pesadelo na medida em que foi desrespeitada pela instituição. A transfobia institucionalizou-se na medida em que a estudante passou quatro anos da graduação tendo que reiteradamente solicitar o respeito a sua identidade, a partir de decretos estaduais e federais sobre a disposição do uso do nome social.

A luta dos movimentos sociais das últimas décadas, como a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais e Associação Nacional de Travestis e Transexuais, têm pressionado o poder legislativo em garantir à cidadania de pessoas trans através da aprovação do projeto de Lei de Identidade de Gênero João Nery PL, que “Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o artigo 58 da Lei

6.015 de 1973”. O projeto de lei engloba as decisões do STF e vai além, ao garantir, através da lei, o direito de pessoas transgênero no país.

Além disso, a referida proposta legislativa define o que se entende como identidade de gênero, baseada em aspectos socioculturais e não puramente biológico, como acontece na prática. Inspirada na Lei de Identidade de Gênero Argentina e outros movimentos pelos direitos trans no mundo, como no Uruguai e na Espanha, o projeto de Lei, contudo, encontra-se engavetado desde 2019. Ao analisar o contexto global, percebe-se que a disputa pela cidadania trans se confronta com duas perspectivas: uma que busca a subcidadania atrelada a patologização e outra que supera a negligência e a patologização ao devolver a pessoa trans a sua autonomia em expressar sua identidade de gênero sem a interdição estatal, médico e jurídica. O projeto de lei João Nery seguiu esta segunda perspectiva, mas o legislativo brasileiro optou pela primeira modalidade.

As elites políticas brasileiras têm resistido muito em garantir direitos para pessoas transgênero. A ala mais conservadora do congresso criou projetos de lei cerceadores dos direitos humanos de pessoas trans, como a PL 2578/2020 que tenta outorgar o sexo biológico como sinônimo de gênero; PL 346/2019 que veta a participação de pessoas trans nos esportes no estado de SP. Em Sorocaba, foi derrubado pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo o projeto de Lei que impedia pessoas trans de acessarem o banheiro de acordo com sua respectiva identidade de gênero, em instituições públicas de ensino da cidade. Outro projeto de lei em discussão tentou impedir que mulheres trans assumissem a presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba.

A letargia legislativa é consequência de uma cultura transfóbica. A imagem das pessoas transgênero brasileiras é constantemente fetichizada e ridicularizada. A sociedade brasileira reservou um lugar específico para incluir mulheres trans. Esses espaços são a esquina, o caixão e a chacota no país que mais mata pessoas trans e o que mais acessa pornografia relacionada a esse segmento da população (Thara Wells CORRÊA, 2020). As tentativas de incluir pessoas trans na sociedade brasileira, contudo, compreendem o grupo como homogêneo, invisibilizando as especificidades intragrupo. Na encruzilhada entre gênero e raça numa sociedade capitalista, as mulheres trans negras encontram-se abaixo da linha da marginalidade. Entre a morte o fetiche, seguimos na luta para garantir aquilo que o Estado se recusa a fazer: valorizar, discutir e celebrar nossas vidas.

Berenice Bento (2014) apresenta o conceito de cidadania precária e gambiarra legal ao enfatizar que historicamente as elites políticas do Brasil não concedem direitos a respeito da cidadania de mulheres, negros e transgênero de forma plena, mas através de pequenas concessões ao longo dos anos. Conforme a autora, as votações acontecem a “conta-gotas”, aos pedaços. Cria-se normas políticas de maneira a incluir, mas para manter excluído. O conceito de cidadania precária e gambiarra legal nega humanidades e restringe o acesso à cidadania plena a sujeitos que carregam determinadas marcas raciais, sociais e de gênero consideradas pelas elites como subalternas, sujeitas ao controle. Cabe destacar que o termo elite não é considerado como um todo homogêneo, visto que a hierarquia racial muda a vivência entre os gêneros e sexualidades diversas. Conforme ressalta a autora:

Antes da aprovação da Lei Áurea, foram aprovadas leis, ao longo de cinquenta anos, que libertavam parcialmente os escravos. Antes de tornar-se universal, para todas as mulheres, o voto feminino foi palco de diversas propostas de restrições, e antes da lei federal entrar em vigor em estados isolados as mulheres já votavam. E com a legislação trabalhista notamos a mesma estrutura se repetindo: primeiro foram regulamentações pontuais ao longo de mais de cinquenta anos. O reconhecimento das uniões estáveis por parte de casais do mesmo sexo também foi precedida de medidas localizadas, a exemplo da inclusão dos/as companheiros como dependentes em planos de saúde, da inclusão na declaração de imposto de renda. Nestes quatro casos, podemos observar como setores dominantes (raça/etnia, gênero, classe, sexual) se apoderam do Estado e tentam segurar com mãos de ferro seu lugar hegemônico (BENTO, 2014, p. 167).

No estado de São Paulo, considerando o PARECER CNE/CP N°: 14/2017 e a Resolução n°1 de 18 de Janeiro de 2018 do CNE e do CP, a deliberação CEE 125/14 e Resolução SEE n° 45 de 18/08/2014, somente em 2018 o uso do nome social nas instituições de ensino passou a ter ampla divulgação, embora seja possível o uso desde 2011. As humilhações foram constantes.

Eu tenho que ligar ou, às vezes, vem uma atividade no nome errado, ainda mais no trabalho de grupo. Ou seja, é uma violência que me afeta muito, porque quando parece que quando você faz a retificação de nome, parece que você exorcizou uma coisa que não fazia parte de você, mas parece que esse encosto fica ali atrás de você e quando você menos espera ele aparece presente de novo. Como se a gente nunca conseguisse se desvencilhar desse nome que veio pra gente. Então, assim e ainda quando você pede que as pessoas respeitem o seu nome, eu acho que isso fica humilhante. Pelo menos eu me sinto bastante humilhada. Mesmo tendo as legislações que já obrigam que isso aconteça, parece que você está sempre pedindo um favor, sempre contando com o bom senso da pessoa que tá ali para te servir ou te orientar. (Keron, 2020)

A instituição fere completamente o decreto do uso do nome social ao tornar evidente o primeiro nome de registro civil nas atividades, ou seja, nos documentos públicos, pois o primeiro nome de registro

civil deveria restringir-se apenas aos documentos administrativos, o que não foi o caso. Agrava-se o fato de que a estudante realizou os procedimentos de retificação de prenome e gênero, o que desonerou a instituição da manutenção dos trâmites burocráticos em relação ao nome social. Ainda assim, a instituição falhou em respeitar seu nome e, portanto, sua identidade de gênero, trazendo consequências para a dignidade da estudante perante a instituição e seus colegas. Na falta da aplicabilidade e fiscalização do decreto, conta-se com o bom senso das pessoas cis do local em respeitá-la. Mesmo ela sabendo dos direitos, teve sua graduação marcada pela transfobia institucionalizada, em uma faculdade de ensino superior. Para Maria, a possibilidade de ser respeitada dentro do ambiente escolar do ensino médio, em 2013, sequer passou pela sua cabeça, porque o ambiente de vigilância sobre seu corpo, através de policiamento de gênero e do cis e heteroterrorismo marcou sua lembrança sobre esse momento da sua vida.

O período mais intenso dessa confusão entre nome social e respeito da identidade na escola que eu me lembro foi no ensino médio quando eu comecei a minha transição. Eu comecei a minha transição sem nem eu saber o que era transição. Então eu comecei a fazer algumas alterações. Eu não tinha conhecimento sobre o que era travesti ou sobre o que era transexualidade, eu não tinha conhecimento sobre nada. Isso lá em 2012/2013 não tinha tanto acesso à informação e a gente não tinha tanta visibilidade, nem existia legislação que defendesse o uso do nome social nem nada do tipo; a gente era totalmente ignorada nessa época (Maria, 2020).

Maria que vive no interior de São Paulo poderia ter vivido outra relação com o ambiente escolar se tivesse sido respeitada. Ainda que houvesse debates e lutas dos movimentos sociais há muitas décadas, a escola negligenciou essas lutas e reproduziu o racismo e a transfobia da sociedade brasileira, através da pedagogia do armário, do medo e das violências. Mesmo sem saber que podia utilizar o nome social, Maria foi obrigada a gritar seu nome diante de uma situação de transfobia na sala de aula, praticada por um dos professores da escola.

Lembro que um professor de português começou a falar sobre homossexualismo, esse foi o termo que ele usou, que eram mais doentes que começavam a mudar a forma de se vestir e eu me senti extremamente ofendida, foi direcionada. Eu era a única pessoa da sala diferente, né. Então, foi muito direcionado, foi muito específico. E ele começou a fazer algumas perguntas... perguntas não, ele começou a ofender mesmo. Até que ele chegou em mim e me perguntou se eu tinha vontade de ter outro nome e de ser outra pessoa. Lembro que me levantei da cadeira e gritei para ele: o meu nome é Maria! Eu estava tão revoltada que eu queria me impor diante daquela situação, porque eu estava me sentindo tão ofendida ali e o resto da sala me pressionando, né. Eu levantei e gritei: meu nome é Maria. E eu me lembro que na minha sala existia um grupo de sapatão: eram quatro meninas que se assumiram lésbicas depois que eu comecei a minha

transição. A gente se uniu naquele dia e tipo, durante todo o período da aula elas continuaram me chamando de Maria e foi bem interessante. Eu não utilizava o nome social de forma nenhuma, nem tinha conhecimento sobre isso e acho que eu nem sabia que eu podia reivindicar o meu direito ao respeito quanto ao nome (Maria, 2020).

As escolas produzem e reproduzem uma educação sobre gênero e sexualidade (JUNQUEIRA, 2015; JUNQUEIRA, 2009; CAETANO, 2016), através das pedagogias da sexualidade (CAETANO, 2019), pedagogias do armário (JUNQUEIRA, 2015) dentro das quais o corpo docente, composto por professores, coordenadores e diretores, policiam os gêneros e estabelecem a pedagogia do cis e heteroterrorismo (BENTO, 2011). Isso significa que a atitude do professor de Maria utilizou seu poder em sala de aula para ajustar e normatizar o corpo da estudante em pleno exercício de sua autonomia em expressar seu gênero, porque:

Essa pedagogia dos gêneros hegemônicos tem como objetivo preparar os corpos para a vida referenciada na heterossexualidade, construída a partir da ideologia da complementaridade dos sexos. As “confusões” nos “papéis” provocam, direta e imediatamente, “perturbações” na orientação sexual, supõem os defensores do binarismo. (Berenice BENTO, 2011 página 551).

Com o intuito de silenciar e conter o avanço do que ele caracterizou como doença e que possivelmente poderia contaminar os outros estudante, através do discurso reacionário e conservador, indaga à educanda se ela gostaria de ser uma travesti, pois as perguntas quanto a mudança de nome e sobre ser outra pessoa, denota que a travesti aparece no discurso quando é para ser eliminada.

Eu fui a primeira criança/ adolescente da minha escola a começar a transicionar, a transgredir a norma da binariedade e eu lembro que eu fui muito reprimida pelos funcionários e pelos professores da escola, tanto que na época iniciaram um programa de educação sexual, que não tinha nem pé e nem cabeça. Era só repressão mesmo escondida, sei lá, tentando enquadrar algum método educacional... enfim. A diretoria e os professores se uniram na época para começar uma intervenção na escola, porque a minha transição deu início a um movimento na escola, porque outras adolescentes começaram a assumir sua homossexualidade e transexualidade, enfim. Começaram a se liberar. Do outro lado, os professores, né, e os diretores da escola, começaram a reprimir a gente e fazer intervenções nas aulas (Maria, 2020).

Nota-se o esforço da comunidade em reprimir, humilhar e constranger a educanda travesti e as demais educandas as quais se sentiram acolhidas pela representatividade dissidente, porque são sempre as travestis e bichas pretas as quais abrem os caminhos para a existência da comunidade LGBTIA (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, 2020). A comunidade escolar não se esforça para valer os direitos de

crianças e adolescentes trans. Os vários documentos redigidos pelo CNE ratificam inequivocamente a relação entre a Educação e os Direitos Humanos (DH), com o aceno para a elaboração de projetos políticos pedagógicos os quais coloquem em prática a busca pela efetivação dos DH, como Resolução do CNE/CEB 5/2009, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; o Parecer CNE/CEB 7/2010, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; e o Parecer CNE/CEB 5/2011, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Além do uso do nome social, o Parecer CNE/CP nº 14/2017 outorga que:

Art. 1o Na elaboração e implementação de suas propostas curriculares e projetos pedagógicos, os sistemas de ensino e as escolas de educação básica brasileiras devem assegurar diretrizes e práticas com o objetivo de combater quaisquer formas de discriminação em função de orientação sexual e identidade de gênero de estudantes, professores, gestores, funcionários e respectivos familiares.

Art. 2o Fica instituída, por meio da presente Resolução, a possibilidade de uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica (resolução Nº 1 do Conselho Nacional de Educação de 19 de Janeiro de 2018, página 1; Parecer nº33 do CNE = PARECER CNE/CP Nº: 14/2017).

Não há resolução e nem decretos o suficiente que façam o corpo docente respeitar e promulgar a valorização da diversidade de gênero, racial e das sexualidades diversas na escola, porque estão pautados em valores morais arcaicos, retrógrados e arbitrários. A construção das identidades heteronormativas, cisgênero e brancas passa pelo apagamento das identidades travestis, homossexuais e negras, excluídas e marginalizadas na promoção de centro onde vivem os corpos normatizados e ajustados (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, 2020).

As tecnologias discursivas, apoiadas pelas pedagogias da sexualidade, preparam aquele corpo para que desempenhe com êxito o gênero atribuído do nascimento, segundo suas anatomias biológicas. Afirmar-se e comportar-se fora do regime previsto para corpos sexuados, significa ser o alvo das interdições de gênero (BENTO, 2011).

Essas pedagogias não preparam nem mesmo as pessoas que se identificam com o gênero dado no nascimento e com a sexualidade heterossexual, porque na medida em que precisam desumanizar racialmente os gênero e sexualidade dissidentes, tornam-se cúmplices da violência racista, transfóbica e sexista. Ainda que tentem culpabilizar a educanda travesti preta, são as pessoas dentro de uma estrutura cis e heteronormativa, que produzem e reproduzem um mundo de exclusão, negligência, violência e morte. Um professor, por exemplo, que utiliza seu poder na sala de aula para promover o assédio moral, sexual, a transfobia e o racismo contra educandas fora da norma branca cis heteronormativa, poderia ter

sua licenciatura cassada e responder criminalmente pelos danos morais contra as educandas afetadas, como modo de evidenciar a violência cis e heteronormativa cotidianamente presente nas escolas. As infâncias travestis estão sendo massacradas nas escolas e as consequências disso reverberam na vida delas. De quem é a culpa pela transfobia institucional?

E as minhas experiências na escola foram muito traumáticas, isso na época que eu era criança, isso até na época me deu muitas dores de cabeça, fui gaga muito tempo de vergonha da minha voz devido aos bullyings que sofria quando ia falar lá na frente, quando ia ler alguma coisa, quando ia recitar alguma coisa e isso os professores contribuíram muito pra isso, pra esse período que eu desenvolvi essa gagueira porque eles não deixavam de me chamar e rir quando eu gaguejava e a classe inteira dava risada (Koren, 2020).

Uma escola que não consegue lidar com as diferenças raciais, de gênero e sexualidade se torna uma das instituições guardiãs das normas de gênero, da produção da heterossexualidade e conseqüentemente inúmeros problemas no desenvolvimento emocional e do corpo das crianças e adolescentes. Na escola não se aprende apenas os conteúdos depositados de forma bancária, descontextualizado e justificado em si mesmo (FREIRE, 1987), aprende-se a conviver uns com os outros, através da operacionalização do currículo oculto (APPLE). As pedagogias da sexualidade são instituídas através do currículo oculto e oficial. Neste sentido, não existe dissociação de corpo e mente, uma ferramenta ocidental para separar corpos pensantes e corpos sexuados, reduzidos à biologia dos seus corpos em termos de raça, gênero e sexualidade. Os impactos pedagógicos da transfobia são vivenciados por educandas como Koren, gaga na infância por causa do racismo e da transfobia, dado que as normas e valores morais se tornam pedagogizados e escolarizados, assim como qualquer aspecto da vida, dentro de uma pedagogia do controle (Rita de Assis CÉSAR, 2004, p. 150-153).

O pedido de uso do nome social para a travesti Lucinda, foi marcado por burocracia, demora e pedidos informais individuais para os docentes da Faculdade de Direito de Indaiatuba, interior de São Paulo, em respeito ao seu nome social. Contudo, nem todos foram acolhedores e respeitosos.

Eu lembro que teve uma aula que eu indiquei o uso do nome social, mas eu tive de ir lá na direção. Só que eles demoraram maior tempão para mudar. Eu pedia para os professores, professor por professor, para eles fazerem essa alteração por mim. Tinha um professor que era reaçã e não aceitou e disse: “eu preciso que eles mudem lá embaixo” [na secretaria]. Ele não poderia simplesmente riscar aquele nome lá e colocar o nome só por enquanto a lista não ficava pronta? Teve um professor que perguntou para mim, eu lembro que ele era um professor bem mais velho e ele falou assim: “como você gostaria de ser chamada?” porque ele já tava percebendo e já tava

rolando um debate entre os professores, entre a direção, entre todo mundo ali. Enfim, uma travesti naquele espaço, ressignificando aquele espaço que nunca teve nenhuma e teve um homem trans em processo de transição. Nas universidades federais e estaduais têm muito mais. Daí ele perguntou assim como eu gostaria de ser chamada, me parabenizou pelo processo, pela coragem que eu tive de me assumir. Foi legal nesse momento e por esse ponto. De resto foi aquilo que a gente já conhece, tipo pessoas tratando a gente no gênero masculino, algumas piadinhas, claro. Eu sempre fui muito pragmática, mana. Eu sempre fui direta nas coisas que eu precisava. Eu percebi e comecei a limitar mais a minha circulação ali pela faculdade, sabe quando você deixa de ir a certos lugares porque você sabe que vai ser atacada? São técnicas que a gente usa para se defender (LUCINDA, 2020).

A burocracia não deveria impedir que travestis negras fossem respeitadas em sua plenitude e contar com o bom senso para ser respeitada denuncia a fragilidade da aplicabilidade do decreto sobre o uso do nome social em instituições onde o micropoder docente prevalece em detrimento de uma relação educador-educando minimamente respeitosa. Construir tecnologias de sobrevivência em espaços hostis tem sido a rotina de travestis negras no país que mais mata travestis negras no mundo e cuja história de construção da nação, pautou-se no genocídio negro, apagamento histórico, epistemicídio e transfobias recreativas, todas as quais reverberam até hoje, na negação ao respeito do nome social e demais demandas da população de travestis negras nos espaços que é nosso por direito.

Estamos avançando na luta pelos direitos das travestis, ainda que durante esses avanços vivenciamos setores retrógrados e conservadores os quais tentam barrar nossas pequenas conquistas políticas e pedagógicas. O respeito ao uso do nome social é um fator importante na garantia da permanência no ensino, como pontua Maria quando ela traz a questão do uso do nome social no ensino superior, através do fortalecimento à identidade de gênero.

Passaram-se alguns anos eu comecei a ter contato com o conteúdo que expunha a travestilidade e transexualidade de forma correta em 2015 quando eu ingressei no meu primeiro curso do ensino superior pelo PROUNI e lá eu conheci um professor de direito e ele me falou sobre isso. Eu acho que foi até em 2016 eu acho que surgiu um decreto sobre o uso do nome social em repartições públicas, não privadas. Mesmo assim ele começou a me apresentar algumas coisas no sentido da legislação mesmo, falando que eu tinha o direito a reivindicar meu nome e a utilizar ele na instituição, só que não em documentos e registros da faculdade e tal. Eu nunca tive problema... quer dizer, eu nunca tive um problema sério em relação a isso na minha vida, na minha família. Eles me acolheram, acolheram o meu nome de uma forma tão significativa que eu passei a me reconhecer quando eles utilizavam o meu nome. Agora nessa outra instituição de ensino que eu estou, na faculdade de psicologia, a proposta de adequação do nome social veio da própria instituição, eu não tive que adequar nada, mas por um processo

de desenvolvimento das leis, aceitação e visibilidade. Passaram alguns anos e o pessoal conseguiu entender melhor a necessidade de respeitar o nome social (MARIA, 2021).

O uso do nome social na vida de Maria, Keron e Lucinda se deu de diferentes formas, ainda que as tivessem vivido no mesmo espaço de tempo de cinco anos, quando as legislações sobre o uso do nome social estavam mais fortes no ensino superior do que no ensino médio. Keron teve de travar uma luta para conseguir ser respeitada até o último dia de sua graduação. Lucinda foi acolhida por alguns poucos educadores e, assim como Keron, precisou contar com o bom senso para ser respeitada e ambas sofreram as consequências da burocratização de um direito básico e fundamental.

Para Maria, o grito em sala de aula: “MEU NOME É MARIA” deu início a um movimento escolar de resistência entre colegas LGBTIA+ da escola, em especial suas colegas cis lésbicas, as primeiras a reconhecer e acolher sua identidade na escola. O grito, em resposta ao conservadorismo patológico e transfóbico ressoou como a força motriz de resistência ao policiamento de gênero e a cis-heteronormatividade compulsória. As infâncias transviadas de Keron, Lucinda e Maria não foram apagadas e seguem resistindo à figura de travestis negras adultas as quais replicam e multiplicam o acolhimento em suas carreiras profissionais.

O impacto político-pedagógico do desrespeito ao nome, à identidade de gênero, à infância transviada, foi mais intenso na vida destas três travestis negras. Para a vivência de Maria na instituição onde cursa psicologia, o respeito ao nome social ainda é só o começo para o que está por vir. Como ela mesma diz, o respeito foi o resultado da visibilidade e desenvolvimento dos decretos, algo tão simples e que pode se mostrar uma das possibilidades de permanência. Contudo, o nome social precisa estar alinhado a outras medidas para garantir a permanência de travestis negras nas instituições de ensino, como o combate ao racismo, cotas, programas de assistência estudantil, porque o nome social tem raça, classe e gênero.

4.3 - Para além do nome social

Quais são os caminhos e possibilidade de transformação das violências educacionais vividas pelas travestis negras? O nome social é interpretado como a ponta do iceberg pelas travestis do Instituto Brasileiro de Educação e pelas entrevistadas desta pesquisa. Pensar no problema da transfobia nas escolas apenas pelo nome social não dá conta da totalidade dos enfrentamentos vividos por elas, pois o nome é

um direito básico e esse corpo além de gênero, tem raça e classe muito bem definidos e indissociáveis. Segundo Maria (2020):

Eu acho que o mínimo é o respeito ao nome social, mas além disso conseguir escutar e acolher essa criança ou esse adolescente, integrar ela no ambiente e ajudar a reforçar a identidade dessa criança utilizando o nome social. Ter uma intervenção que fizesse com que os professores e alunos ajudassem nesse processo de identificação, porque como eu disse a minha identidade foi fortalecida, a minha vontade de ser Maria foi fortalecida com o reconhecimento que eu fiz do meu nome e da minha identidade pelas pessoas que me rodeiam. Se não fosse esse processo das próprias pessoas que vivem comigo de me aceitarem e me entenderem como Maria, eu teria desistido há um tempo, sabe, porque a gente luta diariamente para se reafirmar como mulher, trans e travesti, se a gente não reconhece essa luta e essa vontade que a gente exista nos outros, a gente desiste (Maria, 2021).

Respeitar o decreto sobre o uso do nome social é o mínimo que as instituições devem fazer, mas é preciso ir muito mais além, porque o reconhecimento e valorização das outras pessoas só podem ser assegurados na medida em que acabarmos com o racismo e as violências de gênero, o que significa compreender a forma através da qual estas opressões estão indissociados ao modelo capitalista vigente. Esta pesquisa não dará conta de fazer essas relações, mas os apontamentos são necessários. Denunciamos que a construção da cisgeneridade branca, heterossexual e dona dos meios de produção só pode existir através da eliminação do diferente, o que torna primordial o resgate às formas de relação humanas anteriores à colonização, pois foi a violência colonizadora que construiu e impôs as opressões de gênero, classe e raça a qual coloca as travestis negras brasileiras abaixo da linha da pobreza e do considerado sub-humano.

Acho que, primeiro, todos os professores e professoras deveriam, antes de lecionar, de dar aula e tudo mais, passar por formações específicas relacionadas às questões de gênero e sexualidade, porque eu percebo ainda que existe um certo despreparo e desconhecimento também de aquilo que acontece. Os professores também são preconceituosos. Eu tive muitos professores preconceituosos, muitos! Então eu acho que ter formações assim, bem iniciais sobre questões de sexualidade, gênero, aquele beabá bem certinho. Preparar o ambiente escolar para receber essas pessoas, a questão do nome social e do banheiro também que é um debate, é uma coisa bem polêmica ainda, eu lembro que eu tinha muito medo de entrar no banheiro masculino, muito medo! E no banheiro feminino também eu não era muito bem aceita. Inclusive na graduação. Acho que ações de conscientização. Eu sei que levar esse debate para os alunos nas escolas é sempre combatido pelos conservadores, né? Mas, levar formação para os professores, organização do espaço, conscientização, ter mais diálogo com as pessoas LGBT que estão ali, sabe? Para conversar, fazer uma abertura. Eu percebo que os professores, assim, em muitos momentos eles reproduzem muitos papéis sociais na sala de aula e

isso mexe com o processo subjetivo de identidade daquela pessoa. Eu lembro, assim, sabe quando por exemplo: quando os professores usam exemplos de casais, não utilizam exemplos de casais homoafetivos, muito menos de uma travesti, uma mulher transexual (Maria, 2021).

Diante do que foi apresentado, o impacto que a educação tem na vida de uma travesti negra pode ser mensurado? Para Keron:

Eu analiso as minhas atitudes antes de entrar na faculdade até na questão dos meus conhecimentos gerais, Na questão de eu ter mais confiança em mim, de eu ter uma perspectiva de futuro, coisa que eu não tinha. E como eu disse que já passei quase 1 década e meia da expectativa de vida de uma pessoa trans que é de 35 anos, eu sinceramente eu não pensei que duraria tanto. Uma coisa que até eu comento com as minhas amigas da época que a gente começou juntas é que eu não tinha uma perspectiva de viver tanto. Por viver na noite, estive sempre naquela pressão: sair de casa sem saber se eu vou voltar, então a gente acha que por viver muito tempo na prostituição ela já te prepara para que o pior aconteça e você não lamente quando isso acontecer, entendeu? Então eu tinha um pouco essa percepção: Ah, tô vivendo hoje, vou viver o amanhã, se não viver também depois, foda-se. Se não viver depois, tá bom já o que eu vivi. Então, essa intensidade, quando você entra na faculdade, começa a ter uma perspectiva: ah, que legal, agora eu quero continuar os meus estudos, continuar multiplicando o que eu tô aprendendo. E você começa a ter uma perspectiva de futuro. É isso que tem me mudado. E, pelo lado que eu sempre falo das minhas falas: eu começo a ser sujeita da minha história, eu começo a dar nome a tudo o que eu já vivi, entendo todo o processo que eu passei, enfrentei e sobrevivi. Então, pra mim isso tem sido muito, muito gratificante. E a faculdade ela tem me colocado em outro lugar, no sentido de que, às vezes, as pessoas que eu conhecia e estavam na academia falavam coisas que jamais eu tinha ouvido assim, então eu não me sentia pertencente aquela conversa. Hoje não, se alguém falar sobre qualquer coisa ou autor, são coisas que eu tenho aprendido, então pra mim tem sido uma forma de resgate da minha autoestima enquanto pessoa (KERON, 2020).

Enquanto as universidades reproduzirem os modelos epistêmicos eurocêntricos na formação das licenciaturas, não promoveremos a transformação necessária na educação brasileira. O cenário atual encontra-se pautados em estruturas voltadas para a reprodução das hierarquias de conhecimento, onde as licenciaturas recebem os menores investimentos e não são valorizadas, assim como toda a educação básica é voltada para o projeto de poder das elites econômicas, por isso encontram-se sucateadas. Na falta de pedagogias democráticas, dialógicas e que estejam voltadas aos interesses das classes oprimidas, resta-se às pedagogias do controle, da opressão, pautadas em valores voltados à manutenção da dominação capitalista cis heteronormativa.

CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS

O nome social tem impactos na vida das travestis negras entrevistadas, antes mesmo que elas pudessem utilizá-lo nas escolas e mesmo depois das solicitações nas secretarias das instituições de ensino. Antes do nome social, porque as infâncias transviadas estão sujeitas a uma série de interdições sobre seu comportamento e depois de decretado, porque elas tiveram de gritar, esperar pelo bom senso e ensinar aos seus opressores como deveriam trabalhar. Não obstante, as violências perpetradas pelo Estado racista e transfóbico na educação faz com que sejam pessoas violentadas que devem se levantar e gritar por respeito.

Os impactos políticos e pedagógicos sobre o uso do nome social, a partir das histórias de vida de três travestis negras da região metropolitana das cidades de Sorocaba e Campinas, no interior do estado de São Paulo, apontam que podemos entender o nome social como o resultado das tensões políticas e pedagógicas no campo da educação, dos movimentos sociais e da política brasileira.

A busca pela cidadania é rejeitada pelas forças construídas pela cis heteronormatividade, exercida pelas instituições de ensino, na figura do corpo docente racista e transfóbicos. A desmarginalização da comunidade de travestis das margens para o centro da sociedade, de modo a promover a cidadania e o resgate ao acesso e permanência na educação, através apenas do uso do nome social, esbarra na letargia e nas negligências perpetuadas pelo Estado brasileiro, encontrando nas instituições de ensino um contexto historicamente marcado pelo racismo, violências de gênero e concepções de mundo cisnormativas excludentes.

As travestis pretas Maria, Keron e Lucinda, entrevistadas nesta pesquisa, não tiveram seus nomes respeitados pelas instituições de ensino por onde passavam, pelo contrário, seus respectivos nomes e identidades foram respeitados apenas dentro da sua própria comunidade e rede de apoio. A educação pode ser vista como uma área estratégica na mudança da realidade das travestis negras no país, uma vez que os índices levantados pelas associações apontam para a expulsão escolar acima da média para pessoas cis.

O resgate da memória e da história de vida de travestis negras brasileiras são imprescindíveis para a contextualização capaz de promover ações pedagógicas mais respeitadas, pois o olhar sobre a totalidade se torna essencial para que possamos agir nos setores microssociais das escolas com respeito aos direitos humanos. Saindo de objeto de estudo para sujeitos que escrevem suas próprias histórias, as histórias das

travestis negras denunciam a violência epistêmica, o apagamento cultural, a colonialidade de gênero, a exclusão intragrupo dentro dos próprios movimentos sociais. Tudo isso é possível alinhado a uma ótica interseccional que expõe as lacunas deixadas por análises parciais da realidade, uma vez que as travestis negras habitam as fronteiras entre os gêneros, raça, classe e sexualidade.

Acredito que com base na interseccionalidade, no feminismo negro e decolonial, é possível refletir, repensar e recriar práticas pedagógicas as quais desconstruam a noção do aluno como categoria única e essencialista. É preciso considerar que as salas de aulas são diversas e neste sentido, os currículos, os conteúdos (com resgate da história e memória das travestis e do povo negro como um todo), as pedagogias precisam estar alinhadas a esta concepção múltipla de educandas, para que de fato possamos garantir a permanência das educandas travestis negras. Os impactos do uso do nome social nas escolas têm apontado para discussões sobre gênero, não realizando as devidas relações indissociáveis com as relações étnico-raciais, por isso cabe a educadora estar atenta para colocar a questão do nome social nas encruzilhadas de raça e gênero.

O decreto 8.736/2016 não tem impacto no enfrentamento ao racismo, porque não foi construído com esse objetivo, atentando-se a questão de gênero, por isso que Kimberlé Crenshaw alerta para as invisibilidades causadas pelas estruturas de raça e gênero, sendo que ao cruzarmos dois eixos estruturantes, poderemos perceber aquilo que está invisibilizado, neste caso: nome social que versa sobre gênero e a lei 10.639 sobre o ensino da cultura e histórias africanas, precisa ser feito pela educadora. O ponto de partida para a elaboração de práticas pedagógicas devem ter como base a indissociabilidade das opressões de raça, gênero e classe, pois estas se estruturam para educar corpos obedientes para sustentação dos privilégios da supremacia branca hetero-cis-patriarcal capitalista. Desvelar apenas uma opressão, em detrimento das outras, não fornece criticidade suficiente para a superação do problema.

Somente as oprimidas, em comunhão, poderão sair da situação de violência instaurada. Não podemos depositar a revolução nas educandas, tal qual se faz o sistema bancário vigente na educação. As educandas não são depósitos dentro das quais lançaremos verbalismos e palavras de superação e empoderamento. A transformação se dá pela sua busca constante, ou seja, práxis, na ação-reflexão-ação. São as estruturas raciais, patriarcais e capitalistas que educam a cisgeneridade branca heteronormativa, através da subjulgação dos corpos negros, femininos, travestis e demais dissidência.

Os decretos e as leis versam especificamente sobre uma opressão, pois estão fundadas em pensamentos segregacionistas, em sua origem colonial de poder. Vimos neste trabalho o quanto a construção dos nomes de brasileiras e brasileiros sofreu um intenso apagamento, desde o sequestro em território africano, as pessoas marcadas a ferro, sem nome, sem identidade e sem individualidade, lembradas apenas através de seus ofícios ou de suas terras de origem. Aos poucos esse sistema foi substituído pelos nomes cristãos, numa tentativa de renovação da dominação colonial, impondo sobrenomes generalistas, paternalistas e cuja herança continua patriarcal e racista. O sobrenome no Brasil é uma herança masculina, branca e patriarcal. Por isso que escrever o nome por extenso das autoras foi uma escolha política de visibilidade.

Da mesma forma que a construção do nome e sobrenome estiveram nas mãos das elites escravocratas, as leis e os decretos que versam sobre os direitos das travestis negras estão nas mãos da elite branca, cis e heteronormativa, sob o regime capitalista de exploração, dominação e subjugação dos corpos. Historicizar a pesquisa é importante porque o Brasil foi um empreendimento colonial, em todas as esferas da vida pública, jurídica e política.

O racismo se desdobra nas políticas de morte, na medida em que as travestis negras são deixadas para morrer e quando os movimentos sociais reivindicam transformações, o Estado, a conta gotas, fornece soluções simplistas, descontextualizadas e feitas de maneira que as posições sociais permaneçam as mesmas. A transfobia contra travestis negras é um empreendimento racista, aliada as políticas de policiamento de gênero e imposições cis-heteronormativas.

Neste contexto, quaisquer iniciativas para gerar respeito à dignidade e ao reconhecimento da existência de travestis negras, são uma brisa para respirar no inferno em se viver no país que mais mata travestis negras no mundo. Isto significa que, embora o nome social seja visto uma gambiarra política, enquanto o legislativo não aprova uma lei de identidade de gênero, isso não significa que devemos abandoná-lo, pois milhares de infâncias transviadas negras precisam ser defendidas! Precisam de apoio e respaldo legalizado, assim como muitas travestis negras sem a retificação de nome, precisam ser respeitadas em sua individualidade. Precisamos lutar pela aprovação das leis de identidade de gênero, a aplicabilidade da criminalização do racismo e transfobia, a reorganização dos currículos de formação docente, a mudança na organização econômica da sociedade e tantas outras transformações que não cabem nesta pesquisa, mas podem ser ditas através da seguinte frase: precisamos refundar o Brasil. E sem as travestis negras, este projeto de país jamais será erguido.

A violência contra travestis pretas brasileiras chega ao nível do genocídio, portanto, o investimento dos movimentos sociais pelo reconhecimento da identidade de gênero é para além do nome social, pautando-se numa lei de identidade de gênero e remodelação dos currículos escolares, da formação docente e da formação continuada, tendo em vista a construção de um novo marco civilizatório, na reparação histórica e na promoção da plena cidadania a qual as travestis negras tem o direito de exercer.

Esta pesquisa não se encerra aqui. Ainda há muito o que contar das memórias de travestis negras. As narrativas das entrevistas não se esgotam nos limites deste trabalho, e das histórias de vida e das transcrições de suas memórias, ainda há muito para contar e ampliar para a construção de uma nova história que derrube as opressões racistas e transfóbicas na educação e, de modo amplo, na sociedade.

Este país foi construído com sangue e suor dos povos indígenas originais deste território e das populações negras escravizadas. Das margens para o centro, queremos respeito a nossa dignidade, identidade e ancestralidade. Respeitem o nosso nome!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. Narrativas na história oral. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA {22.: João Pessoa, PB). Anais eletrônicos. João Pessoa, PB: ANPUH-PB, 2003. 10f.
- ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas trans em 2022.
_____ Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas trans em 2018.
_____ Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas trans em 2019.
_____ Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas trans em 2020.
- bell hooks. Ensinando a Transgredir: educação como prática da liberdade. Editora Martins Fontes; 2ª edição 2017.
- BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, pp. 165-182.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Carta dos direitos dos usuários da saúde / Ministério da Saúde. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 9 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 33: Normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica. Distrito Federal, 2018.
- BRUNETTO, Dayana Carlin Santos. "Corpos e subjetividades trans* na escola e nos movimentos sociais: A reinvenção das tentativas de captura por meio das normativas oficiais." Anais da 37ª Reunião Nacional da ANPEd. Florianópolis (2015): 1-17.
- CAETANO, Marcio; LIMA, Carlos Henrique Lucas; CASTRO, Amanda Motta. Diversidade sexual, gênero e sexualidades: temas importantes à educação democrática. Presidente Prudente, v. 16, n. 3, p.5-16 julho/setembro 2019.
- CAETANO, Marcio; RANGEL, Mary. Gênero e sexualidade: diálogos e conflitos. A escola diante da diversidade. Rio de Janeiro: Wak Editora (2013): 35-68.
- CAETANO, Marcio. Movimentos curriculares e a construção da heteronormatividade. Currículos, gêneros e sexualidades: experiências misturadas e compartilhadas. Vitória, ES: Edufes (2013): 63-82.
- CAPALBO, Creusa. Fenomenologia e educação. Fórum Educacional, [S.l.], v. 14, n. 3, p. 41-61, jun. 1990.
- Dayana
- COLLINS, Patrícia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. 2017.
- CRENSHAW, Kimberlé. Tradução: mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor. In: Martins, A.C.; VERAS, E.F. Corpos em aliança: diálogos interpretativos sobre gênero, raça e sexualidade. Curitiba: Appris, 2020.

Gilda Brasileiro contra o esquecimento. Roberto Manhães Reis e Viola Scheurer. Viola Scheurer. São Paulo, documentário. 2018.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na Cultura Brasileira. In: SILVA, L. A. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília, 1984.

_____. “Por um feminismo afrolatinoamericano”. Revista Isis Internacional, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

HAMPATÉ Amadou Bâ. A tradição viva. In: História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. 2.ed – Brasília: UNESCO, 2010.

JESUS, Elísha Silva de. Transfobia recreativa - a construção do lugar das travestis no imaginário da população brasileira através do humor. Revista Laudelinas, vº 1, nº4. Recife, 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Xica Manicongo, a transgeneridade toma a palavra. Rio de Janeiro. Revista Docência e Cibercultura. 2019.

_____. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Brasília, 2012.

LORDE, Audre. Irmã outsider. tradução Stephanie Borges. -- 1. ed. -- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. Tabula Rasa. 2008, n.9, pp.73-102.

Manifesto do Coletivo Combahee River. Traduzido por Stefania Pereira e Letícia Simões Gomes. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.26.1, 2019, p.197-207.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Trad. Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. A Canto de Morte Kaiowá: História Oral de Vida. Loyola, São Paulo, 1991.

MISKOLCI, Richard. Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MOREIRA, Adilson. Racismo Recreativo. Coleção feminismo plurais. 2019.

MOTT, Luiz. “Raízes Históricas da Homossexualidade no Atlântico Lusófono Negro, revista Afro-Ásia, no. 33 (2005): 9-33.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. O que não tem nome não existe. Feminismo negro e o percurso histórico do conceito de interseccionalidade, In: DE OLIVEIRA, Ligia Ziggotti; DA CUNHA, Josafá Moreira;

_____. Por que você não me abraça? Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. SUR 28 – revista internacional de direitos humanos. v.15 n.28 • 167 – 179. 2018.

Nem ao centro, nem a à margem! Corpos que escapam às normas de raça e de gênero. 1ª edição/Salvador - BA. Editora Devires, 2020.

O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 1ª edição/Salvador - BA. Editora Devires, 2020.

PALMA, Rogério; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Renomear para recomeçar: lógicas onomásticas no Pós-Abolição. Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Água de Lindoia – SP (nov. 2012), p. 2.

PONTES, Katiúscia Ribeiro. Kemet, escolas e arcádeas: a importância da filosofia africana no combate ao racismo epistêmico e a lei 10639/03 / Katiúscia Ribeiro Pontes. 2017.

PORTELLI, Alessandro História Oral e Poder. Revista Mnemosine Vol.6, no2, p. 2-13 (2010).

SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. A transexualidade na atualidade: discurso científico, político e histórias de vida. p. 11. Salvador, 2013.

SANTOS, Rodrigo Márcio Santana dos; SANTOS, Ailton da Silva. Travestis e as dificuldades no cotidiano escolar. Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. Salvador, 2011.

SÃO PAULO, Assembleia Legislativa do estado de. Decreto 55.588 de 17/03/2010. Dispõe sobre o tratamento de pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

SÃO PAULO, Secretaria Estadual de Educação do estado de. Requerimento para preenchimento de nome social. São Paulo.

Resolução 45, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chacraworty. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: editora UFMG. 2010.

STÉVES, Ariadna. Biopolítica e necropolítica: constitutivos ou excludentes? Extermínio dos excluídos / Organizadores Neyla Mendes, Emerson Merhy, Paulo Silveira. –1. ed. – Porto Alegre: Rede UNIDA; 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Direta de Inconstitucionalidade: ADI 4275. Ministro Marco Aurélio. Distrito Federal. 01/03/2018.

WELLS, Thara. Orientação sexual e identidade de gênero como fatores agravantes no tráfico de pessoas: Eu na Itália. In: VIEIRA, Vera. Tráfico de Mulheres e Meninas: Educação popular feminista para implementar políticas públicas. São Paulo, Associação Mulheres pela Paz, 2019. p.50-55.

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, CAMPUS SOROCABA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(RESOLUÇÃO 466/2012 e 510/2016 DO CNS)
“IMPACTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS DO USO DO NOME SOCIAL NAS HISTÓRIAS DE VIDA DE
TRAVESTIS NEGRAS”

Este é o documento que assegura e garante a sua participação no projeto de pesquisa, que será explicado a seguir. Leia atentamente e somente assinhe quando todas as suas dúvidas foram respondidas, caso houver.

Eu, Elísha Silva de Jesus, estudante de Mestrado em Educação, Comunidades e Movimentos Sociais pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (Sorocaba) te convido a participar, de forma voluntária e anônima, uma entrevista sobre a pesquisa: *“impactos políticos e pedagógicos sobre o uso do nome social nas histórias de vida de travestis negras”*, orientada pela Professora Dr^a Viviane Melo de Mendonça.

Este é um projeto de pesquisa cujo objetivo principal é compreender como a implementação do decreto 8.727/2016, que dispõe sobre o uso do nome social, impacta ou impactou nas histórias de vida de travestis negras. O modo como o projeto será construído contará com a sua participação, através de uma entrevista gravada, posteriormente transcrita, devolvida para análise e depois utilizada na dissertação do projeto, junto com referenciais teóricos de outras autoras e autores sobre o tema da educação, racismo e transfobia. A condução da entrevista será informal, sem o modelo pergunta e respostas, pelo contrário, será uma conversa a ser mediada pela pesquisadora, a qual estará numa posição de escuta e troca de conhecimento.

De modo geral, busco entender quais as consequências político-pedagógicas da adoção do nome social e verificar se este decreto contribui (ou não) para o enfrentamento aos problemas decorrentes do racismo e da transfobia na escola. Pretendo ouvir a sua história, em relação a sua vida na educação formal e informal, com o intuito de utilizá-las como referência para a discussão sobre os impactos que o referido decreto tem na educação.

Você foi selecionada por ser uma travesti negra que vive na região metropolitana de Sorocaba e Campinas, onde o estudo será realizado. A entrevista será online, individual e realizada no local de sua preferência. Sugiro que o local seja seguro, com acesso regular à internet, silencioso, confortável e sem interferências externas. As perguntas não serão invasivas à intimidade, entretanto, caso a participação gere estresse e desconforto, você estará livre para conduzir a entrevista da maneira que desejar, com pausas e poderá interromper a entrevista a qualquer momento. Sua participação é voluntária e a qualquer momento a senhora poderá desistir, retirando-se, inclusive, seu consentimento, caso a desistência seja posterior à entrevista. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo, seja em sua relação com a pesquisadora ou à Universidade Federal de São Carlos.

Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, assegurando-se o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras ou pseudônimos, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Esta pesquisa foi adaptada à pandemia de covid-19, por isso a entrevista será totalmente virtual, através da plataforma de comunicação por vídeo *google meet*, previamente agendada. É obrigatório o uso de aparelho eletrônico que permita o uso de câmera e microfone para efetuar a comunicação virtual, bem como acesso à redes de dados suficientes para a vídeo chamada. Dessa forma, a entrevistada NÃO será exposta à contaminação pelo novo coronavírus. Por isso, não é recomendado que você saia de sua casa para uso de internet e/ou computador na casa de terceiros ou lojas especializadas (como lan house).

Infelizmente não poderão ser disponibilizados aparelhos eletrônicos e recursos financeiros para obtenção de dados de internet, então caberá você, caso aceite, responsabilizar-se pelo uso de dados e aparelhos eletrônicos exigidos para realizar a entrevista. Não há riscos envolvidos nesta pesquisa, mas por se tratar de uma narrativa sobre a sua vida, caso necessário, a pesquisadora, junto com a orientadora encaminharão você ao profissional adequado para que todo desconforto e estresse gerado pela entrevista seja assistido profissionalmente.

Você receberá uma via deste termo, a ser assinado por você, pela pesquisadora e orientadora, onde constam os contatos das pesquisadoras. Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se por qualquer um dos contatos abaixo a qualquer momento. Reitero aqui que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de São Carlos, sob o número 4.420.332.

Eu _____
_____, RG _____, declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 – CEP 13.565 - 905 -São Carlos – SP – Brasil. Fone (16) 3351-9685. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Elísha Silva de Jesus - Estudante de Graduação em Ciências Biológicas
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/Sorocaba) / Telefone: (11) 982997826
E-mail: elis.elishasilva@gmail.com / elisha@estudante.ufscar.br

Profª. Dra. Viviane Melo de Mendonça (Orientadora)
Departamento de Ciências Humanas e Educação /Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/Sorocaba) / Telefone: (15) 981290123 / E-mail: viviane@ufscar.br

_____ de 2021 (cidade, dia e mês)

Assinatura da participante

TRANSCRIÇÃO - KERON, 2020.

Meu nome é Keron, concedo esta entrevista no dia 14 de novembro de 2020. Sou uma travesti negra, estudando de graduação, a minha idade eu não gosto de dizer, porque assim como as mulheres têm prazo de validade na sociedade, as travestis também tem um prazo de validade assim que ela deixa de ser considerada ninfeta. Então, como eu já passei da expectativa de vida de uma pessoa trans, eu vou me reservar o direito de não dizer a idade. Porque pra mim a idade são só números, eu não sei qual a relevância para a pesquisa, mas eu prefiro me reservar nesse sentido. A minha vivência na escola, antes e depois da minha transição para sociedade, digo para a sociedade porque não considero que tive esse período de transição. Eu sempre fui a mesma pessoa, sempre me senti diferente, não me encaixando dentro dos padrões sociais pré-estabelecidos. Hoje me sinto uma pessoa trans, não me sinto na obrigação de dizer se sou mulher, me identifico com o gênero feminino, tenho uma certa *passabilidade* com o gênero feminino, devido a tudo que é construído dentro da perspectiva do gênero feminino, do que é a sociedade.

Eu estudei na Escola de Ensino Fundamental “x”, na escola “xx” e depois no finalzinho na escola “xx”, na região metropolitana de Sorocaba - SP. E as minhas experiências na escola foram muito traumáticas, isso na época que eu era criança me deu muitas dores de cabeça, fui gaga muito tempo de vergonha da minha voz devido aos *bullyings* que sofria quando ia falar lá na frente, quando ia ler alguma coisa, quando ia recitar alguma coisa e os professores contribuíram muito para isso. Eu desenvolvi essa gagueira porque eles não deixavam de me chamar e rir quando eu gaguejava e a classe inteira dava risada. Isso era um ponto, o outro é que quando eu fui estudar numa escola municipal, onde permaneci nessa escola até eu me formar no ensino médio, tinha que usar o uniforme de acordo com o padrão da escola. E se eu não estivesse com o uniforme de acordo com que era preestabelecido, você não entrava, independentemente de ser dia de prova ou não. Tinha o uniforme pra entrar, o uniforme para educação física e o uniforme pros dias de frio. E era um uniforme que me violentava dentro do que eu me entendia enquanto pessoa. Era um uniforme totalmente masculino, um sapato que tinha que ser engraxado ou então um tênis que deixava meu pé gigante, o que me fez sentir vergonha de ter um pé pequeno também que todo mundo lia como um pé feminino. Então eu comecei a pedir que minha mãe comprasse um tênis com dois números a mais para parecer um pé masculino, e eu enchia a ponta de

algodão... era horrível. As calças deveriam ser passadas com vinco, calça social, cinto de couro, camisa masculina abotoada até em cima. Era horrível, eu me senti totalmente violentada.

Esses tempos atrás, eu fiz uma postagem de uma vice-diretora da minha escola. E eu acredito que todas nós pessoas trans, temos as nossas *sofrências* (vamos chamar assim), mas também a gente encontra anjos na vida da gente, que nos ajudam a passar por momentos difíceis. E esta minha vice diretora era uma dessas que, às vezes minha família não tinha condições de comprar uniforme de acordo com o padrão da escola e ela me dava o uniforme ou às vezes o meu uniforme já tinha ficado surrado de tanto lavar e passar, aí ela me dava. Ela me dava os livros caros que as vezes eu não tinha condições nenhuma de comprar e encontrava muitas vezes com ela pelo corredor, às vezes com o olho marejado de tanta coisa que eu estava enfrentando dentro da minha casa, que era um lar violento, tinha violência doméstica, tinha racismo, tudo! Era um lar que era bem nocivo. E tinha a escola. Às vezes eu saía cinco minutos antes do sinal do intervalo para ir ao banheiro, para evitar de sofrer bullying, dos meninos jogarem água em mim ou me trancarem no banheiro ou jogarem papel higiênico... enfim. Todas essas coisas. E aí ela me chamava pra sala dela e falava, toma uma água, respira. Tudo vai ficar bem! Então, assim. É uma lembrança que eu tenho muito forte.

E eu lembro que no primeiro dia que eu entrei na escola, através do vestibulinho que me colocou na décima posição. E aí quando eu estava na fila, porque a gente tinha que jurar bandeira, cantar o hino nacional, toda aquela coisa da escola, e o diretor da escola era uma pessoa bem rígida, que era o senhor M., ele tinha nascido no início do século XX e ela era bem violento mesmo. Violento assim: ele era estilo militar, imagine. Ele tinha nascido em 1910, mais ou menos, então imagina. Ele já tinha lá seus 80 e poucos anos quando eu estava lá. E eu lembro que a minha conexão com ela, a vice-diretora, foi imediata quando a gente estava na fila jurando a bandeira, ela olhou pra mim e deu uma piscada, assim. Aquele dia eu senti que poderia confiar nela. Então isso foi o que sempre me fez não sucumbir às coisas.

Mas, eu também sempre desenvolvi técnicas de sobrevivência. Uma delas era que eu sempre tive facilidade para as matérias das exatas. Eu era a primeira aluna de matemática. Então, a partir da minha prova era corrigida a prova dos outros alunos. Sempre tirei 10 em matemática e 9, era o mínimo que eu tirava, às vezes era 8,5 em matemática, até no ensino médio. Eu fiz matemática financeira, no ensino médio. Eu fiz técnico em contabilidade, então as pessoas, mesmo não querendo e me zoando, quando tinha grupo as pessoas brigavam para que eu fosse pro grupo, na intenção que eu ia fazer todo o trabalho e eles iam tirar nota boa. E, vendo isso, eu comecei a barganhar. Eu dizia: “eu vou, mas aí vocês parar

de me zoar e se alguém me zoar, vocês me defendem, tudo bem?” “tudo bem”. Aí eu comecei a ter um pouco de paz. E no ensino médio quando tinham também as aulas de Educação Física, eu entrei pro basquete com 1,63 metros de altura, entrei pro basquete e aí comecei a me perceber com muita aptidão para fazer arremesso de 3 pontos e tinha bom reflexo e habilidade. Entrei pro time, mesmo com todo o machismo que tinha e rondava ali. E comecei a ser a melhor do time até conseguir a vaga de armadora titular e assim comecei a jogar basquete e barganhei novamente que eles não me zoassem, caso contrário, eu não ia jogar no time. Aí tive um pouco de paz, mas essas foram as 2 tréguas que eu consegui estabelecer na escola.

Além disso, eu agradeço muito pela minha saúde mental de longe, porque de perto ninguém é normal, mas a minha saúde mental de ter conseguido me blindar de muitas coisas, e por isso que eu falo pra você: não tenha vergonha de dizer que você teve que se prostituir, se isso couber na fala, como eu também não tenho vergonha de dizer que já bati, já apanhei, já tive que fazer coisas para sobreviver, já tive que me expor ao último, em coisas da minha sexualidade; fazer coisas para pagar as minhas contas. E se um dia eu chegar a ser doutora e tiver aí num emprego bem eu vou continuar falando, vou continuar defendendo a minha história, vou continuar defendendo a pessoa que lutou pra que eu chegasse onde eu vou chegar ainda. E tem uma fala da minha supervisora que falou essa semana pra mim que me tocou bastante. Eu contei pra ela que quando eu entrei no estágio em Serviço Social, eu apaguei todas as minhas fotos e excluí todos os meus blogs, excluí todas as coisas que me vinculavam à prostituição com fotos nuas. E, porque a minha ideia é que o google me esquecesse. Se a pessoa desse um google no meu nome não iria ter acesso a tudo isso que fica gravado. Daí ela virou pra mim e disse assim: nossa você é uma pessoa que tem muita coragem. Coragem de sair de um lugar que você veio, por mais que fosse violento, você ganhava muito mais do que você está ganhando aqui, 30 dias, seis horas por dia, cinco dias na semana. E aí eu me toquei que realmente, as vezes a gente faz coisas na intenção de sobreviver e que são atos de coragem na vida da gente.

Sobre o uso do nome social, quando resolvi entrar no ensino superior, na graduação em Serviço Social, numa instituição de ensino superior particular, na cidade de Votorantim - SP, pedi que fosse respeitado o meu nome social, Keron, desde o primeiro dia. Então eu preenchi um documento lá que está baseado no decreto 8.727/2016 que é o decreto federal que dá direito ao uso do nome social e que esse nome seja respeitado, mas até eu fazer a retificação e até hoje mesmo, ainda eu sempre tenho que lembrar a faculdade. E depois que eu fiz a retificação eu fui lá e pedi pra que eles excluíssem o nome social e

levei as minhas documentações já com o nome retificado. Mesmo assim, há dois anos, ainda hoje ainda vem um trabalho no nome não retificado.

Mas a gente tem conversado sobre isso ainda na faculdade, porque na realidade eu não queria criar um ambiente onde a nossa relação minasse mais do que já está minada. Eu já mandei mensagem, já mandei e-mails e tenho tudo isso registrado. E estou vendo uma forma de ser ressarcida disso, porque não tem outro jeito, parece que se a gente não processa as pessoas e essas instituições, parece que eles não se dão conta na questão dos nossos direitos. Quando eles desrespeitam uma coisa que já é garantido, então eu não preciso insistir no bom senso, posso partir direto pra ação judicial.

O que acontece na prática é que vem uma atividade no nome errado, ainda mais no trabalho de grupo. Então, eu me sinto muito mal, porque às vezes, na maioria das vezes, eu acabo sendo invadida e às vezes as pessoas que não te conhecem, como as pessoas de dentro da sala, acabam participando de uma intimidade, invadindo a sua privacidade que é saber qual era o seu nome antes da retificação. Isso eu acho que é muito invasivo! Eu não quero que essas pessoas tenham o poder de saber uma coisa íntima, uma coisa da minha privacidade; o que se torna bem nocivo pra mim. Ou seja, é uma violência que me afeta muito, porque quando parece que quando você faz a retificação de nome, parece que você exorcizou uma coisa que não fazia parte de você, mas parece que esse encosto fica ali atrás de você e quando você menos espera ele aparece presente de novo. Como se a gente nunca conseguisse se desvincilhar desse nome que veio pra gente.

Então, quando você pede que as pessoas respeitem o seu nome, eu acho que isso fica humilhante. Pelo menos eu me sinto bastante humilhada. Mesmo tendo as legislações que já obrigam que isso aconteça, parece que você está sempre pedindo um favor, sempre contando com o bom senso da pessoa que tá ali para te servir ou te orientar. E eu não vejo nenhum esforço dos educadores também para fazer com que a gente seja respeitada nesses espaços. Então eu acho que a gente precisa avançar muito ainda nessas questões do respeito mesmo ou a gente começar a processar essas pessoas e essas instituições que insistem em nos desrespeitar.

Embora eu tenha sofrido essas violências, o conhecimento mudou muito a minha forma de ser e estar no mundo, em todos os sentidos. Eu analiso as minhas atitudes antes de entrar na faculdade até na questão dos meus conhecimentos gerais, na questão de eu ter mais auto confiança, ter uma perspectiva de futuro, coisa que eu não tinha. E como eu disse que já passei quase duas décadas, 1 década e meia da expectativa de vida de uma pessoa trans que é de 35 anos, eu costumo... sinceramente eu não pensei que

duraria tanto. Uma coisa que até eu comento com as minhas amigas da minha época, da nossa época que a gente começou juntas é que eu não tinha uma perspectiva de viver tanto. E por viver na noite, estar sempre naquela pressão em sair de casa sem saber se volto, então eu acho que por viver muito tempo na prostituição, ela já te prepara para que o pior aconteça e você não lamenta quando isso acontecer, entendeu? Então eu tinha um pouco essa percepção: Ah, estou vivendo hoje, vou viver o amanhã, se não viver também depois, foda-se. Desculpa o palavrão. Se não viver depois, tá bom já o que eu vivi. Então essa intensidade, quando você entra na faculdade você já começa a ter uma perspectiva: ah, que legal, agora eu quero continuar os meus estudos, continuar multiplicando o que eu estou aprendendo. E você começa a ter uma perspectiva de futuro. É isso que tem me mudado. E, pelo lado que eu sempre falo das minhas falas: começar a ser sujeito da minha história, eu começar a dar nome a tudo o que eu já vivi, entender todo o processo que eu passei, enfrentei e sobrevivi. Então, pra mim isso tem sido muito, muito gratificante. E a faculdade ela tem me colocado em outro lugar, no sentido de que, às vezes, as pessoas que eu conhecia e estavam na academia falavam coisas que jamais eu tinha ouvido assim, então eu não me sentia pertencente aquela conversa. Hoje não, se alguém falar sobre qualquer coisa ou autor, são coisas que eu tendo aprendido, então tem sido uma forma de resgate da minha autoestima enquanto pessoa.

A minha perspectiva de vida é conseguir realmente tirar os dois pés da prostituição, porque eu continuo com um. Essa romantização que a sociedade tem que a partir do momento que você começa a ganhar um dinheirinho, que você começa a ganhar um salário mínimo, você vai conseguir se manter é mentira, porque a gente vive num país capitalista e tudo pra uma pessoa trans é mais caro. O seu aluguel é mais caro, porque você tem que morar em lugares com segurança, para evitar que a sua casa seja saqueada, violentada ou que sua casa seja invadida, enfim. Então, você precisa estar sempre com segurança e a segurança custa. E custa caro, aliás. E no sentido de almejar um trabalho legal, eu acho que de tudo o que eu vivi até hoje e de tudo que sobrevivi até hoje eu mereço ter, eu acho que eu devo pra mim sabe? Um diploma de graduação, devo pra mim um diploma de mestrado, doutorado, e tudo mais que eu puder chegar, sabe. Sair dessa caverna, desse aprisionamento social que a gente ainda é refém e sabe vim pra luz, a luz do conhecimento, poder multiplicar esse conhecimento, a minha experiência e de poder ter um emprego melhor, um emprego que me garanta a ponto que eu não me sujeite mais a fazer programa é tudo o que eu mais quero. Não tenho vergonha de tudo o que eu vivi até hoje, não tenho vergonha de tudo o que eu tive que fazer pra sobreviver até hoje. Mas eu quero que isso seja um passado,

que me trouxe até aqui e que vai me levar até aonde a vida me permitir chegar. Mas, eu quero não mais precisar fazer isso, nem por hobby.

Agora, em relação a aprendizagem sobre identidade de gênero, eu que ensinei pro pessoal da faculdade. Tanto que tive o apoio da Associação Transgênero de Sorocaba, ano passado (2019), nós ofertamos para eles, para a faculdade, um dia de formação acerca das reflexões de gênero, sexualidade. Aí, contei a minha experiência lá, como foi pra eles e pros alunos. E a pergunta bem interessante feita pela equipe foi: com base em que, desde o momento em que eu cheguei lá, mais ninguém entrou. Eles queriam saber o que eles podiam fazer pra chamar essas pessoas pra faculdade. Aí eu falei começa a respeitar o nome dessas pessoas. Mas aí a gente entra também num outro contexto, que as pessoas trans não acessam o espaço do ensino superior devido à evasão delas no ensino médio. E outra, a falta de credibilidade também que isso vai te ajudar a mudar de vida. Estar no ensino superior não é garantido que você vai arrumar um emprego foda e você vai conseguir se manter, tem isso também. E a luz do dia pra gente é mais difícil de enfrentar do que a noite. Eu tenho sentido isso na pele, assim. E ainda me considero uma pessoa com uma certa passabilidade, mesmo assim ainda é difícil. Você está num cargo, está com um crachá no peito dentro de uma instituição não é fácil. Não é simples. É uma coisa que a gente luta tanto e quando a gente tá lá você tá sempre com a sensação de que a sociedade fica jogando o tempo todo na tua cara que teu lugar não é ali.

Eu já fiz alguns atendimentos com algumas pessoas em que eu estava falando uma coisa séria com uma pessoa na sala e a pessoa começou a dar risada de mim ou do que eu estava falando ou do modo como eu estava falando, da minha voz... eu não sei dizer o que a pessoa estava dando risada, mas eu estava falando uma coisa super séria. Uma coisa que tangenciou o que a pessoa estava procurando ali e a pessoa começou a dar risada. Eu não sei o que ela achou engraçado. Ou às vezes a pessoa fica olhando para a sua mão, fica olhando pra ver se você tem gogó, se você tem barba, se você é feminina ou não. E por mais que eu diga que isso não me atravessa, isso me atravessa. E muitas vezes traz questionamentos quando estou me arrumando para ir ao trabalho, toda manhã quando eu me arrumo, penso: será se é isso mesmo que eu quero enfrentar todos os dias? Porque não é fácil.

Sobre o racismo, eu costumo dizer que eu sempre vivi esse umbral, por não ser negra demais na minha casa e por não ser branca na escola. E isso sempre foi uma forma de violência, na minha família que falava que minha pele tinha cor de papelão molhado, que minha pele tinha cor de bosta de burro quando foge, cor de bosta mole, enfim, essas coisas. E teve até uma época que eu quase tive insolação,

porque o povo falava que se eu ficasse muito tempo no sol minha pele escurecia e eu queria ficar com a pele escura, bem retinta mesmo por querer me pertencer ao grupo da minha família, olha que loucura. Olha como o preconceito violenta a gente e isso se estende a sua saúde porque o fator de você querer pertencer a um grupo é muito forte.

Sobre o que eu acho que deveria mudar na escola, acho que a gente tem que começar a desconstruir os padrões de gênero, respeitando a idade de cada indivíduo, porque acho que você desconstruir também, por exemplo, no ensino fundamental, começar a desconstruir cor, começar a desconstruir brinquedo, que as crianças possam brincar com qualquer brinquedo, independentemente de ser boneca ou carrinho. Que dentro de casa também, as crianças possam se sujar, coisa que atribuída ao menino, brincar lá fora que é coisa de menino e que os pais também tenham a consciência que com dois anos eu não preciso dar uma boneca para menina já ir balançando como se fosse filhinho dela, introjetando essa maternidade, essa vontade, essa romantização do que é ser mãe, essas coisas. E na escola eu acredito que todos os funcionários desde a pessoa que vende salgadinho fora da escola ela precisa ter um curso sobre de formação sobre identidade, orientação, expressão, pessoas LGBTQIA+, tudo. Eu acho que a gente precisa ter leis mais rígidas quando isso [o preconceito] acontecer, porque a gente bate num lado também de que as pessoas fingem ser menos preconceituosas, mas ainda as pessoas exercem, quando podem e quando tem oportunidade de ser preconceituosa até mesmo de uma maneira bem velada. Elas ainda o são devido à falta de punição desses atos preconceituosos. Eu sou a favor de que isso seja punido de maneira bem rigorosa e efetiva para que as pessoas entendam que elas podem ser preconceituosas, mas dentro da casa dela, com as pessoas dela, mas ela não vai poder externar isso para violar o direito de outras pessoas.

TRANSCRIÇÃO - LUCINDA, 2021.

Eu fiz a minha transição um pouco tardia, eu comecei a minha transição com vinte e um anos, eu já estava na graduação. Então, meu ensino fundamental, básico e o médio eu era uma criança e adolescente transviada. Eu passei, a partir do quarto ano, iniciando os conflitos com os coleguinhas e isso se estendeu até o final do Ensino Médio. Por mais que eu não tenha assumido a minha transexualidade, eu era bastante afeminada também. Então, a transfobia prejudicou as minhas relações na escola, porque as pessoas me atacavam muito, eu não era uma pessoa que gostava de fazer educação física, eu não gostava de estar com os meninos. Não que todas as mulheres sejam assim, a gente sabe disso, mas enfim. Eu tinha convívio maior com as meninas, eu não era de participar de educação física, eu era motivo de muita chacota na sala, muita violência, pra ser sincera, sofri muitos ataques, sobretudo, porque eu vinha de uma família que não aceitava eu ser feminina naquele momento.

Então, tudo o que eu não podia fazer na minha casa, eu fazia na escola. Então tipo eu me revelava muito mais na escola do que em casa, porque na escola nenhuma pessoa me conhecia muito próxima. Eu sofria repressão, mas de pessoas que eu não conhecia, então tava tudo bem. E era um momento também que eu podia ser quem eu era, manifestar, ser feminina. Foi um pouco disso, assim. Eu lembro que foi um processo bem difícil, assim. Muito difícil mesmo. Não eram todos os professores que tinham compreensão, alguns professores até me puniam de certa forma ou tentavam exigir algo que eu não conseguia desempenhar, um tipo de performance. Esse processo não foi bom e potente, foi extremamente opressor, nunca me senti acolhida. Senti mais acolhimento do grupo de meninas, assim e depois quando eu entrei no ensino médio, no primeiro colegial que eu conhecia outros LGBTs e a gente foi criando uma rede. Nessa rede a gente ficava conversando, construindo novas percepções e debatendo sobre aquela realidade, falando e assumindo uns para os outros. Nesse momento foi um pouquinho melhor. Mas, os ataques continuaram da mesma forma dos homens cis hetero e não só dos homens cis hetero, de algumas mulheres cis conservadoras.

Mas, a nossa rede de acolhimento foi um processo bem significativo, porque eu me sentia bem sozinha e eu não conseguia me identificar nas pessoas cisgêneras e aí eu fui buscando pessoas que sássem um pouco da norma. Eu fui tentando me identificar, percebi que nas pessoas heteros e cis eu não tinha muita essa referência, por um lado, mesmo que na verdade essa rede de pessoas que eu conhecia eram cis lésbicas e gays. Não tinha nenhuma pessoa trans no momento. Por mais que fossem cis, eram lésbicas e gays, então busquei no E., que é um homem cis gay, no R. que era um menino gay, na L., que

é uma mulher cis lésbica, na C. que é cis lésbica. Todos brancos, eu era a única mulher preta ali, naquela época. Mas enfim, a gente começou a construir e organizar essa nossa rede, mas não era uma rede que tinha muita organização política. Havia mais atos de resistência, o que não deixa de ser uma organização política. Mas, que era meio que atos ali naquele regime cis hetero normativo... a gente trocava, conversava, participava daqueles atos de resistência. O R. dançou Lady Gaga na escola e nisso eu fui construindo essa rede de pessoas LGBT. Para além da escola a gente se encontrava fora da escola, a gente conversava sobre as coisas, naquela época éramos muito novos. Era mais diversão, resistência, sem muitos debates construtivos. Esses meus amigos nunca foram, assim, politizados. Hoje já são, mas naquela época não. Até mesmo eu, a gente não tinha consciência que era um processo, onde rolava exclusão, hierarquia e relação de poder. A gente tinha essa consciência da heterossexualidade e da homossexualidade, quem tem a hetero e a homo. A gente sabia, porque ficava muito claro, muito evidente ali naquele ambiente como a heterossexualidade se organizava naquele espaço. A gente percebia isso, eu percebia isso por sermos excluídas de tudo. Ninguém queria saber da gente, o nosso posicionamento não era válido e o nosso posicionamento tinha mais validade quando a gente vinha no shade, sabe? Nesse jogo, nesses shades, assim. Eu lembro que tinha bastante isso também.

Eu sempre senti que a direção tinha, assim, uma relação muito autoritária. Então, toda vez que tinha um conflito entre o nosso grupo e os grupos heterossexuais, porque tinham grupos de meninos muito reaçã, brancos, cisgêneros, heteros, extremamente machistas que causavam não só com os nossos grupos LGBT's, como também com todo mundo, assim. Lembro como se fosse hoje, assim. Era horrível. E sempre quando eu tinha esses conflitos, eu percebia que existia uma posição autoritária da parte da direção, mas por outro lado existia um movimento de apaziguar as coisas entre os conflitos do grupo LGBT e esse pessoal. Como quando eles eram agressivos ou tinham práticas racistas ou práticas LGBTfóbicas. E quando isso era levado para direção, rolava um movimento de tentar apaziguar as coisas, de diminuir esse tipo de opressão que é muito forte! A gente tá falando de coisas devastadoras para saúde mental, eu percebia que isso era muito forte, essa comunicação. Eu acho que tinha um preconceito velado, lá no fundo do inconsciente, construindo um pensamento que levava a pensar que a gente merecia passar por aquilo e que a gente não deveria ser do jeito que éramos, então a gente mereceu. Não houve nenhum acolhimento por parte da direção assim sobre as nossas demandas e sobre as nossas reivindicações. Eu era uma bicha afeminada e isso para eles era muito.

Eu sempre tive o cabelo crespo, mas naquela época eu alisava o cabelo e tinha tanta chacota com relação a isso, sabe? Muita chacota em relação eu ser muito feminina e nos grupos, quando as meninas passaram a ter mais relações entre elas, ter mais afeto, começaram muitos ataques com as mulheres lésbicas, muitos assim, muitos atravessamentos que poderiam resolver isso para elas. Aquela coisa de eu vou resolver sua sexualidade, porque tenho um pau, pênis, tudo muito falocêntrico, muito violento, muito de relação de poder, hoje eu percebo isso também, porque é cis, porque é branco, porque é hetero, faz aquela performatividade, aquele boy padrão. Nossa, era muito pesado. Naquele momento eu não tinha muita consciência desse processo de racialização e dos preconceitos com relação a isso. Até porque naquele momento eu não me reconhecia enquanto uma pessoa preta. Eu fui me compreender enquanto pessoa preta, sei lá, na graduação. Muito louco isso. Mesmo tendo cabelo crespo, mas até porque eu passei por aquele processo de embranquecimento de não aceitar de jeito nenhum. Então eu alisava muito o cabelo, enfim.

Somos uma família negra, mas eles me colocavam como uma pessoa branca, mesmo eu sendo uma pessoa preta de pele clara. Até hoje eles falam, até hoje eles falam que eu sou branca. Tem até uma foto de quando eu era criança, eu era muito branca, muito branca. E eles sempre celebravam isso, porque eu tinha nascido branca e com os olhos claros. Mas, na verdade, é uma mistura mesmo. A minha avó da parte do meu pai é uma mulher preta, de cabelo liso, com olhos azuis e a minha avó por parte da minha mãe é uma mulher branca, de cabelo liso e de olhos verdes. Então, é meio que uma mistura assim. Até hoje minha família fala que sou branca de cabelo crespo. Não entenderam. É uma família bastante difícil assim, meu avô paterno tem um perfil muito violento, muito violento. Eu lembro assim de todas as brigas e discussões, a quantidade de vezes que ele bateu na minha avó e que se estendeu pro processo da minha mãe. E na verdade meu pai foi muito violento, lembro inclusive que nos mudamos para esta casa onde estamos agora, porque ele bateu nela. Então, é uma família assim, tem os seus lados negativos e muita ignorância, para ser sincera, muita ignorância e

Eles não sabiam o que eu passava na escola, até porque eu escondia tudo o que eu passava, o bullying, os ataques, as discriminações, os preconceitos, eu deixava ali [na escola], eu não levava para casa. Até porque se eu levasse esse debate para casa, eles iam reconhecer que era uma pessoa LGBT e tipo, eu não queria que isso acontecesse. Então, eu deixava isso na escola. Na escola eu deixava meu lado LGBT em evidência. Eu tinha medo dos meus pais saberem, eu tinha medo até que eles fossem às reuniões. Em muitos casos, eu omiti que tinha reuniões de pais, porque eu tinha medo que eles

descobrissem sobre o meu processo enquanto pessoa LGBT. Teve uma vez que rolou um caso muito forte, muito violento. Eu fui muito violentada por um menino e quase rolou uma agressão, assim, eu fiquei apavorada. O professor compactuou com aquilo. Eu e esse menino fomos para a direção, porque foi muito violento! Muito violento! Não teve violência física, porém psicológica muito, então eu não aguentei e fui para a direção junto com esse menino. E acho que foi um dos únicos momentos em que a direção teve um olhar mais consciente para essa questão, porque eles queriam ligar para a minha mãe. Eles queriam ligar para a minha mãe, porque eles viram que estava rolando, não era a primeira vez, era rotineiro. E daí eu falei não! Não! Não! Não! Tentei de tudo, cheguei a dizer que sabia lidar com tudo sozinha, foi muito triste, porque eu sabia que teria de lidar com tudo sozinha. E sozinha, porque eu sabia que se fosse pra minha casa eu não seria ajudada ou eles reconheceriam que eu seria uma pessoa LGBT. Eu sabia que isso iria ficar feio para mim. Eu contei para a mãe apenas quando eu tinha 15 anos, só pra minha mãe. Pro meu pai só contei, assim da minha boca, quando eu tinha dezenove anos, claro que eles sabiam. Mas, assim da minha boca só depois mesmo. Eu senti que eles não queriam olhar para esse processo agora, mas sempre podando, sempre reprimindo do jeito que podiam e reafirmando que “isso é coisa de mulher”.

Sobre o que poderia ser feito para acolher as travestis nas escolas. Acho que, primeiro, todos os professores e professoras deveriam, antes de lecionar, de dar aula e tudo mais, passar por formações específicas relacionadas às questões de gênero e sexualidade, porque eu percebo ainda que existe muita discrepância sobre o conhecimento. Eu tive muitos professores preconceituosos, muitos! Então eu acho que ter formações, bem iniciais sobre questões de sexualidade, gênero, aquele beabá bem certinho. Preparar o ambiente escolar para receber essas pessoas, a questão do nome social e do banheiro também que é um debate, é uma coisa bem polêmica ainda, eu lembro que eu tinha muito medo de entrar no banheiro masculino, muito medo! E no banheiro feminino também eu não era muito bem aceita. Inclusive na graduação. Acho que ações de conscientização. Eu sei que levar esse debate para os alunos nas escolas é sempre combatido pelos conservadores, mas, levar formação para os professores, organização do espaço, conscientização, ter mais diálogo com as pessoas LGBT que estão ali para conversar, fazer uma abertura. Eu percebo que os professores, assim, em muitos momentos eles reproduzem muitos papéis sociais na sala de aula e isso mexe com o processo subjetivo de identidade daquela pessoa. Quando, por exemplo, os professores usam exemplos de casais, não utilizam exemplos de casais homoafetivos, muito

menos de uma travesti, uma mulher transexual. Eu acho que essas pequenas atitudes já seriam incríveis assim para a educação.

Eu entrei no curso de Direito quando eu tinha 19 anos e no segundo para o terceiro ano eu fiz a minha transição. Um belo dia cheguei naquele lugar com uma saia bem linda. Foi um TÁ!!! foi um impacto. Porque, era um curso de Direito, numa cidade pequena do interior. Aqui em Indaiatuba a gente só tem duas faculdades de Direito, uma faculdade bem conhecida na cidade, porque só tinha duas. Foi muito louco ver umas pessoas comentando, outras olhando com reprovação. Entre os meus professores começou a rolar muito debate sobre, muito! Eu lembro que teve uma aula que eu indiquei o uso do nome social, mas eu tive que ir lá na direção, onde demoraram maior tempão para mudar. Eu pedia para os professores, professor por professor, para eles fazerem essa alteração por mim. Tinha um professor que era reça e não aceitou, tipo “eu preciso que eles mudem lá embaixo”. Ele não poderia simplesmente riscar aquele nome lá e colocar o nome só por enquanto a lista não ficava pronta? Teve um professor bem mais velho que perguntou para mim assim: “como você gostaria de ser chamada?” porque ele já tava percebendo e já tava rolando um debate entre os professores, entre a direção, entre todo mundo ali.

Enfim, uma travesti naquele espaço, ressignificando aquele lugar, onde nunca teve nenhuma pessoa trans. Nas universidades federais e estaduais têm muito mais. Daí ele perguntou assim como eu gostaria de ser chamada, me parabenizou pelo processo, pela coragem que eu tive de me assumir. Foi legal nesse momento e por esse ponto. De resto foi aquilo que a gente já conhece, pessoas tratando a gente no gênero masculino, algumas piadinhas, claro. Eu sempre fui muito pragmática, mana. Eu sempre fui direta nas coisas que eu precisava. Eu comecei a limitar mais a minha circulação ali pela faculdade, deixei de ir a certos lugares porque eu sabia que seria atacada. Técnicas que a gente sabe usar para se defender.

Enfim, rolou muito debate entre os professores, a direção e as pessoas. Eu não sofri um preconceito direto por parte do corpo docente, mas do corpo discente com certeza. Junto com a minha orientadora comecei a fomentar mais discussões ali, porque eu estava me sentindo mais à vontade com o meu corpo e eu estava no TCC. A minha orientadora fazia algumas apresentações nos outros cursos sobre a temática da travestilidade e transexualidade nos outros cursos, então eu fui percorrendo esse caminho e essa professora dava muita abertura, enfim. Foi isso.

Eu consegui sobreviver naquele regime mais por conta do conhecimento que eu tive fora da academia do que dentro. Sinceramente? Fora desse ambiente, porque na verdade eu estava no movimento

LGBT, com as manas travestis, eu estava nos terreiros, por mais que no terreiro tenha bastante preconceito também, só que as entidades sempre diziam pra mim que eu precisava ser quem eu realmente era. Mas nunca me explicaram certinho, me deixavam eu adivinhar, sabe. Mas, eu sinto que na verdade eu ter conseguido me reivindicar enquanto Lucinda ali naquele espaço de educação, na graduação, foi muito mais devido as construções que eu tive sozinha nos movimentos LGBT, com os meus grupos, nos becos e tudo mais, do que dentro da educação, mana. Sinceramente, não acho que a educação formal pudesse ter me dado algum certo poder, porque a gente sabe que conhecimento é poder para a gente ter mais base, falar e etc. Só que, sabe, eu não sou Lucinda por ter passado por aquele espaço, foi a minha vivência fora do ambiente escolar, porque ali nunca teve esse debate, por ser uma faculdade de direito e particular. Se dependesse dali eu nunca seria a Lucinda. Mas, mais as vivências, as trocas com as manas, como a Alice Guél e outros espaços.

Eu solicitei o nome social na graduação, demorou, mas saiu. Eu fiz o pedido, demorou e eu usei por mais ou menos um ano e meio, porque logo veio a decisão do STF sobre retificação de nome e eu retifiquei. A minha orientadora disse que as pessoas foram muito receptivas comigo, na visão dela de cis, porque assim na graduação eu nunca sofri ataques físicos e violência direta, mas indiretas vários.

Voltando pra minha infância, olha, uma lembrança que eu tinha na infância era como eu iria sair daquela situação. Sempre foi assim. Essa era uma questão que perpassou a minha infância e quase a minha adolescência inteira: como eu vou sair, como eu iria sair, eu sempre pensei isso, porque eu sabia que não ia ser aceita. Eu sabia. Mesmo que eu era criança eu sabia que eu era uma pessoa diferente, eu não era uma pessoa heteronormativa e tudo mais. Eu sempre ficava pensando nisso, porque eu sabia que não tinha como trazer esse debate pros meus pais. Sobretudo pro meu pai. Foi por isso que na verdade quando eu tinha dezoito anos eu saí de casa, porque não eram pessoas que me deram essa abertura para conversar sobre isso, para entender.

Então, eu sempre me escondi bastante, tentava conter as minhas o meu lado feminino, com outra postura. Em alguns momentos até me forçava a participar de algumas coisas com os meninos só para ter uma visão mais positiva dos meus pais sobre mim. Então não foram momentos assim saudáveis, para ser sincera. Foram momentos... É até difícil de falar sobre... foram momentos muito difíceis que me marcaram e até hoje deixam rastros. Poderia ter sido, se fosse diferente, acho que eu tinha conseguido muito mais do que eu tenho hoje. Não digo em relação a dinheiro e tudo mais, digo em relação a construção como pessoa. Como venho de uma família muito pobre, humilde, preta, a minha mãe é

diarista, meu pai é caminhoneiro, então eu digo assim de discussões que não tinham e que estavam longe daquela realidade, para eles estava longe daquela realidade, porque para eles era trabalhar para sobreviver, eu cuidava da irmã mais nova, a irmã mais velha cuidava da mais nova. Aquela realidade do povo preto, sabe? Uns têm que cuidar dos outros. Nunca tivemos muito acesso.

TRANSCRIÇÃO - MARIA, 2021.

Meu nome é Maria, sou travesti negra e hoje é dia 15 de maio de 2021. O período mais intenso dessa confusão entre nome social e respeito da identidade na escola foi no ensino médio, quando eu comecei a minha transição. Eu comecei a minha transição sem nem eu saber o que era transição. Eu só não me identificava com o meu corpo e com a maneira que eu me vestia, então eu comecei a fazer algumas alterações. Eu não tinha conhecimento sobre o que era travesti ou sobre o que era transexualidade, eu não tinha conhecimento sobre nada. Isso lá em 2012/2013 não tinha tanto acesso à informação e a gente não tinha tanta visibilidade, nem existia legislação que defendesse o uso do nome social nem nada do tipo; a gente era totalmente ignorada nessa época. Eu fui a primeira criança/ adolescente da minha escola a começar a transicionar, a transgredir a norma da binaridade e eu lembro que eu fui muito reprimida pelos funcionários e pelos professores da escola, tanto que na época iniciaram um programa de educação sexual, que não tinha nem pé e nem cabeça. Era só repressão mesmo escondida, sei lá, tentando enquadrar algum método educacional.

A diretoria e os professores se uniram na época para começar uma intervenção na escola, porque a minha transição deu início a um movimento na escola, porque outras adolescentes começaram a assumir homossexualidade e transexualidade, começaram a se liberar. Do outro lado, os professores e os diretores da escola, começaram a reprimir a gente e fazer intervenções nas aulas. Eu lembro o que mais me marcou. Lembro que um professor de português começou a falar sobre homossexualismo, esse foi o termo que ele usou, que eram mais doentes que começavam a mudar a forma de se vestir e eu me senti extremamente ofendida, foi direcionada. Eu era a única pessoa da sala diferente, então, foi muito direcionado, foi muito específico. Ele começou a ofender mesmo, nem eram perguntas e nem nada do tipo, até que ele chegou em mim e me perguntou se eu tinha vontade de ter outro nome e de ser outra pessoa. Lembro que me levantei da cadeira e gritei para ele: o meu nome é Maria! Eu estava tão revoltada, eu queria me impor diante daquela situação, porque eu estava me sentindo tão ofendida ali e o resto da sala me pressionando. Eu levantei e gritei: meu nome é Maria. E lembro que na minha sala existia um grupo de sapatão: eram quatro meninas que se assumiram lésbicas depois que eu comecei a minha transição. A gente se uniu naquele dia e tipo, durante todo o período da aula elas continuaram me chamando de Maria e foi bem interessante. Eu não utilizava o nome social de forma nenhuma, nem tinha conhecimento sobre isso e acho que eu nem sabia que eu podia reivindicar o meu direito ao respeito quanto ao nome. Foram vários

dias tentando lidar com essa problemática de uma forma bem ignorante por parte do corpo docente, porque eles não tinham conhecimento algum sobre o que estavam falando.

Passaram-se alguns anos eu comecei a ter contato com o conteúdo que expunha a travestilidade e transexualidade de forma correta, em 2015, quando eu ingressei no meu primeiro curso do ensino superior, pelo PROUNI e lá eu conheci um professor de Direito, advogado e ele me falou sobre nome social. Eu acho que foi até em 2016, eu acho, que surgiu um decreto sobre o uso do nome social em repartições públicas, não privadas. Mesmo assim ele começou a me apresentar algumas coisas no sentido da legislação mesmo, falando que eu tinha o direito a reivindicar meu nome e a utilizar ele na instituição, só que não em documentos e registros da faculdade. Eu nunca tive problema, quero dizer, eu nunca tive um problema sério em relação a isso na minha vida, na minha família. Eles acolheram a mim e ao meu nome de uma forma tão significativa que eu passei a me reconhecer quando eles utilizavam o meu nome. Agora nessa outra instituição de ensino que eu estou, na faculdade de psicologia, a proposta de adequação do nome social veio da própria instituição, eu não tive que adequar nada, mas por um processo de desenvolvimento das leis, aceitação e visibilidade. Acredito que se passaram alguns anos e o pessoal conseguiu entender melhor a necessidade de respeitar o nome social.

Eu acho que, na educação e na sociedade em geral, o mínimo é o respeito ao nome social, mas além disso, conseguir escutar e acolher essa criança ou esse adolescente, integrar ela no ambiente e ajudar a reforçar a identidade dessa criança utilizando o nome social. Ter uma intervenção que fizesse com que os professores e alunos ajudassem nesse processo de identificação, porque como eu disse a minha identidade foi fortalecida, a minha vontade de ser Maria foi fortalecida com o reconhecimento que eu fiz do meu nome e da minha identidade pelas pessoas que me rodeiam. Se não fosse esse processo das próprias pessoas que vivem comigo em me aceitarem e me entenderem como Maria, eu teria desistido há um tempo, sabe, porque a gente luta diariamente para se reafirmar como mulher, trans e travesti, se a gente não reconhece essa luta e essa vontade que a gente exista nos outros, a gente desiste. No entanto, a gente tem muito disso, em impor a nossa existência e de conflitar com a regra. Eu lembro que eu usava o banheiro feminino no ensino médio como pirraça, não era nem pra me afirmar, era pra pirraçar, pra falar que esse limite não deveria existir e isso fazia com o que o resto do pessoal também se mobilizasse e começasse um movimento bizarro de transgressão.

A gente fez um abaixo assinado para parar a intervenção sobre educação sexual que estava sendo feita na escola, que era mais uma exposição da vida sexual dos professores e assédios aos alunos do que

sobre educação. Tinha uma diretora super repressora e evangélica. Ela ficava no portão da escola para saber que roupa eu ia usar e eu encurtava mais o short, pintava mais a unha para incomodar mesmo. Fiquei nesse lugar de brigar com as pessoas, a revolta de não poder fazer o que eu queria, eu impunha o que eu gostava. Quanto ao racismo na escola, olha por eu ter a pele mais clara, o cabelo cacheado e não ter tanto resquício da negritude na minha cara, eu não me lembro de ter sofrido racismo assim de forma tão incisiva. Eu acho que sempre foi uma coisa mais sofisticada, porque o explícito ficava para as pessoas de pele mais retintas, porque as pessoas não tinham medo e já agrediram mesmo. Para a gente com a pele mais clara, acho que fica aquele racismo velado. Eu me lembro de situações não tão graves assim que as pessoas começaram a questionar o meu cabelo por não alisar, porque era um cacho mais soltinho, então por que não alisar de vez? Foi mais nesse sentido, boiando entre ser preto e não ser.

A minha infância foi muito solta, meus pais sempre deixaram a gente muito solto para fazer o que bem entendesse, até coisas mais sérias como deixar de estudar ou não. Sempre deixaram a gente ter autonomia e independência, lembro que eu fui uma criança transviada, usava as roupas da mãe, as roupas da avó e dançava “é o tchan” nas festas de família. Lembro das pessoas olhando com aquele olhar estranho julgando as minhas atitudes. Eu lembro que eu sempre me posicionava, tipo não deixava de fazer por me sentir incomodada ou por estar incomodando, eu sempre continuei. Acho que eu gosto mesmo de pirraçar as pessoas. A pessoa que mais me controlou foi meu pai, no sentido de dizer ai não mexe essas mãos, anda direito, fala que nem homem. Logo no começo do meu processo de transição ele queria controlar, mas não conseguiu. Minha mãe hoje fala que se arrepende, porque se ela tivesse essa inteligência de ter me assessorado desde a infância, se ela tivesse tido essa experiência, seria diferente. Ela se arrepende. Porque eu nunca fui muito de me harmonizar, eu não me considero binária, eu sou masculinizada, então acho que ela pensa ou projeta uma ideia feminina mais consistente, se ela tivesse intervindo desde a infância, eu seria mais feminina hoje, na cabeça dela. Mas, talvez eu não ia querer. Acho que pelo perfil da transexualidade, das meninas que buscam a feminização total, acho que mais por esse estereótipo que ela se prende a essa culpa. A gente vive discutindo sobre isso, ela fala que travesti boa é a travesti que estuda e eu estou tentando desconstruir essa ideia na cabeça dela, pra ela, se outras meninas travestis fossem como eu, elas teriam mais aceitação. Ela não entende que a falta de aceitação da família e da sociedade é o reflexo da transfobia e que elas não têm culpa pelo que elas passam e a gente também passa de forma diferente. Por acaso eu tive o porto seguro, a minha família, o meu primeiro ambiente me acolheu e se eu não tivesse, onde eu estaria?

Essa hiper sexualização, essa precocidade que a gente é apresentada, a coisificação, a prostituição, o sexo casual, a confusão que a gente faz entre afetividade, sexo que as pessoas buscam da gente, principalmente os homens, como eu estaria, se eu não tivesse sido aceita e respeitada? Eu discuto bastante com a minha família para que eles não reproduzam, né?